

PREFÁCIO

Li com a melhor atenção sua monografia sobre a "Justiça Federal – Primeira Instância – Origens, Jurisdição e Competência Constitucional" – e sinto-me honrado por haver o distinto colega pedido meu prévio pronunciamento sobre a obra, à guisa de prefácio.

Com o seu restabelecimento, nos termos do Ato Institucional nº 2 e da Lei 5.010 de 30 de maio de 1966, veio a Justiça Federal de 1ª Instância preencher um grave claro constitucional na estrutura de nosso Estado federativo. Já dissera Campos Salles – o emérito autor do Decreto 848 de 1890 – "que não há governo federal nem Poder Judiciário independentes dos Estados, para manter os direitos da União, guardar a Constituição e as leis federais". E a nova fase da vida judiciária federal que se inicia está a merecer a atenção dos estudiosos das letras jurídicas, tanto mais quanto escassa é a bibliografia que nos vem da antiga Justiça Federal. É mesmo estranho o desinterêsse de tantos e tão eminentes processualistas, sobre tão relevante assunto, a ponto de só encontrarmos uma obra de fôlego sobre essa justiça, a Consolidação das Leis da Justiça Federal, da autoria de Tavares Bastos, éle próprio Juiz Federal da Seção do Estado do Espírito Santo, além das referências que à Justiça Federal constam das obras clássicas de Pedro Lessa – O Poder Judiciário – e Castro Nunes – Teoria e Prática do Poder Judiciário.

Por isso, sua monografia servirá, sem dúvida, não só para a ilustração de todos quantos, por ofício ou por interêsse, se devam dedicar aos estudos sobre a Justiça Federal, mas ainda contribuirá para o esclarecimento de assunto pouco trilhado em nossa literatura judiciária, e

de flagrante atualidade, na ocasião em que iniciam seu funcionamento os novos órgãos da Justiça Federal de Primeira Instância, em boa hora restaurada.

Com os meus cumprimentos, e os melhores votos pelo merecido sucesso de seu esforço e valioso trabalho, subscrevo-me com atenção e estima.

Brasília, 2 de maio de 1968

OSCAR SARAIVA

INTRODUÇÃO

É sempre delicado, exigindo muita disposição, assumir o encargo, mesmo voluntário, de escrever, com a idéia de publicação, interpretando textos, coletando fatos e datas. Corre-se o risco calculado da reação, da incompreensão e de críticas contundentes.

Entretanto, sempre ansiei pelo trabalho e pela pesquisa. Aqui fui, também, estimulado pela vontade de colaborar, ensaiando, porque antes jamais me atrevi a dar passos de escrevinhador.

Sou juiz pelo gosto de julgar. De decidir, sem a marca de fazê-lo por imperativo ou dever funcional, mas com o desejo de fazer justiça. Em primeira instância, coberta de esperanças e expectativas, exerço meu cargo. Estou consciente de minhas responsabilidades. Delas nunca corri.

O homem sempre sonhou com a justiça. Sempre procurou a justiça. Não raro, por não a encontrar, a fez, ou pensou fazê-la, com as próprias mãos.

Como advogado, por muitos anos, militando no fôro, adquirindo uma experiência grata e útil, sempre almejei a justiça. Nada

mais que a justiça. Às vezes êsse comportamento, por incrível, causa espécie e escárnio. Mas, em nome dela, sem receio ou tibieza, para não traí-la, sofri e me amargurei; porém, dela não me divorciei. Acredito-a possível. Possível na sua amplitude e fins, como instrumento indeclinável da perfeição humana e de aproximação do homem com a perfeição divina. O homem foi feito à imagem e semelhança de Deus. Êste é bondade, amor e JUSTIÇA.

Com devotamento e pensando em prestar serviço à divulgação da Justiça Federal, desejando a sua publicidade, o seu conhecimento, as suas origens, jurisdição, competência e fins constitucionais, aventurei-me na empreitada.

Trata-se de simples monografia, despida da veleidade de mostrar erudição ou deitar cátedra. Do princípio ao fim, não foram usadas palavras rebuscadas e não se procurou sustentar conceitos complexos. Seguiu-se a trilha da simplicidade nas palavras, na exposição, com a intenção de legar, pelo menos, uma anotação cronológica de datas, de fatos e de observações que permitam e sirvam, para outros, mestres mais experimentados e capazes, de ponto de partida e iniciação da conceituação definitiva sobre a Justiça Federal.

Por muitos será recebida com reservas e por outros como contraditória. Se assim acontecer, dou-me por satisfeito: foi recebida e despertou interesse. Ninguém escreve para ninguém. Escreve-se esperando que alguém leia, discuta, concorde ou discorde. Mas leia. É a paga e retribuição.

Foi escrita, esta monografia, dentro dessas limitações, esperando ser útil aos estudantes, advogados, magistrados e interessados. Pretende fazer sentir a presença da Justiça Federal.

Quer servir de apoio e início a indagações mais precisas. Procura dar uma visão histórica, dentro da nossa evolução constitucional,

do seu surgimento e perspectivas. Tem como suportes os textos constitucionais e leis afins, acompanhados, quando julgado oportuno, de apontamentos doutrinários, de apreciações sobre os assuntos abordados.

Nesse sentido, com dimensões modestas e sem ambição, dentro de propósitos simplistas, deve ser lida e compreendida. Não se trata de prova de capacidade literária ou de versatilidade na linguagem. Não quer e não pretende evidenciar erudição. Procura ser assimilável, sem a preocupação de apresentar-se erudita ou em trabalho de alentadas páginas.

Procura criar para ficar. Deseja, na singeleza de suas pretensões, que se converta em construtivo e eficiente manual iniciático das origens, jurisdição e competência constitucional da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.

Curitiba, em novembro de 1967

Milton Luiz Pereira JUIZ FEDERAL, substituto.

Dai-me um juiz independente, íntegro, capaz e pouco me importará, depois, o como andar o resto da Constituição, ou o partido que ocupa o Governo.

O que sei eu é que esse governo será liberal.

RUFUS CHOATE

Capítulo I

DAS ORIGENS CONSTITUCIONAIS

§ 1º

O nosso federalismo surgiu de uma subdivisão do Estado Monárquico – unitário – onde os poderes eram concentrados por um governo central. No Império, como decorrência dessa centralização, o Poder Judiciário era uno, em correspondência à estrutura política do Estado, com o destaque de ser independente como poder, firmando uma conseqüente unidade da justiça. Constituição do Império – art. 151:

"O Poder Judicial é independente, e será composto de juízes e jurados, os quais terão lugar, assim no cível como no crime, nos casos e pelo modo que os códigos determinarem".

Contrasta, efetivamente, com a conceituação do regime monárquico a independência assegurada, na Constituição do Império, ao Poder Judiciário. Mas, a distribuição da justiça sempre foi uma necessidade à estabilidade dos regimes.

Configurou-se, em todas as quadras históricas, como um "Poder" sobre os poderes. Sobreviveu a tôdas as tormentas e evoluiu, em técnica e métodos, como síntese, pelos tempos, com a aplicação da justiça refletindo o estágio de desenvolvimento da civilização.

O Poder Judiciário – os juízes –, em relação aos demais poderes, é o "Juiz das atribuições dos demais poderes..." ⁽¹⁾. Na lição aristotélica de que "não sendo bem distribuída a justiça, sobreviveriam dissensões e graves desordens no Estado"⁽²⁾; também, aparece o realce e a necessidade dos órgãos aplicadores das leis serem poderes autônomos, em benefício da ordem estatal.

Em nosso país, segundo anotação de CARLOS MAXIMILIANO – *Comentários à Constituição Brasileira* (pág. 16). "Granjeáramos certa autonomia judiciária em 1609, quando se instituía, para o Brasil, o

⁽¹⁾ — FRANCISCO CAMPOS, em discurso que pronunciou perante o Supremo Tribunal Federal, em 1941. Citado por Cláudio Pacheco, em *Tratado das Constituições Brasileiras*, vol. VII, pág. 14.

⁽²⁾ — *A Política*, Livro 6º.

primeiro Tribunal da Relação, da Bahia. Suprimiram-no os espanhóis em 1626. Foi restaurado pelo governo de Lisboa em 1652".

Portanto, no regime imperial brasileiro, a justiça era una, ou conceituando-a modernamente se poderá dizer: justiça nacional. Porém, na evolução da nossa história, o território brasileiro, foi dividido em capitanias hereditárias, solução administrativa fracassada do governo colonialista de Portugal; mas com o sopro de novas e liberais idéias, o Brasil alcançou sua independência, para atingir, depois de vencidas as formas imperiais, em regime federativo, a forma de governo republicano.

O regime federativo, com uma subdivisão do Estado unitário, saindo-se da concentração de poderes para uma divisão dos mesmos em favor dos Estados-membros, ampliando-se-lhes a soberania, trouxe, como consequência, uma nova organização do Poder Judiciário: justiça federal e justiça estadual.

Essa subdivisão, estabelecendo um sistema de dualidade do Poder Judiciário, teve, de imediato, logo que proclamada a República, corporificação legal, com a criação da justiça federal, pelo Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890; portanto, menos de um ano depois da mudança da forma de governo – 15 de novembro de 1899 – e anteriormente à Constituição de 1891, promulgada em 24 de fevereiro daquele ano. Dispunha o Decreto nº 848, em seu art. 1º:

A Justiça Federal será exercida por um Supremo Tribunal Federal e por juizes inferiores intitulados Juizes de Secção.

A Constituição de 1891, fundando o sistema federativo de governo, resguardando e aceitando a instituição da justiça federal, corporificada como instituição pelo referido Decreto nº 848, editado pelo Governo Republicano e Provisório, a consagrou em seu art. 55:

O Poder Judiciário da União terá por órgão um Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República, e tantos

juízes e tribunais federais, distribuídos pelo país, quantos o Congresso criar.

Torna-se obrigatório salientar, pelas notáveis divergências que ensejou, as disposições do aludido artigo 55: "... e tantos juízes e tribunais federais distribuídos pelo país, quantos o Congresso criar", porque para uns, essa expressão, significava "juízes singulares de primeira instância e tribunais coletivos de segunda instância", enquanto que outros a interpretavam como equivalente a "tribunais singulares e coletivos de primeira instância". Apresentava-se o Supremo Tribunal Federal como a segunda e última instância judiciária federal, tornando-se "o símbolo da autoridade niveladora de todos os habitantes do território sob o mesmo regime de igualdade", e prestigiar ao mesmo tempo "a tendência universal para uniformizar a jurisprudência como uma das fontes primordiais do Direito não incorporado nas leis do país, em lição de PAULO LABAND, *Direito Público do Império Alemão*"⁽³⁾.

É, contudo, para fixação histórica, relevante salientar que essa Constituição, a exemplo das principais constituições da América Latina, moldou-se nas linhas mestras da Constituição norte-americana. A dualidade da justiça, como meio eficaz da ação pronta, com conhecimento das peculiaridades locais. Aqui a justiça estadual. No campo espacial da federação, ao lado e harmônicamente com um poder central, como fiel da república federativa e presidencial, a justiça federal. Entretanto, segundo CARLOS MAXIMILIANO⁽⁴⁾, "O autor do Decreto n° 848, de 1890, que organizou a Justiça Federal, preferiu o sistema argentino vigente naquele tempo; e logo os projetos de Constituição se inclinaram para o sistema norte-americano. Tanto que o texto expresso pelo art. 55 da Constituição de 1891 seguiu a conceituação da Constituição americana que dispõe no seu art. III – Seção I: "O poder judiciário dos Estados Unidos será

⁽³⁾ — CARLOS MAXIMILIANO, ob. cit., pág. 587.

⁽⁴⁾ — Ob. cit, pág. 590.

exercido por uma Corte Suprema, e pelos tribunais inferiores que o Congresso periodicamente criar e estabelecer”.

Essa inclinação à Constituição norte-americana, fugindo ao tradicionalismo que, anteriormente, por estar presente na constituição então vigente naquele país, influíra na redação do Decreto nº 848, está presentemente estabelecida na atual Constituição Argentina, art. 89: “El Poder Judicial de la Nación será ejercido por una Corte Suprema de Justicia, y por los demás tribunales inferiores que el Congreso estableciese en el territorio de la Nación”.

Seguindo os mesmos princípios, dando guarida a uma justiça federal, a Constituição do México dispõe em seu art. 94:

Se deposita el ejercicio del Poder Judicial de la Federación en una Suprema Corte de Justicia, en Tribunales de Circuito y en Juzgados de Distrito, cuyo número y atribuciones fijará la ley. ...

Todavia, essa discussão exegética foi dirimida pela Lei nº 4.381, de 5 de dezembro de 1921, estabelecendo que haveria juízes singulares de primeira instância e tribunais federais de segunda instância, na Capital Federal, em Recife e em São Paulo. Publicada essa lei, toda a divergência se diluía, fortificando-se, também, sem os óbices das dúvidas ou receios de ordem constitucional, a *Justiça Federal de Primeira Instância*, com os seus juízes singulares – Juízes Federais – conforme estatuíram os arts. 54 e 67, do Decreto nº 3.084, de 5 de novembro de 1898; tal decreto era a consolidação das leis referentes à Justiça Federal, trazida ao cenário judiciário brasileiro, pelo Decreto nº 848, de 1890, que foi seguido pelo de nº 221, de 1894.

Verificou-se, pois, com a promulgação da Constituição de 1891, seguida dos decretos mencionados, a sistematização da dualidade das justiças no Brasil, com os Estados federados organizando as suas respectivas justiças, com competência definida (art. 62 c/c 65). A

verdade, porém, é que a Justiça Federal não adquiriu a dinâmica desejada aos seus fins.

Sob esse prisma é evidente o alcance, então, de artigo escrito por AMARO CAVALCANTI e lembrada por TAVARES BASTOS⁽⁵⁾, quando transcreve:

Num país em que a forma de governo monárquico é substituída bruscamente pela democrática, profundas devem ser as alterações nas leis judiciárias, para serem adaptadas ao novo regime, ficando à margem quase todas as que vigoravam até então.

Proposições não são precisas para isso corroborar.

É mais que intuitivo.

Entretanto, com a instituição da Justiça Federal no nosso país, isso não se deu.

Múltiplas leis do regime decaído ainda vigoram na integridade de seus textos.

Em poucos artigos legislou-se para a mais importante das justiças da República – a justiça federal, distribuída por juízes exclusivos da União.

E isto, logo após a mudança do regime de governo da nação.

Apesar dos reclamos por uma estrutura mais atualizada, salvo pequenas alterações que não modificaram o todo, a Justiça Federal atravessou os anos, vindo encontrá-la, ressalvadas as emendas de 1926, que melhor definiram sua competência, com as linhas mestras estabelecidas em 1891, a Constituição de 1934. Esta Carta, sem alterar as garantias atribuídas aos seus membros, sustentou a dualidade da justiça, acrescentando, como inovação na esfera federal, a *Justiça Eleitoral* (art. 63, letra "d").

⁽⁵⁾ *Consolidação das Leis da Justiça Federal*, tomo I, págs. 3 e 4.

Quanto à competência, sem alterar a essência, simplificando, para melhor, a redação do art. 62 da Constituição de 1891, dispôs em seu art. 70:

A Justiça da União e a dos Estados não podem reciprocamente intervir em questões submetidas aos tribunais e juízes respectivos, nem lhes mudar, alterar ou suspender as decisões, ou ordens, salvo os casos expressos na Constituição.

Sem alterações fundamentais continuava jurisdicionando a Justiça Federal, quando veio a outorgada Constituição Federal de 1937, introduzindo, não só no sistema judiciário brasileiro, como na ordem econômica, organização política, e nos direitos e garantias individuais, profundas alterações.

Especificamente, quanto à Justiça Federal, sem maiores razões, face à dualidade que permanecia, suprimiu "os juízes e tribunais federais", "os juízes e tribunais eleitorais", mantendo os "juízes e tribunais militares" (art. 90); sendo emendada, posteriormente, para poder agasalar o Tribunal de Segurança Nacional (Lei Constitucional nº 7, de 30/9/42).

Por seu turno, a Constituição Federal de 1946, reorganizando o Poder Judiciário, restabeleceu a Justiça Eleitoral, criando a do Trabalho, sem, contudo, restaurar os cargos dos juízes federais de primeira instância, para fixar, como tribunal federal, o Tribunal Federal de Recursos (art. 94). Este Tribunal, em segunda instância, julgaria todas as causas de interesse direto ou indireto, da União, tendo o Supremo Tribunal Federal como última instância. Mas não restabeleceu, paradoxalmente, a Justiça Federal de Primeira Instância, com juízes singulares. A competência dessa primeira instância era exercida pela Justiça Estadual.

Essa orientação dos constituintes de 1946 (arts. 103 e 105) foi seqüência dos chamados "tribunais federais de circuito", referido pela

Constituição de 1891, que expressava em seu art. 55: "... tantos juízes e tribunais federais distribuídos pelo país quantos o Congresso criar".

Resolvendo, como se verificou atrás, a divergência de interpretação sobre a expressão "juízes e tribunais federais", a Lei nº 4.381, de 5/12/1921, em seu art. 22, deixava definida a criação de três Tribunais Regionais, sediados na Capital Federal, Recife e São Paulo. Anote-se que essa mesma orientação não passara despercebida na Carta de 1934 (art. 78).

Segundo os comentadores, como PONTES DE MIRANDA, EDUARDO ESPÍNOLA, e outros, a concretização dessa providência surgia da urgente necessidade de descongestionamento e desacumulação das atribuições do Supremo Tribunal Federal. Sobre êsse particular, lavrados por CARLOS MAXIMILIANO⁽⁶⁾, cabem êstes comentários:

Os Estados Unidos instituíram *Tribunais Distritais* (pelo menos um em cada Estado), *Tribunais de Circuito* (um com jurisdição em dois Estados ou mais), e, no alto, coroando o sistema de organização judiciária, a Corte Suprema. Oberada de trabalho, não julgava esta senão parte dos feitos que recebia. Pensaram em dividir a tarefa. Como no Brasil, surgiu logo a objeção constitucional. O código básico estatuiu: "O Poder Judiciário dos Estados Unidos será conferido a uma Corte Suprema e tantos tribunais *inferiores* quantos o Congresso de tempos em tempos ordenar e estabelecer (art. 3º, seção 1ª, nº 1)". Concluía-se, como no Brasil, que era possível criar sòmente os tribunais *inferiores*, isto é, de primeira instância. O mal perdurou, agravando-se; eternizavam-se as demandas. Afinal, o senso prático daquele povo triunfou contra as objeções dos casuístas. Não se deteve ante filigranas doutrinárias, nem se perdeu nos meandros de um formalismo exagerado. Afirmou ser apenas preciso que o nôvo pretório fôsse *inferior* ao Supremo. Estabeleceu, em 1891, nove Tribunais de Apelação de Circuito, e suprimiu em 1911 os simples Tribunais de Circuito antigos; de sorte que dos Tribunais Distritais se recorre logo para o de Apelação, ou diretamente para a Corte Suprema.

§ 2º

⁽⁶⁾ — Ob. cit, pág. 594.

Transcritos êsses comentários, quanto à fórmula referida e adotada pela Constituição de 1946, em verdade, ficava solucionado o problema de interpretação do art. 55 da Constituição de 1891, resolvendo-se a polêmica doutrinária sobre os "juízes e tribunais federais", mas, também considerando o restabelecimento dos "juízes e tribunais eleitorais" e criando "os juízes e tribunais do trabalho", mantendo "os juízes e tribunais militares" (incs. III, IV e V, art. 94), sem justificação razoável ou explicação lógica, no sistema da organização judiciária que, constitucionalmente adotada, fixou a exclusão dos juízes de primeira instância do Tribunal Federal de Recursos.

Êsse critério significava flagrante afastamento da tradição e das formas de organizações onde se inspirava o organismo judiciário brasileiro. Inclusive, deixando de lado o princípio corrente da seqüência das ações, sem quebra nos degraus do corpo judiciário, na tramitação do seu processamento, julgamento e apelações, em termos de autonomia conjunta.

A fórmula escolhida, sob outro ângulo, quebrava, dentro do critério administrativo, a hierarquia. Pois, o Tribunal Federal de Recursos, decidindo em grau de recurso os julgados de juízes inferiores, dos quadros das justiças estaduais, em primeira instância, não deixava de ser um tribunal alheio aos sistemas judiciários estaduais e diretamente sem ação, *lato sensu*, administrativa sobre eles.

A forma admitida pela Constituição de 1946, atribuindo aos juízes estaduais competência para o processamento e julgamento de causas federais, criava uma situação híbrida: exercício de jurisdição federal por juízes investidos em funções da magistratura estadual. Exerciam jurisdição federal, embora ungidos e subordinados à Justiça Estadual.

Em muitos Estados, as organizações judiciárias não têm varas privativas para os feitos federais. Existem Varas da Fazenda Pública, com

competência, por distribuição, para atender as Fazendas Municipal, Estadual e Federal.

Enfim, era uma situação estridente à razão e ao sistema de organização judiciária tradicionalmente aceito na dualidade da justiça. Essa configuração, face às atribuições compulsórias (art. 201 e §§ 1º e 2º), deferidas aos juízes estaduais, embora próprias a uma primeira instância da justiça federal, se constituía em anomalia e exceção à própria sistemática constitucional, agasalhada na Carta de 1946.

Nesse sentido, com a pujança que lhe é peculiar, leciona Rui BARBOSA⁽⁷⁾:

Na dualidade judiciária da nossa organização constitucional, não pode haver senão duas idéias: a de uma justiça criada pelo Estado, e a de uma justiça ligada à União; a justiça local e a justiça federal. À justiça local incumbe, como competência que lhe é nativa, o domínio das relações civis de caráter comum; à justiça federal pertence privativamente o domínio dos fatos e das relações de natureza política, daquelas que entendem com o regime constitucional, ou que tocam fundamentalmente às instituições constitucionais.

.....
Criou, é certo, quanto à justiça, para estas relações, um fôro especial; mas quem diz fôro diz justiça, quem diz justiça neste regime, ou diz justiça local, justiça dos Estados, ou federal da União.

Essa situação constitucionalmente adotada, excluindo a primeira instância da magistratura federal, como uma exceção ao sistema erigido, dentro das contingências históricas de nossa conturbada vida político-administrativa, chegou até à transição política ocorrida com a chamada "Revolução de 31 de março de 1964".

Com efeito, o *Diário Oficial* da União, de 27/10/1965, com as correções anotadas pelo mesmo *Diário* em 5/11, do mesmo ano, publicou o Ato Institucional nº 2.

⁽⁷⁾ — RUI BARBOSA, *Comentários à Constituição Federal Brasileira*, vol. IV, págs. 61 e 62.

O Ato referido, em seu preâmbulo, entre outras considerações, assinala, discorrendo sobre a revolução, que:

a) ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação; b) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular.

Dentro dessa ordem de princípios e idéias, defendendo como legítimo o Poder Constituinte que a ensejou, voltando-se à tradição de nosso direito constitucional, pelo art. 6º desse Ato, foi restabelecida a Justiça Federal de Primeira Instância, constitucionalmente agasalhada, pela Carta de 1946, nos precisos termos do seu artigo 94; com a nova redação dada pelo supracitado artigo:

O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

I – Supremo Tribunal Federal;

II – Tribunal Federal de Recursos e *juízes federais*;

§ 3º

Os juízes federais são juízes singulares de primeira instância e o Tribunal Federal de Recursos a segunda instância. Pelo art. 104, dentro das alterações impostas pelo Ato, com o número de ministros aumentado de 9 para 13 (art. 103), continuou íntegra a competência desse Tribunal. O art. 105 ficou com sua redação totalmente alterada, desde que foi suprimida aquela dada inicialmente pela Carta de 1946:

A lei poderá criar, em diferentes regiões do país, outros Tribunais Federais de Recursos, mediante proposta do próprio Tribunal, e aprovação do Supremo Tribunal Federal, fixando-lhes sede e jurisdição territorial e observados os preceitos dos arts. 103 e 104, que passou à seguinte: art. 105 – Os juízes federais serão nomeados pelo Presidente da

República entre cinco cidadãos indicados na forma da lei pelo Supremo Tribunal Federal.

Com as alterações ditas pelo mesmo Ato, substituiu-se a faculdade de criação de outros Tribunais Federais de Recursos, pela criação, em cada Estado ou Território, de seções judiciárias, com sede na respectiva Capital. Nesse sentido, foi incluído, no citado art. 105, o § 1º com esta redação: "Cada Estado ou Território e bem assim o Distrito Federal constituirão de per si uma seção judicial, que terá por sede a capital respectiva".

Foi também incluído, pelo aludido art. 6º do Ato nº 2, § 2º do art. 105, estabelecendo que: "A lei fixará o número de juízes de cada seção bem como regulará o provimento dos cargos de juízes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça".

As disposições do art. 104 da Constituição de 1946 definiam a competência do Tribunal Federal de Recursos e o § 3º, a ela incorporado, pelo Ato nº 2, estabeleceu as limitações constitucionais da competência, em primeira instância, dos juízes federais, dispondo:

Aos juízes federais compete processar e julgar em primeira instância:

- a) as causas em que a União ou entidade autárquica federal fôr interessada como autora, ré, assistente ou opoente, exceto as de falência e acidentes de trabalho;
- b) as causas entre Estados estrangeiros e pessoa domiciliada no Brasil;
- c) as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou com organismo internacional;
- d) as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;
- e) os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

- f) os crimes que constituem objeto de tratado ou de convenção internacional e os praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;
- g) os crimes contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve;
- h) os *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal não subordinada a órgão superior da Justiça da União;
- i) os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos do art. 101, I, *i*, e do art. 104, I, *b*.

Restaurada, assim, a Justiça Federal de Primeira Instância, na forma atrás enunciada, ficava estabelecida, também, sua competência. Por consequência, o Tribunal Federal de Recursos, até então, com competência mais limitada, tinha-a ampliada jurisdicionalmente.

Essa ampliação de competência, com maior destaque, bem assinalada pelas novas redações dadas aos artigos 103, 104 e 105 da Constituição de 1946, que se evidenciaram pela Emenda Constitucional nº 16, de 26/11/1965, em seus arts. 6º, 7º, 8º e 9º, fluía para conhecer dos crimes políticos, dos crimes contra a organização do trabalho e contra o direito de greve. Também, era renovada a possibilidade de criação de outros Tribunais Federais de Recurso, em diferentes regiões do país.

§ 4º

Na tentativa da fusão de experiência do passado com a realidade do presente e das esperanças do futuro, nasceu a Constituição de 1967, elaborada na vertente de profundas e graves modificações na vida político-administrativa do país, com a justificativa de que:

A técnica constitucional, nesta segunda metade do século XX, não é e não pode ser a de outros tempos; ela deve

traduzir, no texto fundamental, a experiência do passado, a realidade do presente e as aspirações do futuro.⁽⁸⁾

O projeto oficial da Constituição de 1967 sofreu, em verdade, na sua estrutura global, assinaladas modificações. No capítulo do Poder Judiciário, quanto à Justiça Federal, essas alterações introduziram várias modificações, como, por exemplo, incluindo no § 1º do art. 118 disposições autorizando a criação de novas seções judiciárias: "Lei complementar poderá criar novas seções".

Quanto à competência proposta no projeto inicial, anotava-se que o inciso I, do art. 117, não excetuava, daquela competência, causas hoje afetas à Justiça Eleitoral e à Militar, o que ocorreu no texto aprovado do inc. I do art. 119.

Outrossim, o texto original – art. 117 – não incluía as questões de direito marítimo e as matérias constantes dos itens IX e X, incorporadas pelo art. 119 do estatuto aprovado.

Assinale-se que, entre o período vago da Emenda Constitucional nº 16, de 26/11/1965, à Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, surgiu, como Lei Orgânica da Justiça Federal de Primeira Instância, a Lei nº 5.010, de 30/5/1966. Esta lei obedeceu aos mandamentos ordenativos da Emenda nº 16 e, organizando a citada Primeira Instância, em seu art. 1º estabeleceu que:

A administração da Justiça Federal de primeira instância nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios compete a Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos, com a colaboração dos órgãos auxiliares instituídos em lei e pela forma nela estabelecida.

No corpo dessa lei estão definidas as regras normativas de sua organização. Entrementes, foi alterada pelo Decreto-lei nº 30, de

⁽⁸⁾ — Justificativa do Ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, encaminhando o projeto da Constituição, ao Pres. da República.

17/11/1966, pelo Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967, e, recentemente, pela Lei nº 5.345, de 3/11/1967.

Anotadas essas circunstâncias, pode-se concluir dizendo que a Carta de 1967, consagrando o ressurgimento feito pelo Ato Institucional nº 2, com as disposições conseqüentes da Emenda Constitucional nº 16, finalmente deu cânones constitucionais – Seção IV, Capítulo VIII – Do Poder Judiciário – com as disposições que sustenta, dispondo em seu art. 107:

O Poder Judiciário da União é exercido pelos seguintes órgãos:

I – Supremo Tribunal Federal;

II – Tribunais Federais de Recursos e *juízes federais*;

III –

IV –

V –

Especificadamente, versando sobre os juízes federais, dispõe a Constituição de 1967:

Seção IV – Dos Juízes Federais

Art. 118 – Os juízes federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros maiores de trinta anos, de cultura e idoneidade moral, mediante concurso de títulos e provas, organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição.

§ 1º – Cada Estado ou Território, assim como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva Capital. Lei complementar poderá criar novas seções.

§ 2º – A lei fixará o número de juízes de cada seção e regulará o provimento dos cargos de juízes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça.

Art. 119 – Aos juízes federais compete processar e julgar, em primeira instância:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal fôr interessada na condição de autora, ré, assistente ou opoente, exceto as de falências e as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Militar ou à do Trabalho, conforme determinação legal;

II – as causas entre Estado estrangeiro, ou organismo internacional, e pessoa domiciliada ou residente no Brasil;

III – as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV – os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional e os cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

VI – os crimes contra a organização do trabalho, ou decorrentes de greve;

VII – os *habeas corpus* em matéria criminal de competência ou quando o constrangimento provier de autoridade, cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII – os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal ou dos Tribunais Federais de Recursos;

IX – as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;

X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de cartas rogatórias, após o *exequatur*, e das sentenças estrangeiras, após a homologação; as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

Dessa forma, constitucionalmente está restabelecida, com jurisdição e competência limitadas, a Justiça Federal de Primeira Instância. Nasceu, por fundamentação histórica e circunstancial, no Brasil,

sob o fluxo de idéias liberais, pregadas desde os primórdios de nossa independência política, solenizando-se na primeira Constituição Republicana, como fruto de pregações, cujas raízes antecedentes foram os publicistas, os panfletários, os polemistas que tornaram públicos os anseios nacionais de liberdade. Nasceu com a função de interpretar, consolidar e limitar o regime republicano que se instalava na história da nossa emancipação política. Controlando os seus atos, fazendo cumprir suas leis e limitando o seu poder. Para essa competência bem aplicáveis são êstes conceitos:

Desde que decidis matéria constitucional, estais decidindo sobre os poderes do Governo. Sois o juiz dos limites do poder do Governo, e, decidindo sobre os seus limites, o que estais decidindo, em última análise, é sobre a substância do poder. O poder de limitar envolve, evidentemente, o de reduzir ou de anular. E eis, assim, aberto ou franquiado à vossa competência todo o domínio da política: a política tributária, a política do trabalho, a política econômica, a política da produção e da distribuição, a política social em suma, a mais política das políticas, a *Polis* na sua totalidade – a sua estrutura, os seus fundamentos, a dinâmica das suas instituições e do seu governo....⁽⁹⁾

§ 7º

Com êsse roteiro cronológico e dentro dêsses conceitos, ressurgiram os juízes federais, vindos de experiência antiga, como convenientes à nova ordem constitucional surgida. Solenizados constitucionalmente, como solenizados pela Constituição de 1891 foram os primeiros juízes federais, sem perderem, e não devendo perder, sua formação liberal.

Vieram da eclosão de significativo movimento político. Decorre-lhes, além de outras assinaláveis, a responsabilidade de interpretar, controlando, reduzindo ou anulando, efeitos dentro da dinâmica das instituições vigentes, firmando a conceituação filosófica e

⁽⁹⁾ — Discurso de FRANCISCO CAMPOS, pronunciado perante o STF. Ob. cit. de Cláudio Pacheco, vol. VII, pág. 14.

verdadeira da nova quadra histórica que se instalou no Brasil, como o sopro de novas idéias, resultando em impactos notáveis nas normas jurídicas tradicionalmente aceitas entre nós.

Essa primeira instância está composta, e sempre será renovada, por magistrados saídos e formados dentro do liberalismo de nossas Faculdades de Direito, norteados por uma tradição de sensibilidade jurídica, lastreada em pensamento político-progressista, destinados à implantação de uma nova filosofia de ação, sem trair o espírito jurídico e democrático dominante na magistratura brasileira.

A circunstância de ser restaurada, a magistratura federal de primeira instância, em época de transição política, com influxos e refluxos recebidos de forças exteriores, com a institucionalização de normas excepcionais e revolucionárias, não afetam os seus fundamentos históricos e constitucionais.

Os fatos políticos devem ser recebidos, analisados e compreendidos com honestidade perante a história.

O seu renascimento saiu de um Poder Constituinte. O "Ato Institucional" é da tradição brasileira. Essa forma de ordenamento jurídico existe desde os antigos triunviratos. São soluções que surgem sempre em momentos de crises, onde as instituições não se solidificaram, não se alicerçaram. São próprias de civilizações em evolução política. Em desenvolvimento econômico. O Ato Adicional de 1834, de 12/8/1834, resultou da abdicação de D. Pedro I. O de 1961 veio da renúncia do Presidente Jânio Quadros, como o Ato Institucional nº 2 apareceu da deposição do Presidente João Goulart. São instrumentos que restabelecem, como soluções prontas, as normas jurídico-constitucionais ofendidas ou lesadas. São instrumentos adequados para o restabelecimento da legalidade, de afirmação da soberania do Poder Constituinte, seja emanado do povo ou de afirmação revolucionária, nascida e inspirada em suas mais legítimas aspirações. Entroniza, dentro

dos quadros constitucionais, uma situação de fato, legitimando-a, evitando que a estrutura constitucional, sem a qual desaparecerá a ordem jurídica do Estado, seja diluída pelo processo revolucionário instaurado.

A institucionalização da Justiça Federal de Primeira Instância não se instalou de inspirações precipitadas, resultou, antes, de um natural e legítimo Poder Constituinte, que a reviveu, trazendo-a atualizada de uma experiência anterior e historicamente feliz. Sua responsabilidade com o presente é de justificar-se. Com o passado, de atualizar experiência feliz, para em ascendente atualização, com o pensamento jurídico moderno e atuante, fixar-se como verdadeiramente necessária. Com o futuro, de firmar o lastro necessário na vida jurídica brasileira, como legítimo e irreversível instrumento de interpretação e aplicação da lei, favorecendo a compreensão e o alcance das grandes e necessárias reformas estruturais da sociedade brasileira.

Capítulo II

DA JURISDIÇÃO

§ 1º

Cumprindo, outra vez, face à dualidade de justiça existente no Brasil, destacar que a mesma surgiu da materialização, entre nós, da idéia da federação. Houve, com o advento da República, uma partilha, entre o Governo Federal e os governos estaduais, na competência das atribuições legislativas e administração da justiça.

A respeito, fazendo um retrospecto histórico, vêm com oportunidade as anotações da lavra de CAMPOS SALLES, como Ministro da Justiça do Governo Provisório, falando na Constituinte de 1891:

Em 1831, isto é, em consequência da revolução dessa época, outorgou-se às províncias do Império e estas começaram a organizar a sua justiça de primeira instância; mas esta faculdade vinha acompanhada também da de organizar o respectivo processo.

Foi em virtude deste princípio consagrado no Ato Adicional⁽¹⁰⁾ que as províncias do Império começaram a organizar a sua justiça de primeira instância, estabelecendo a respectiva jurisdição, assim como a divisão territorial. Em muitos pontos tornou-se sensível a tendência de alargar quanto possível o preceito constitucional, tão profundo era o sentimento da independência local.

Na Câmara de 1836 tratava-se, entre outros atos, que já faziam pressentir um movimento reacionário, de decretar a inconstitucionalidade da lei de 16 de agosto do mesmo ano, votada pela Assembléia Provincial de Pernambuco, lei que tinha estabelecido a sua organização judiciária. Da Comissão respectiva, encarregada de interpor o seu parecer, destacou-se o ilustre Deputado Luís Cavalcanti para dar o seu parecer em separado. O Congresso lucrará em conhecer a elevação de vistas, a firmeza democrática e o brilhantismo com que o ilustre pernambucano antecipava naquela época os fundamentos da política experimental, ensinada em nossos dias por um emérito publicista.

Continua CAMPOS SALLES:

Baqueando o Império, dividiram-se as opiniões na Constituinte Republicana: uns pleiteavam para os Estados a prerrogativa de legislar até sobre o direito substantivo; outros (entre eles os maiores juristas daquela assembléia) preferiam a unidade do direito e da magistratura.

Triunfou o meio-térmo: coube à União a lei material, e a formal da sua justiça, de competência restrita; aos Estados a sua organização judiciária e o respectivo processo civil, comercial e criminal.

Realizou-se, portanto, a velha aspiração quase vitoriosa com o Ato Adicional de 1834. Caiu a doutrina do fracionamento do direito substantivo, inspirada pela escola histórica, da qual SAVIGNY foi o pontífice. Revigora-se dia a dia a tendência oposta – a da universalização do Direito. A Alemanha, constituída por vários países confederados, promulgou, para todos eles, um Código Comercial e um Penal, em 1870, e um Código Civil, em 1896.

A república federativa da Suíça elaborou, a princípio, o Código Federal das Obrigações; depois foi mais longe. A de 10 de dezembro de 1907 decretou um Código Civil para todos os cantões.

⁽¹⁰⁾ — Ato Adicional de 12-8-1834.

Em vários congressos internacionais se há adiantado o trabalho para conseguir uma lei universal sôbre as letras de câmbio e um Código de Direito Internacional Privado, vigente em um grupo de países. A unidade do Direito constitui um elo da cadeia que prende os povos federados, confederados ou simplesmente amigos.

Por outro lado, é lógico ter cada Estado autônomo os três poderes constitucionais: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Governo local conhece melhor as necessidades da região e sabe como distribuir os juízes, como fixar as comarcas e termos, os prazos e dilações, atendendo às distâncias, aos meios de comunicação e publicidade, à diferença de cultura entre os povos, e a tantos outros requisitos que variam de uma zona para a outra, de um país colossal como é o Brasil.

Finaliza CAMPOS SALLES:

A dualidade de justiça, pregada no Manifesto Republicano de 1870, existe nas demais repúblicas federativas, como apanágio do regime vigente. Encontra-se nos Estados Unidos da América do Norte, na Suíça, no México, na Colômbia, na Venezuela e na Argentina.⁽¹¹⁾

Com a dualidade, cuja conceituação foi aceita e definida pela Constituição de 1891, depois de vencidas as resistências opostas, considerados os aspectos históricos referidos por CAMPOS SALLES, os princípios não foram mais alterados pelas constituições brasileiras. Portanto daí é, entretanto, real que a competência para a elaboração do direito substantivo e do direito adjetivo, em termos constitucionais vigentes, é privativo da União. É uma a jurisdição federal para sua legislação.

§ 2º

Vencida a demonstração do caminho mencionado pelo parágrafo anterior, sob outro ângulo, pode-se dizer que a jurisdição da Justiça Federal de Primeira Instância, sem fugir às conceituações tradicionais, nivela, dentro da competência para o processo e julgamento, todos os habitantes do território jurisdicionado. Esta restaurada, a

⁽¹¹⁾ — CARLOS MAXIMILIANO, ob. cit, págs. 454 a 456.

jurisdição do Tribunal Federal de Recursos reencontrou nela, sem aquela inexplicável amputação decorrente da Carta de 1937, que a eliminara, deixando, defeituosamente, uma instância superior sem juízes de instância a *quo*, o veículo lógico que lhe faltava para a administração da justiça federal, com juízes hierarquicamente subordinados, em todo o território nacional.

Corrigiu-se uma anomalia, vencendo-se uma experiência, junto à Justiça Estadual com seus juízes inferiores, que não correspondeu. A este respeito, MANUEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, citado por PAULO SARAZATE⁽¹²⁾, sustentou que:

A supressão dos juízes seccionais, em 1937, buscara simplificar a máquina judiciária, eliminando-se o inconveniente da multiplicidade de órgãos judiciários". Criaram-se então, espalhadas pelo país, as chamadas varas da fazenda federal, mas a experiência – consoante afirma, agora com acêrto, o mesmo autor – "não deu bons resultados, ressentindo-se com isto a administração da justiça e os cofres estaduais. Viram-se os Estados forçados a manter juízes e cartórios, em número sempre crescente, para atender a casos de interesse exclusivo da União, como as questões referentes a seus tributos, o que pesava bastante....

Porém, com a restauração da primeira instância, ficou restabelecido o degrau que faltava à Justiça Federal e idêntica à que têm todos os regimes federados. Firmou-se e completou-se uma jurisdição nacional, desde que a Constituição Federal de 1967, art. 107, ao enunciar os seus órgãos dispõe que: "O Poder Judiciário da União é exercido pelos seguintes órgãos: II – Tribunais Federais de Recursos e *juízes federais*; ..."

A jurisdição dos juízes federais de primeira instância, cobrindo todo o território nacional, é exercida em "Cada Estado ou Território, assim como, o Distrito Federal..." (§ 1º, art. 118, Const. Fed.), que constituem seções judiciárias, com sede na respectiva capital.

⁽¹²⁾ — *A Constituição do Brasil*, pág. 446.

Nesse sentido, com definição ampliada, a Lei nº 5.010, de 30/5/1966, estabelece em seu art. 1º:

A administração da Justiça Federal de primeira instância nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, compete a Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos, com a colaboração de órgãos auxiliares instituídos em lei e pela forma nela estabelecida.

Essa unidade jurisdicional permite, dentro de competência constitucionalmente estabelecida, o exame e solução das relações submetidas ao seu julgamento; sendo exercida, em todo o território nacional, subdividido para os efeitos de administração dessa primeira instância, com seções, em regiões judiciárias (art. 2º, lei cit.). Essa unidade é conforme os princípios constitucionais da unidade de jurisdição. É jurisdição, quanto ao espaço físico, exercida em todo o Brasil.

Enquanto as justiças locais têm jurisdição dentro dos limites estaduais, a justiça federal de primeira instância tem jurisdição nacional. Entretanto, os juízes federais têm a sua jurisdição limitada ao território de sua seção. É jurisdição *rei sitae*.

Tôdas as seções, com os seus juízes e órgãos auxiliares, estão integradas em um único sistema, cuja instância superior é o Tribunal Federal de Recursos.

§ 3º

A unidade de jurisdição referida também se caracteriza, considerando-se que os seus atos, afastando-se a interferência de outros poderes, são julgados pelo mesmo Tribunal, que, ainda, dentro de um controle legal, a administra através do Conselho da Justiça Federal, formado pelo Presidente e Vice-Presidente e por mais três de seus Ministros.

Estabelecido o norte dessa jurisdição, resta dizer que ela emerge em ato concreto, somente, quando, dentro de competência fixada

em lei, aparecerem os motivos catalisadores que venham quebrar sua inércia. Não é a justiça federal, na forma em que foi organizada e assentada, um instrumento indevido de intervenção nas soberanias estaduais. Ela veio trazer apenas a restauração, com a primeira instância, da unidade que estava quebrada. Pois, embora o sistema sacramento a dualidade, em verdade, diante da realidade dos juízes estaduais, com exercício nas Varas da Fazenda Pública, sob o custeio dos cofres estaduais, estarem decidindo questões sujeitas ao crivo, em matéria de recurso, de instância superior federal – Tribunal Federal de Recursos – existia, sem qualquer precedente histórico, entre nós, uma composição híbrida de justiça: – estadual e federal concomitante.

Fugia-se, assim, do princípio constitucional: uma justiça criada pelo Estado e de outra ligada à União. Embora versasse sobre feitos afins aos interesses da União e terceiros, os Estados arcavam com o ônus de manter uma estrutura, para aqueles fins, com recursos de seus próprios cofres. A restauração, em menção, restabeleceu as coisas nos seus devidos lugares.

§ 4º

Contudo, em destaque especial, afastando compreensões erradas e proclamadas, os juízes federais exercem a sua jurisdição sem intenções, embora com jurisdição no território de sua seção, representativas de órgão intervencionista.

O seu exercício jurisdicional somente toma corpo quando atividades jurisdicionadas lhe reclamem ação. Essa jurisdição, ainda que se dinamize só quando solicitada, justifica-se permanentemente, porque, como atividade pública, suas atribuições têm alcances e fins atuantes. Nesse tocante, JOSÉ FREDERICO MARQUES⁽¹³⁾ ensina que:

⁽¹³⁾ — *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. I, pág. 263.

O escopo da jurisdição é o de tornar efetiva a ordem jurídica e impor, através dos órgãos estatais do Poder Judiciário, a regra jurídica completa que, por força do direito vigente, deve regular determinada situação jurídica.

A Justiça Federal tem jurisdição e se arrima em mandamentos legais que lhe regulam, por atividade processual, de forma tácita ou expressamente, motivada, em campo imparcial, no rigorismo de sua competência, para ser exercida, com o mesmo espírito e intenção, nos quadrantes de suas seções ou regiões judiciárias, para resolver os interesses em conflito, harmonizando relações jurídicas afetadas por normas de conduta de seus jurisdicionados.

§ 5º

Resumindo, pode-se dizer que essa jurisdição é o retorno ao quadro próprio, exercida que era em varas públicas estaduais, de competência delegada. Restaurou-se, em órgão necessário, dentro do Poder Judiciário da União. Restabeleceu-se um princípio, restabeleceram-se os juízes singulares que a sistemática da Constituição consagra. Isso se compadece, tanto que ela estabelece Tribunais e Juízes Militares, Tribunais e Juízes Eleitorais, Juízes e Tribunais do Trabalho. Não seria, portanto, consentâneo que somente o Tribunal Federal de Recursos, dentro dessa sistemática, ficasse subtraído do exercício jurisdicional de juízes singulares.

Criados os cargos para os juízes singulares, completaram-se os órgãos do Poder Judiciário da União, em jurisdição constitucionalmente prevista. Seu poder de julgar é exercido, sem usurpação, nos atos jurisdicionais que processem dentro da soberania dessa instância inferior.

Servem-se dessa jurisdição aplicando a lei e recompondo, no campo dos direitos que lhes cumpre resguardar, a norma legal violada. A mesma jurisdição não foi restabelecida para impor direitos da União sobre as unidades federativas ou municipais. Foi deslocada, em benefício da

razão e do princípio da sua unicidade, com os estritos limites da competência de seus juízes, como uma espécie de *longa manus* de uma instância superior preexistente: Tribunal Federal de Recursos.

§ 6º

As imunidades a essa jurisdição, tanto civil como criminal, são expressamente conhecidas, fundadas em princípios constitucionais estabelecidos; bem como, conhecido é o seu alcance às questões sujeitas ao seu processamento e julgamento, dentro dos limites físicos das respectivas seções e regiões judiciárias.

A jurisdição, dentro dessas seções, sofre, em sua continuidade, exceções, para ceder lugar à dos juízes estaduais, nas comarcas do interior, quando se tratar de processo e julgamento de "executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas"; "vistorias e justificações destinadas a fazer prova perante a administração federal, centralizada ou autárquica, quando o requerente fôr domiciliado na Comarca"; "os feitos ajuizados contra instituições previdenciárias por segurados ou beneficiários residentes na Comarca, que se referirem a benefícios de natureza pecuniária"; "as ações de qualquer natureza, inclusive os processos acessórios e incidentes a elas relativos, propostas por sociedades de economia mista, com participação majoritária federal contra pessoas domiciliadas na Comarca, ou que versem sobre bens nelas situados". (Art. 15 da Lei nº 5.010, de 30/5/1966 e Decreto-lei nº 30, de 17/11/1966, com fulcro constitucional assentado no § 3º do art. 119).

Também, essa jurisdição, pode ser estendida, quando em causas propostas perante outros juízes, a União nelas intervir, como assistente ou oponente (art. 119, § 2º, da Constituição Federal).

Capítulo III

DA COMPETÊNCIA

ratione personae e ratione materiae

§ 1º

Atualmente é grande a tendência para as atribuições de natureza policial a um órgão federal. No mesmo sentido, em tutela de legítimos direitos, segue-se essa tendência no Poder Judiciário da União, atribuindo-se-lhe, cada vez mais, uma competência maior. Conferindo-lhe poderes caracteristicamente privativos e que estavam repartidos com os Estados membros. É o surgimento, com a introdução de novos conceitos à soberania do Estado Federal, com um conteúdo que se altera, em relação à figura tradicional, de uma posição jurídica, que marca com nova face a autonomia das unidades federativas. Essa tendência é hoje flagrante nos Estados Unidos da América do Norte, que têm uma organização política e administrativa semelhante à nossa. Na América do Sul, por êsse caminhamento, destaca-se a Argentina.

Muitos vêem nisso uma crise do federalismo em todo o mundo, causada por "absorvente tendência unitarista". Porém, sacudidos os conceitos tradicionais de soberania, quando as armas modernas, superando as divisas entre países, vencem distâncias continentais, essa tendência é o reflexo de urgente reformulação, gradualmente introduzida, na medida das necessidades da segurança nacional.

Dentro dessa conceituação, sem objeto ficaria a competência da União em poder legislar sobre crimes e contravenções, com perigo da manutenção de suas próprias instituições, senão tiver a sustentação de ação direta na prevenção e combate a êsses crimes, muitos dos quais, atentatórios à sua existência.

Perderia o significado prático o seu direito privativo de legislar sobre o direito processual, agrário, marítimo, do trabalho (art. 8º, XVII, letra "b", da Const. Fed.), se obstada fôsse sua ação concreta e objetiva. Nada significaria legislar sobre a defesa e proteção da saúde, estabelecer

normas gerais de direito financeiro, senão tiver a competência de administrá-las, exigi-las, sem que ordinariamente pudesse dispor de uma organização judiciária intimamente afim, dentro de uma mecânica global e competente para examinar as questões que interessam, de perto, à segurança de suas instituições e garantia do seu povo.

Dessa forma, os juízes federais, integrantes de um corpo judiciário de instância inferior, são instrumentos para o exercício dessa competência judicial, com distribuição de atribuições, determinada pela Constituição e regulada por leis de organização judiciária.

§ 2º

Portanto, no Governo Federal, importante é essa competência. Faz parte integrante de um de seus poderes, agindo na respectiva esfera de atribuições, como ramo do poder público, de órgão atuante da soberania nacional.

Agindo, dentro de um direito substantivo e adjetivo que é uno, no Brasil, por conclusão, com um só sistema de processo, com organização judiciária definida, sem alterar a unicidade do Poder Judiciário à que pertence, com hierarquia estabelecida, exerce a competência constitucionalmente fixada. Verificada esta, cabe aos juízes administrar a justiça, consoante suas limitações, desde a instrução da ação até o julgamento e execução da sentença.

Todavia, como instância inicial, os juízes federais não julgam recursos. Sua competência está delimitada pelas disposições do art. 119 da Constituição.

Ao estabelecer essa competência, o legislador constituinte, orientado pelos princípios do direito público, sem desatender às modernas tendências dos conceitos de soberania e federalismo, confiou aos juízes federais de primeira instância o processamento, julgamento e execução de

ações judiciais. Nos casos não abrangidos, como competentes, pelas disposições constitucionais, competentes são as justiças estaduais.

§ 3º

A constituição estabelece competência *ratione materiae* – *nullus major defectus quam defectus potestatis* – e competência *ratione personae*.

Partindo, para fins de rápidas análises, e tendo como caminho a enumeração expressada na Constituição, art. 119, de início, far-se-á a transcrição do inc. I:

– as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Militar ou à do Trabalho, conforme determinação legal.

Trata-se de competência *ratione personae*. Para a fixação dessa competência, embora verse sobre a competência do Tribunal Federal de Recursos, considerando que os juízes federais formam sua instância inferior, oportuna é a lição do festejado JOSÉ FREDERICO MARQUES⁽¹⁴⁾, ensinando que: “A regra constitucional qualifica os crimes da competência do Tribunal Federal de Recursos, não em função do interesse penalmente tutelado e sim do titular desse interesse”.

Esse interesse tem que ser manifestado, não basta ser a União interessada e bem assim a entidade autárquica ou empresa pública federal. É preciso que seja parte como autora, ré, assistente ou oponente; pois “causa” supõe a existência de ação, com autor e réu, ou, ainda, assistente e oponente. Sendo parte, em qualquer dessas figuras, a competência está determinada. Enquanto não surgir essa participação, o feito pode correr na justiça local. Existindo a intervenção, surge a competência (§ 2º, art. 119).

⁽¹⁴⁾ — *Elementos de Direito Processual Penal*, vol. I, pág. 250, ed. 1961.

Segundo os preceitos do inciso transcrito, a competência é qualificada e fixada, em razão dos titulares do direito em causa: União, entidade autárquica ou empresa pública federal. Esses titulares não precisam aparecer somente como autores ou réus para fixação da competência, bastando que, de forma inequívoca, apresentem-se como assistentes ou oponentes. Como assistente, recebendo a causa como estiver e se como oponente, intervindo para excluir as pretensões do autor ou do réu, ou do assistente.

A expressão "as causas", com um sentido lato, abrange todas as espécies de questões que possam ser levadas a Juízo, uma vez que versem sobre interesses da União, entidade autárquica ou empresa pública federal. Não há aqui partilha de competência.

Esse interesse deve indicar a via processual, tanto nas causas cíveis, como criminais, dependendo da posição em que se coloque no direito judiciário.

No cível, manifestando-se um interesse concreto e definido. Nas causas criminais quando os crimes sejam praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de entidades federais.

As entidades autárquicas ou empresas públicas são alcançadas por essa competência, em razão dos seus fins, que são os mesmos do Estado. Agem indiretamente em nome da União, ficando administrativamente sob a sua tutela e controle, como sob controle e tutela fica a sua organização, administração e fiscalização, na execução de serviço público. Daí, a submissão à competência da Justiça Federal nas causas onde os seus "bens, serviços e interesses" reclamem a atenção judicial.

Excetuam-se, porém, da competência dos juízes federais, segundo as mesmas disposições transcritas, as causas referentes a falência, as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Militar ou à do Trabalho. Pois, a

própria Constituição, com competências privativas, estatui sobre os "Tribunais e Juízes Militares", "Tribunais e Juízes Eleitorais", "Juízes e Tribunais do Trabalho" (seções V, VI, VII, Cap. VIII).

Com razão surgem as exceções, pois, enquanto os juízes federais formam uma instância inferior, agindo dentro de um direito substantivo e adjetivo, resulta num só sistema de processo comum, com as suas instâncias superiores e as Justiças dos Estados. Contudo, a Justiça Militar tem uma organização judiciária e fins peculiares. É própria às forças armadas, é indicada às suas finalidades e especificamente dirigida por uma legislação especial.

Também, a Justiça Eleitoral, fundamenta-se em legislação e fins especiais, com direção diversa do sistema processual e da aplicação de leis comuns. O seu direito nasce da Constituição ou de leis ordinárias especiais. Portanto, também seria temerário que repartisse essa competência, com os juízes federais de primeira instância, formados para outros fins. No mesmo tirante se conceitua a Justiça do Trabalho. Seu campo de ação se restringe às relações empregatícias, procurando dirimir controvérsias entre empregadores e empregados, com fundamentação sociológica diferente às demais relações jurídicas.

Justifica-se, dessa forma, a propriedade da exclusão da competência dos juízes federais, mesmo que apareçam a União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais, como partes interessadas em matérias pertinentes àquelas justiças. Por outro lado, as exclusões ditas pelo item I, em exame, servem, evitando uma superposição de juízes competentes, para afastar dúvidas e conseqüentes conflitos de jurisdição. Os quais se ocorrentes, viriam, com retardamento, em prejuízo das partes. É uma restrição aos juízes federais, na esfera jurisdicional de suas atribuições, afastando-se uma saturação que implicaria em prejuízo à conveniência e organicidade judiciária.

Nessa mesma ordem de idéias, também se justifica a exclusão da falência. Esta exclusão é da tradição republicana. Os juízes das Varas da Fazenda Pública nunca processaram a falência, mesmo tivesse a União manifesto interesse. Nem assim, se estabelecia fôro privativo.

A falência tem processo especial e rege-se por disposições especiais, fazendo ceder, em benefício das justiças dos Estados, tôdas as regras comuns de competência. Esta conclusão vem da exclusão expressa feita, à competência dos juízes federais, pela Constituição. Restando a conclusão que, efetivamente, competentes são os juízes estaduais; cuja competência se determina pelo fôro onde o falido tem a sede principal de seus negócios (art. 7º, Decreto-lei nº 7.661, de 21/6/1945).

§ 4º

Inciso II – as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional, e pessoa domiciliada ou residente no Brasil;

Este inciso, em relação ao mesmo inciso do art. 10 – Lei nº 5.010 – incluiu "organismo internacional" e colocou, corrigindo, no singular Estado estrangeiro. Circunscreveu que a causa deve ser entre o Estado estrangeiro e pessoa residente ou domiciliada no Brasil; bem como, causas entre esta e organismo internacional. A correção da expressão "Estados estrangeiros", que era destoante, levava, na verdade, mesmo por gosto ao debate, à conclusão de competência para julgar causa entre "Estados estrangeiros".

O dispositivo refere-se à pessoa, deixando entender que esta pode ser física ou jurídica, com a condição *sine qua non* de ser residente ou domiciliada no Brasil. É um dispositivo liberal que autoriza o estrangeiro litigar aqui, fixando uma competência *ratione personae*.

Esse aforamento especial decorre do interesse internacional. Como as relações, entre os países soberanos, são feitas de país para país, de governo para governo, também as relações jurídicas, quando colocadas

nesse nível, são verificadas pelo Poder Judiciário da União. É da competência da União "manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções..." (inc. I, art. 8º, da Const. Fed.). Daí que, em se tratando de relações jurídicas que dependem, para o seu seguimento, das relações entre Estados, ou por decorrerem de tratados e convenções, competir o seu processamento e julgamento, numa consequência lógica, à magistratura que faz parte do Poder Judiciário da União, que faz parte integrante de um dos Podêres do Governo Federal.

A competência dos juízes federais, para cada caso específico, se fundará pela situação da residência ou domicílio da pessoa no Brasil. Competente será o juiz da seção judiciária onde a mesma estiver residindo ou domiciliada; cuja pessoa, para os efeitos de aplicação das leis, está equiparada ao nacional.

Pode-se dizer, a título de melhor convencimento e ilustração, que essa competência também tem raízes nas relações jurídicas e políticas do Brasil com outras nações.

Como os organismos internacionais tratam diretamente com os governos dos países, por consequência, em razão dos argumentos anteriores, as relações jurídicas entre eles e pessoas aqui residentes ou domiciliadas serão tratadas pela Justiça Federal.

A respeito salienta, citando autor estrangeiro, CARLOS MAXIMILIANO^(14a):

Como todo país é responsável pela conduta dos seus cidadãos para com os outros povos, as questões referentes à justiça devida aos Estados estrangeiros devem ser liquidadas pela autoridade nacional", acrescentando: "De fato, um Estado estrangeiro pode submeter-se tacitamente à jurisdição da magistratura brasileira propondo perante ela ação ou reconvenção, adquirindo imóveis ou explorando no país indústria ou comércio, enfim, aceitando herança ou legado de pessoa domiciliada em nosso território. Em todos

^(14a) — Ob. cit., pág. 654.

os casos, o fôro competente para o processo e julgamento é o federal.

§ 5º

Inciso III – as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

Estas disposições fixam a competência *ratione materiae*.

No inciso II, atrás mencionado, as causas resultam "entre Estado estrangeiro ou organismo internacional, e pessoa domiciliada ou residente no Brasil". Neste inciso, acima transcrito, as causas, têm, como fundamento, as disposições estabelecidas "em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional". São partes, pois, o Estado estrangeiro ou organismo internacional e pessoa residente e domiciliada no Brasil, quando a fundamentação vier das disposições do inciso II. No caso do inciso, ora em exame, são partes as pessoas que se fundamentem em causas versando sobre tratado ou contrato estabelecido pela União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

Por ser a União parte litigante, processam o feito ante a justiça nacional. Também a esta deve competir dirimir os pleitos que se fundam em convenções ou tratados entre o Brasil e outros países. A denegação de justiça ou uma sentença clamorosamente iníqua perturbam as relações internacionais a cargo do governo federal. Também é ele o responsável pelo que tratou. Logicamente, a magistratura nacional impede resolver os litígios que interessam à tranquilidade e à honra do Brasil. Os tribunais verificam se o tratado existe legalmente e pode ser invocado para regular as relações jurídicas em causa.⁽¹⁵⁾

Logo, concluindo, quando o litígio se dá entre um Estado estrangeiro ou organismo internacional, sejam as pessoas aqui residentes, nacionais ou estrangeiras, a competência será da justiça federal; bem assim, quando as causas entre Estado estrangeiro, organismo

⁽¹⁵⁾ — CARLOS MAXIMILIANO, ob. cit., pág. 654.

internacional e a União, sejam fundadas em tratado ou em contrato entre esta e o Estado estrangeiro ou organismo internacional.

§ 6º

Inciso IV – os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

Trata-se de competência *ratione materiae*.

Desde logo, refira-se que o inciso I, embora se refira ao interesse da União, autarquias e empresas públicas federais, versal generalizadamente, com exclusão de crimes, sobre causas. Diferentemente, o inciso IV, agora em exame, com disposições restritivas, trata sobre crimes. Quer dizer que os interesses da União, autarquias ou empresas públicas federais são protegidos, em jurisdição especial, na generalidade das causas ou contra crimes praticados em detrimento dos seus interesses.

Não obstante, ainda cabe esclarecer que o inciso acima tem redação diferente daquela redação estabelecida na Lei nº 5.010, que na Constituição foi alterado pela redação do seu inciso V, art. 119.

Outrossim, em relação às disposições contidas no inciso em debate, aproveito-me das considerações expendidas atrás – § 1º –, dêste Capítulo, para continuar sobre a conceituação de "crimes políticos" expressamente incluídos no inciso em referência.

A conceituação de crimes políticos, com um caráter polemista e apaixonado, sempre apareceu como matéria controvertida. Vale, pela autoridade do comentador, versando sobre essa conceituação, transcrever-se o seguinte:

Assim o definem LOMBROSO e LASCHI: "Todo atentado violento contra o *misoneísmo* político, religioso, social etc, da maioria, contra o sistema de governo que resulta dêsse

misoneísmo, e as pessoas que são do mesmo os representantes oficiais"; ou – "tôda lesão violenta do direito constituído pela maioria para manutenção e respeito da organização política, social ou econômica por ela querida. Esta definição (acrescentam), baseada no conceito objetivo do direito lesado, resolve muitas questões sugeridas no campo jurídico por MORIN, como ORTOLAN, GRIPPO e MECACCI, os quais pretendem considerar político o crime que tenha fim político; a pesquisa do escopo serve para conhecer a objetividade do direito lesado, porém não pode bastar para constituir o crime.

Comentando êste conceito, observa um jurista brasileiro: "Pode haver crimes *comuns*, cujo autor vise a um escopo político, v. g., o homicídio *sectário*, *anarquístico*, como o assassinato de Sadi Canot". Acrescenta: "É perigoso apelar para os princípios de liberdade, quando a política é uma bandeira que cobre muita carga suspeita e impede punir com rigor e com formas comuns muitos crimes abjetos. Por outro lado, muitos dêsses crimes comuns, com roupagens políticas, são cometidos por verdadeiros criminosos *natos*, os mais perigosos à segurança nacional e que se tornam muito mais neste caso, porque os seus feitos despertam menos repugnância, tanto que encontram apoio nos seus companheiros no mal e a indulgência dos honestos, impelidos muita vez por fanatismo partidário a ver um mártir em todo indiciado político. A paixão política que armou o braço do culpado, servirá para medir a sua punibilidade, em confronto com crimes movidos por paixão mais ignóbil, mas nunca para elevar aquêle crime contra o Estado."⁽¹⁶⁾

Tem acontecido que uma questão puramente política passe a assumir a configuração de "crime político", engendrando, por isso, dificuldade na conceituação para uma definição concreta, correta e exata. A lei brasileira, definidora, por excelência, dos chamados crimes políticos, é a Lei de Segurança Nacional – Decreto-lei n° 314, de 13 de março de 1967 – art. 5° e seguintes.

O Ato Institucional n° 2, alterando o art. 105, da Constituição Federal de 1946, estatuiu no seu § 3°, letra "e", que, respeitada a competência da Justiça Militar e da Eleitoral, competia, em primeira instância, aos juízes federais que criou, processar e julgar os crimes políticos, cujas decisões prolatadas, em caso de recurso, estavam sujeitas

⁽¹⁶⁾ — CARLOS MAXIMILIANO, ob. cit., págs. 656/7.

a reexame, face a permanência íntegra do art. 101, II, "c", da mesma Carta, pelo Supremo Tribunal Federal.

A Lei nº 5.010, citada, art. 10, V, também estabeleceu, diante da introdução daquela alteração constitucional, essa competência aos juízes federais.

A Constituição vigente, na forma da transcrição feita atrás, em seu art. 19, nº IV, seguindo as disposições referidas, com recurso ao Tribunal Federal de Recursos (art. 117, II, da Const. Federal), também fixou essa competência. A Constituição foi promulgada em 24/1/1967. Entretanto, aos treze dias do mês de março, deste ano, dois dias antes da mesma Constituição entrar em vigor, foi baixado o referido Decreto-lei nº 314, dispondo, quanto à competência para o processamento e julgamento, dos crimes políticos que ele define, no seu art. 44:

Ficam sujeitos ao foro militar tanto os militares como os civis, na forma do art. 122, §§ 1º e 2º, da Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, quanto ao processo e julgamento dos crimes definidos neste Decreto-lei, assim como os perpetrados contra as instituições militares.

Por isso, evidencia-se um conflito de jurisdição. A Constituição, como regra atribuindo competência aos juízes federais para julgar os crimes políticos e um decreto-lei estabelecendo, como exceção, com fulcro nas disposições do § 1º, do art. 122, da mesma Constituição, competência, para seu processamento e julgamento, ao foro militar. Dir-se-ia, face, também, à sustentação constitucional, referida pelo Decreto-lei, quanto ao § 1º do art. 122, que houve uma transferência constitucional de competência, afastando-se a figura do conflito jurisdicional.

Diante do exposto, afere-se que os crimes políticos até agora definidos – Decreto-lei nº 314 – são da competência do fôro militar, cabendo à lei ordinária, face ao mandamento constitucional expresso do inc. IV, artigo 119, decidir quais os crimes políticos que serão da

competência dos juízes federais, atendendo a ressalva do § 2º, art. 122, que estabelece competência originária. Presentemente, inexistindo exclusão à competência do fôro militar, para o processamento e julgamento dos crimes políticos, não resta nenhum, por inexistirem definições, que tipifiquem outros, que não aqueles, para a competência dos juízes federais.

§ 7º

Inciso V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional e os cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

A competência aqui estabelecida é *ratione materiae*. A redação deste inciso alterou aquela do inciso VI, da Lei nº 5.010.

Especificadamente, ao contrário dos incisos II e III, que trataram de causas gerais, estas disposições, referem-se a "crimes" previstos em tratados ou convenções e àqueles cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

Os juízes federais intervêm em todas as ações resultantes de crimes previstos em tratado ou convenção internacional e os cometidos a bordo de navios ou aeronaves.

A competência dos juízes federais, para o julgamento dos crimes referidos, é daquelas que abrangem os chamados delitos internacionais – art. 5º, II, letra "a", do Cód. Penal. Nas espécies alcançadas por essa competência, ressoa a necessidade, desde que se trata de acordo firmado em tratado ou convenção internacional, de nação para nação, cumprindo ao Brasil, por uma justiça afim ao Poder Judiciário da União, de serem reprimidos os delitos de características internacionais, como o tráfico de mulheres, comércio clandestino e facilitação de uso de entorpecentes, genocídio, e outros. A respeito, esclarecedor é o parecer

do Dr. HAROLDO VALLADÃO, exarado no conflito de jurisdição, nº 4.067/67, sustentando que:

São crimes que o Brasil se obrigou a punir, expressamente, em tratado ou convenção que ratificou. Estão na sua repressão empenhadas a assinatura e a responsabilidade internacional do Brasil ou seja da União. Portanto, à Justiça Federal, que é a Justiça da União, e só a ela, e não à dos Estados, cabe processar e julgar tais crimes.

Prossegue:

O fato de tais normas terem sido incorporadas ao nosso direito interno não modifica a sua relevância internacional, nem a responsabilidade da União pela sua observância. São questões que "afetam as relações jurídicas e podem afetar as relações políticas da República com os Estados estrangeiros" (*apud* CARLOS MAXIMILIANO – *Constituição*, 3ª ed., pág. 612).

O Excelso Pretório, em julgamento recente dêsse conflito de jurisdição, assentando diretriz normativa à essa competência, decidiu que a mesma limita-se aos casos de ultra ou extraterritorialidade, afirmando que os casos que não tenham o caráter de internacionalidade devem ser julgados pela justiça local.⁽¹⁷⁾

A competência, dentro da fundamentação anotada, para processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, também decorre de matéria internacional, na qual o Brasil se obrigou a aplicar normas de direito internacional ou costumeiras ou em razão de tratados ou convenções que assinou. São princípios da chamada justiça penal universal ou da cooperação internacional na repressão da delinquência.

É fixado o princípio fundamental da *territorialidade* da lei penal, ressalvadas apenas as exceções constantes de convenções, tratados e regras de direito internacional. Absteve-se o projeto de definir até onde vai a renúncia da competência jurisdicional, decorrente das *imunidades diplomáticas*, bem como a extensão do chamado *território*

⁽¹⁷⁾ — *Diário da Justiça da União*, de 29-9-67, fl. 3.088, 3.a coluna.

fictício, pois tal matéria escapa ao alcance de um código penal, dependendo de acordos entre o Brasil e outras nações, ou devendo ser deixada sua solução às normas do direito internacional. Com razão, dizia ANGEL ROJAS, quando da elaboração do atual Código Penal Argentino: "Pensamos que lo que está regido por el derecho de gentes uno debe ser objeto de las leyes internas de un país. Si lo que éstas disponen, se encuentra ya arreglado por aquél, esas leyes son superfluas; si contraria el derecho de gentes, no son aceptables; si omiten casos previstos por la ley de las Naciones, la omisión no importa subtraer esos casos al imperio de dicha ley". O art. 5º cuida da excepcional *extraterritorialidade* da lei penal. Há certos crimes que afetam tão diretamente o interesse do Estado, que, embora cometidos no estrangeiro, é como se fôssem praticados no próprio território nacional. Os autores de tais crimes são punidos segundo a lei brasileira, ainda que já tenham sido absolvidos ou condenados no estrangeiro (art. 5º, § 1º). No art. 5º, nº II, e §§ 2º e 3º, são consagradas regras que se inspiram no princípio da *universalidade do direito penal* ou da cooperação internacional na repressão da delinquência, ainda que se não trate daqueles crimes tradicionalmente chamados "de direito das gentes."⁽¹⁸⁾

§ 8º

Inciso VI – os crimes contra a organização do trabalho, ou decorrentes de greve;

A competência aqui estabelecida é *ratione materiae*. A presente redação alterou aquela referida pelo inc. VIII, art. 10, da citada Lei nº 5.010.

Antes da restauração da Justiça Federal de Primeira Instância, os Egrégios Tribunais Regionais do Trabalho, calcados em disposições contidas no art. 2º, da Lei nº 1.890, de 13 de junho de 1953, por decisões iterativas, seguiam a orientação de que as reclamações propostas por mensalistas e diaristas da União, de entidades autárquicas ou empresas públicas federais, deveriam correr na justiça comum – Varas da Fazenda Pública Nacional.

⁽¹⁸⁾ — *Apud* Exposição de Motivos do Cód. Penal Brás.

Essas decisões, originárias de exceções de incompetência levantadas e com fundamentos nos artigos 119 e 120 da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26/7/1960), acolhiam a tese e, com fundamento básico no art. 201 da Constituição Federal de 1946, firmavam, como competente, a Vara Privativa da Fazenda Nacional.

Todavia, o Supremo Tribunal Federal fulminou o art. 2º, da citada Lei nº 1.890, como inconstitucional, cujas disposições, assim, julgadas, foram suspensas pela Resolução nº 81/1965 do Senado Federal.

Contudo, com o advento da Nova Carta a situação alterou-se. Define ela, com precisão, a competência dos juízes federais em matéria própria ao "direito do trabalho", tão-somente nos casos, como estatui o inciso em exame, de crimes contra a organização do trabalho, ou decorrentes de greve. Fora desses casos, incompetentes são os juízes federais para processarem e julgarem os dissídios individuais entre empregadores e empregados, cuja competência é da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 134 da Constituição.

Os crimes contra a organização do trabalho dizem de perto aos interesses da União e da Segurança Nacional. São procedimentos que colocam em risco a ordem jurídica, a paz social, incompatíveis e contrários aos interesses da produção nacional. Em sendo colocado em termos nacionais, emerge a presença da Justiça Federal como órgão afim ao Poder Judiciário da União, a qual é direta-mente prejudicada com o uso de meios ilícitos e arbitrários à harmonia dos fatores da produção. A mesma ordem de idéias justifica sua competência para processar e julgar os crimes decorrentes de greve, pois esta não é compatível aos superiores interesses nacionais, quando por motivações arbitrárias e excedentes aos limites desse direito, provoque, por coação ou outros meios ilegais, resultados que atentem contra o interesse público, servindo de elemento perturbador à ordem econômica.

A greve e o *lockout* (isto é, a paralisação ou suspensão arbitrária do trabalho pelos operários ou patrões) foram declarados "recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional". Já não é admissível uma *liberdade de trabalho* entendida como liberdade de iniciativa de uns sem outro limite que igual liberdade de iniciativa de outros. A proteção jurídica já não é concedida à *liberdade do trabalho*, propriamente, mas à *organização do trabalho*, inspirada não somente na defesa e no ajustamento dos direitos e interesses individuais em jogo, mas também, e principalmente, no sentido superior do *bem comum de todos*. Atentatória, ou não, da liberdade individual, toda ação perturbadora da ordem jurídica, no que concerne ao trabalho, é ilícita e está sujeita a sanções repressivas, sejam de direito administrativo, sejam, de direito penal. Daí o novo critério adotado pelo projeto, isto é, a trasladação dos crimes contra o trabalho, do setor dos crimes contra a liberdade individual para uma classe autônoma, sob a já referida rubrica. Não foram, porém, trazidos para o campo do *ilícito penal* todos os fatos contrários à organização do trabalho: são incriminados, de regra, somente aqueles que se fazem acompanhar da *violência* ou da *fraude*. Se falta qualquer desses elementos, não passará o fato, salvo poucas exceções, de *ilícito administrativo*. É o ponto de vista já fixado em recente legislação trabalhista. Assim, incidirão em sanção penal: o cerceamento do trabalho pela força ou intimidação (art. 197, n° I), a coação para o fim de greve ou de *lockout* (art. 197, n° II), a boicotagem violenta (art. 198), o atentado violento contra a liberdade de associação profissional (art. 199), a greve seguida de violência contra a pessoa ou contra a coisa (art. 200), a invasão e arbitrária posse de estabelecimento de trabalho (art. 202, 1ª parte), a sabotagem (art. 202, *in fine*), a frustração mediante violência ou fraude, de direitos assegurados por lei trabalhista ou de nacionalização do trabalho (artigos 203 e 204). Os demais crimes contra o trabalho, previstos no projeto, dispensam o elemento violência ou fraude (arts. 201, 205, 206, 207), mas explica-se a exceção: é que eles, ou atentam *imediatamente* contra o interesse público, ou *imediatamente* ocasionam uma grave perturbação de ordem econômica. É de notar-se que a suspensão ou abandono coletivo de obra pública ou serviço de interesse coletivo somente constituirá o crime previsto no art. 201 quando praticado por "motivos pertinentes às condições do trabalho", pois, de outro modo, o fato importará o crime

definido no art. 18 da Lei de Segurança⁽¹⁹⁾, que continua em pleno vigor.⁽²⁰⁾

Convém dizer, todavia, que essa competência, estabelecida pelo inciso VI, cede lugar ao fôro militar, quando os crimes contra a organização do trabalho ou decorrentes do direito de greve, forem capitulados pela Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei n° 314, art. 44).

§ 9º

Inciso VII – os *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência, ou quando o constrangimento provier de autoridade, cujos atos não estejam direta-mente sujeitos a outra jurisdição;

A competência variará *ratione materiae, ratione personae*, quando o *habeas corpus* versar em matéria criminal de sua competência ou seja requerido em razão de constrangimento vindo de autoridade que não esteja sujeita a outra jurisdição. Inclusive, é de se revelar que as disposições acima alteraram a redação inicial do inciso VIII da Lei n° 5.010.

Notícias históricas: "Alguns autores fazem recuar a origem do *habeas corpus* até ao tempo dos Romanos, pelo menos aos quatro séculos em que êstes ocuparam a Bretânia, e afirmam que se reavivou depois a garantia da liberdade com a restauração da igreja cristã (sétimo século) e a entrega de funções judiciais aos bispos e sacerdotes instruídos. Não lhe atribui, a maioria, tão remota antiguidade, pôsto que o faça decorrer da *Common Law*. Há referências a êle no livro anual de Eduardo III, que reinou de 1327 a 1377; aplicaram-no juízes no tempo de Henrique VI, isto é, de 1422 a 1461. A princípio servia contra a violência e coação imposta pelos particulares; contra abusos das autoridades começou a vigorar no reinado de Henrique VII, de 1485 a 1509. Desrespeitada pelos Stuarts, a prerrogativa individual figurou, em 1627, na Petição de Direito (*Petition of Right*), apresentada a Carlos I. O outro Stuart, Carlos II, aprendera, no exílio e com a morte do pai no cadafalso, quanto é perigoso conculcar as franquias populares. Dêle conseguiram, em 1679, a célebre lei de *Habeas Corpus* (*Act*

⁽¹⁹⁾ — A redação do art. 18 da Lei de Segurança, de 5-1-1953, foi alterada pelos arts. 32 e 34, do Decreto-lei n.º 314, de 13-3-1967.

⁽²⁰⁾ — *Apud* Exposição de Motivos do Cód. Penal.

of Habeas Corpus), que exigia a apresentação do prêso ao juiz ao qual se impetrava a soltura do paciente, em prazo variável conforme as distâncias até o máximo de vinte dias, e punia com a multa de 500 libras quem ordenasse nova detenção do mesmo indivíduo por motivo idêntico. Estendeu-se o remédio, no reinado de Jorge III, aos encarcerados não suspeitos de crime comum. Chamava-se à conquista popular o *paladium* da liberdade; e o seu nome originava-se das palavras sacramentais com que o *writ* começava: *Habeas cor pus ad subjiciendum*. Houve, entretanto, outras quatro modalidades: *ad respondendum*, *ad satisfaciendum*, *ad prosequendum* (e também *testificandum ou deliberandum*) e *ad faciendutn et rescipiendum*. O mais importante é o *writ de habeas corpus ad subjiciendum*.

Dos países da América apenas não o adotaram o México e o Uruguai, que, entretanto, conservam institutos de efeito semelhante.

Estudando a evolução do grande *writ* inglês, encontramos-lo primeiro amparando a vítima de coação dos particulares, depois o acusado de crime comum, e afinal o encarcerado pelas autoridades por motivos não delituosos. O Império do Brasil foi mais longe: admitiu o *habeas corpus preventivo*, para o caso de ameaça de constrangimento ilegal. Sob a República estendeu-se o remédio a diferentes postergações de franquias individuais; passou o *writ* a amparar a inviolabilidade do domicílio, o direito de petição, o de viajar, reunir-se e associar-se, a liberdade de trabalho, pensamento e crenças, e também a de *ir e vir* (*jus manendi, ambulandi, eundi ultro citroque*). Permitiu-se renovar indefinidamente o pedido, feito pelo paciente ou por qualquer outra pessoa, embora não investida de mandato judicial; existe, até o *habeas corpus ex officio* e o impetrado pelo Ministério Público. Semelhantes desenvolvimentos dilataram a eficácia e sublimaram o valor do instituto, sem o desnaturarem. O objetivo hodierno é um desdobramento lógico e coerente do antigo: continua a ser o *writ* uma garantia da liberdade individual.⁽²¹⁾

Os juízes federais são competentes para conhecer de *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência e que está definida, nesse sentido, nos incisos IV, V, VI, IX e X, do art. 119 da Constituição Federal.

⁽²¹⁾ — CARLOS MAXIMILJANO, ob. cit., págs. 777 a 779.

Essa competência será exercida dentro de sua jurisdição e esse remédio heróico deve-se referir a matéria criminal do seu conhecimento. Também, será competente para conhecê-lo quando a coação vier de autoridade, "cuos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição". Essa garantia é assegurada a nacionais ou estrangeiros, como sustentação legal máxima da liberdade individual, podendo ser preventivo ou para fazer cessar prisão ilegal.

Pela Lei nº 221, de 20/11/1894, art. 23, como em razão do Decreto nº 3.084, de 1898, art. 64, os juízes federais inferiores tinham competência para conceder *habeas corpus* ainda que a prisão ou ameaça partisse de autoridade estadual, além da competência natural quando o coator fôsse autoridade federal ou decorresse de crime da alçada federal.

A título de ilustração, como exemplo de autoridades sujeitas à outra jurisdição, na Constituição, podem ser mencionadas aquelas referidas pelas letras "a", "b" e "h", inciso I, art. 114. À outra jurisdição, também, podem ser apontadas aquelas referidas pela regra dos artigos 117, "c", 122, inc. VII, e 130, da mesma Carta. Outrossim, escapam à jurisdição, por ser evidente, as causas da competência da justiça estadual e os que dela façam parte.

§ 10º

Inciso VIII – os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal ou dos Tribunais Federais de Recursos;

A competência versada pelas disposições transcritas dizem respeito a *ratione materiae*. As mesmas alteraram aquelas do inciso IX, art. 10, da Lei 5.010.

As normas contidas no § 21, art. 150, da Constituição Federal, da qual decorre o inciso em exame, trazem, em confronto com as disposições do § 24, art. 141 (Carta de 1946), a inclusão da palavra

individual. Essa intercalação, desde logo, trouxe a dúvida se o *mandamus* seria ou não aplicável a entidades públicas ou empresas privadas. Porém, entendendo que, no caso, *individual* não significa *pessoal*, as mais recentes decisões, sob esse aspecto, do Supremo Tribunal Federal, oferecendo interpretação, têm esclarecido que a intercalação mencionada não veda a concessão de mandado de segurança àquelas entidades.

Ressalvadas as competências originárias (art. 114, "i"; art. 117, "b"; 130, VII, da Const. Fed.), os juízes federais são competentes, nas suas respectivas jurisdições, para julgarem os mandados de segurança contra atos de autoridade federal. Há que se incluir, como atos emanados de autoridades federais, aqueles oriundos, praticados por seus representantes legais, de autarquias ou empresas públicas federais.

A fixação dessa competência visa vestir os juízes federais de autoridade, em benefício, junto às autoridades coatoras da respectiva seção jurisdicional, com a celeridade desejável e afim ao processo, para processarem e julgarem mandados de segurança, com proteção fulminante a direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus*, em processamento sumário, como sumário é o rito do *habeas corpus*, protegendo direito incontestável, ameaçado ou violado por atos praticados, por autoridades, *in casu*, federais, com ilegalidade ou abuso de poder.

Visa proibir a administração pública de praticar atos ofensivos a direito líquido e certo, ou restabelecer situação anterior. É uma garantia contra os excessos do Poder Público, amparando todo aquele que, em defesa do seu interesse violado ou ameaçado, não resguardado pelo *habeas corpus*, procure o judiciário como instituição protetora e contra atos ilegais.

Os juízes federais, nos limites de sua competência, usando dos meios adequados, processando e julgando o mandado de segurança, velarão por manter as autoridades federais, sob a sua jurisdição, fiéis,

para não torná-las inócuas ou arbitrárias, às disposições dos mandamentos legais que regem os seus atos.

§ 11º

Inciso IX – as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;

A competência ensejada decorre *ratione materiae* e as disposições constantes desse inciso estão com a mesma redação do inc. IV, art. 10, da Lei 5.010; apenas alterada a sua ordem numérica.

O inciso abrange todas as questões de Direito Marítimo e Direito Aeronáutico. Historicamente, pode-se dizer, quanto ao Direito Marítimo, que foi inspirado pelo art. 15, letra "g", do Decreto nº 848, cit.; portanto, norteando-se, também, de forma clara, pelas disposições dos arts. 457 a 796, do Código Comercial. Por outro lado, atendendo-se às disposições dos incs. II e III, art. 119, da Constituição, compreende-se que todas as questões marítimas ou aéreas, fundadas em tratado, contrato ou convenção, firmados entre a União, Estado estrangeiro ou organismo internacional, são da competência dos juízes federais.

O inciso, ainda, inclui "navegação", porque, anteriormente, desde a Carta de 1891 até a de 1934, quando o litígio dizia respeito somente à navegação, primeiro se indagava se ela se fazia em lago ou rio que banhava um só Estado. Neste caso, o competente era o fóro local. Se banhava mais de um Estado ou se se estendia a territórios estrangeiros, a competência era federal. Os dissídios interpretativos surgiram porque, o art. 34, nº 6, do citado Decreto nº 848, referia-se apenas aos "rios e lagos da exclusiva jurisdição da União".

Porém, o texto em análise é taxativo: — "as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea". A inclusão da navegação aérea inovou o conceito das constituições anteriores, em cujas épocas a aviação era incipiente.

No aspecto da competência, dos juízes federais, finalizando o seu alcance, pode-se afirmar que eles intervêm em todos os litígios, embora surgidos em rios e lagos, que sejam resolvidos sob a égide do Direito Marítimo; bem assim, em todas as questões relativas à navegação aérea e resolvidas pelo Direito Aeronáutico. É competência constitucional expressa e sem possibilidade de extensão.

Como referência histórica, sobre o Direito Marítimo, cabem estas anotações:

Nosso Direito Marítimo vem clamando, desde muito, uma boa normatização, pois não só os dispositivos dos títulos XVI a XXII do livro V do Código de Processo Civil, como aqueles do título IX da parte II do Código Comercial, a que pretenderam dar processo, estão obsoletos. Essas leis promanam diretamente da Grande Ordenação para a Marinha de França, de 1681 (a chamada Ordenação de Luís XIV), e, igualmente, partem de princípios relativos a uma época em que só havia navios veleiros e eram impossíveis as comunicações com eles quando em viagem. Por isso, as suas normas não têm correspondência alguma com o tráfego e comércio marítimo da atualidade, nem com as condições dos portos e navegação contemporâneos. Do mesmo mal padecem as outras leis nacionais que versam sobre o Direito do mar, entre as quais destaca-se a Consolidação das Leis das Alfândegas, ainda chamada de "Nova", apesar de contar mais de sessenta e cinco anos de existência, e, na parte de naufrágio e salvados, ter apenas, copiado o Decreto nº 2.647, de 1860, quase secular, e o Regulamento para as Capitâneas de Portos. Neste encontramos tumultuariamente versados o socorro marítimo, os achados do mar e a recuperação dos cascos naufragados ou encalhados, que também objetivam outras leis, como o Decreto-lei nº 235, de 2 de fevereiro de 1938, a Lei nº 1.471, de 21 de novembro de 1951 e a Lei nº 8.256, de 30 de novembro de 1945. Além do Regulamento para as Capitâneas, regula o socorro marítimo o Aviso nº 2.225, de 7 de outubro de 1948, do Ministério da Marinha. Sobre assistência e salvamento, no Direito Nacional, temos tão-somente as regras velhíssimas do Código Comercial, salvo o Direito Aeronáutico onde essa matéria foi normatizada. No Direito Internacional vigem as Convenções de Bruxelas sobre assistência e salvamento.

.....

A interpretação dos textos das nossas leis marítimas tem que se proceder mediante referências aos usos e costumes da navegação. Entendendo-as pela letra, procuraríamos uma perturbação considerável nas relações comerciais. Praticaríamos também um erro jurídico. Aplicando o texto, violaríamos a intenção do legislador. É impossível separar essa intenção dos fatos para os quais a lei foi instituída. Se os fatos se modificaram, cumprirá ter também como alterada a intenção do legislador.

.....

Se as nossas leis são tão antigas e as circunstâncias tão modificadas que os textos não correspondem mais aos fatos e relações que pretendem regular, então é a ocasião de exuberar a jurisprudência, procurando sua inspiração nos princípios magnos que dão forma e substância à verdadeira justiça.⁽²²⁾

Quanto ao Direito Aeronáutico, são oportunas estas referências:

Numerosas denominações foram dadas, ou foram propostas ao ramo do direito de que nos ocupamos: direito aéreo, direito dos transportes aéreos, direito da locomoção aérea, direito aleatório, direito aeronáutico, e outras menos expressivas. Os autores franceses preferem a expressão direito aéreo, *droit aérien*. A expressão direito aéreo (*droit aérien*), de predileção dos franceses foi adotada por ANDRÉ COÜANIER, em 1909, ao tempo da fundação da Escola Superior Aeronáutica de Paris (COÜANIER, *Éléments Créateurs du Droit Aérien*, Paris, 1929, pág. 3) Os escritores italianos preferem *direito aeronáutico* (*Diritto Aeronautico*), que é também da predileção dos latino-americanos. Os alemães usam *Luftrecht* (direito do ar. direito aéreo), e *Luftfabrtrecht*, *Luftverkerbgesetz* (direito do tráfico aéreo). Os ingleses, *Air Law* (direito aéreo). Direito aeronáutico é o conjunto de normas ou princípios que regulam a navegação aérea. Antecipa-se, aqui, uma definição delimitadora do objeto da coisa definida.

.....

Ou, definição mais sintética, Direito aeronáutico é o conjunto de regras e princípios que regulam a *navegação aérea*.

.....

⁽²²⁾ - JOÃO VICENTE CAMPOS, *DOS Sinistros Marítimos*, págs. 7 e 8.

O legislador brasileiro de 1938 outorgou-nos um *Código do Ar*. O Constituinte de 1946 conhecia a vantagem de distinguir, ao tratar da competência legislativa da União, o direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral e aeronáutico (art. 5º, XV, "a", da Const. Federal). Há quem negue ao direito aeronáutico a importância que se arroga, a liberdade, autonomia com que se quer mover na tábua do xadrez da ciência jurídica. Conquanto Direito novo – e talvez por isso mesmo – tem ele características próprias pelas quais se distingue das demais disciplinas.

.....

O domínio do ar; a soberania do Estado sobre o respectivo ar atmosférico; o direito de cruzar os céus de outros estados; organizações técnicas relativas à partida, pouso, rota, comunicações; nacionalidade das aeronaves, sinais distintivos; subvenção de companhias aeronavais e concorrência econômica, esses e mais outros foram problemas que de logo despertaram a atenção dos interessados e levaram à realização de conferências internacionais. Esses fatos deram ao direito aeronáutico certo caráter de universalidade e lastrearam de direito internacional as suas fontes. Não foi casual a colocação das Convenções e Tratados em primeiro lugar, entre as fontes de direito aéreo, no Código Brasileiro do Ar (art. 2º).⁽²³⁾

A União tem competência privativa para legislar sobre o direito marítimo e aéreo (art. 8º, inc. XVII, "b" – Constituição Federal).

Enquanto que o inc. V trata de crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves, verificados através de tratados ou convenções que possam ser invocados, o inc, cujo exame se conclui, cuida de todas as questões sujeitas ao direito marítimo e aeronáutico.

§ 12º

Inciso X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução das cartas rogatórias, após o *exequatur*, e das sentenças estrangeiras após a homologação; as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção e à naturalização.

A competência aqui fixada é *ratione materiae*.

⁽²³⁾ — JÔNATAS MILHOMENS, *Direito Aeronáutico*, págs. 5 a 7, 10 e 11.

A entrada e permanência de estrangeiro ao território nacional, bem como as questões relacionadas com a nacionalidade, sua aquisição e perda, incluindo, por decorrência, a opção, naturalização, reaquisição, são reguladas por leis especiais que se corporificam em normas do Direito Internacional Privado.

A execução de sentenças estrangeiras e a execução de cartas rogatórias, após o *exequatur*, constituem atos jurídicos, cujos processamentos obedecem a ordenamentos do direito internacional. Êsses acontecimentos jurídicos estão intimamente ligados às relações internacionais do Brasil, e, portanto, natural é que seu processamento se faça, no caso, pelos juízes inferiores, através do Poder Judiciário da União.

O estrangeiro no Brasil precisa de estar informado por que o direito interno fixa as garantias constitucionais, atende aos conflitos de leis, trata da aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade, regulamenta sua entrada, registro e permanência, bem como suas atividades sociais, políticas, econômicas e culturais, estabelece restrições a tais atividades, orienta as operações de câmbio e os pagamentos em moeda estrangeira, aplica a lei penal e trata dos casos de extradição, de expulsão, de homologação de sentença estrangeira e do cumprimento de cartas rogatórias. A par do direito unilateral, há o direito convencional, através de tratados assinados entre o Brasil e outros países e convertidos em lei em vigor entre nós.⁽²⁴⁾

As principais normas aplicáveis são encontradas no Código de Direito Internacional Privado, também conhecido por Código de Bustamante, normatizado pela Convenção de Havana, promulgada pelo Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929. Porém, preceitos que versam sobre esses procedimentos são encontrados na Constituição Federal (arts. 140, 141, 150). Sendo que é da competência da União legislar sobre naturalização, entrada, extradição, expulsão de estrangeiros, emigração e imigração (Constituição Federal, art. 8º, inc. XVII, letras "o" e "p").

⁽²⁴⁾ — *Leis e Normas do Direito Int. Privado*, Ed. Saraiva, pág. 10, 1956.

Tradicionalmente, até a extinção da Justiça Federal de Primeira Instância, competia aos juízes federais (Lei n° 221, de 20/11/1894 – art. 12, § 4°), cumprir, após o *exequatur* do Presidente do Supremo Tribunal Federal, as cartas rogatórias. Abolida aquela, dado o *exequatur*, os juízes da Justiça local davam-lhes cumprimento (Cód. de Proc. Civil, art. 797).

Restabelecida a Justiça Federal, o cumprimento das cartas rogatórias, após o *exequatur*, compete, onde tiverem que ser cumpridas, aos juízes federais da respectiva seção. Se o cumprimento tiver que se efetivar no interior da seção, o juiz federal deprecará ao juiz da Justiça Estadual. Essa prestação jurisdicional, mercê de suas graves responsabilidades, com repercussão no exterior, dos seus efeitos, merece o máximo cuidado no seu cumprimento, que é a forma das relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.

O Código de Processo Penal, arts. 780 a 790, disciplina processualmente o cumprimento das cartas rogatórias e trata da homologação das sentenças estrangeiras. Há que se realçar, entretanto, que as suas normas que regulavam, para o seu cumprimento, a competência dos juízes (§§ 1° e 2° do art. 784 e art. 785; §§ 6° e 7°, art. 789), cederam lugar, por competência constitucional fixada, na devida instância, aos juízes federais.

Sobre a homologação de sentença estrangeira, para que sejam exeqüíveis no Brasil, os arts. 785 a 797, do Cód. de Processo Civil, regulam a matéria. Quanto às cartas rogatórias, o mesmo Código estabelece condições processuais em seus arts. 13, 167, 175, 213, 214, 215 e 797.

Anote-se que a sentença estrangeira depende de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, enquanto que as cartas rogatórias são exeqüíveis pelo juiz competente, hoje os juízes federais (ficando revogadas as disposições do art. 797 que deferia essa competência ao juiz

de direito da comarca onde as diligências deveriam ser cumpridas), dependentes apenas do *exequatur* do Presidente do Egrégio Pretório.

Outrossim, patenteia-se que essa competência, dos juízes federais, não se prende somente às cartas rogatórias e ao cumprimento de sentenças estrangeiras que tenham por objeto questões criminais. O texto, em objeto neste parágrafo, deixa evidente que a mesma alcança "a execução das cartas rogatórias, após o *exequatur*, e das sentenças estrangeiras, após a homologação;...". Basta, conforme o caso, o *exequatur* ou a homologação, via Supremo Tribunal Federal, para que os juízes federais, tanto em causas cíveis ou criminais, exerçam sua competência.

§ 13º

A competência deferida pelo art. 119, através de seus incisos, da Constituição Federal, como ficou demonstrado nos parágrafos anteriores, é fixada *ratione personae* e *ratione materiae*.

Em razão da pessoa enquadram-se aquelas enunciadas, na Constituição, art. 119, pelos incisos I, II, IV, VII e VIII. Estabelecida, em razão da matéria, aquelas com fulcro nos incisos III, V, VI, IX e X. O inc. VII, quando em razão da matéria ou da autoridade coatora, fixará competência *ratione materiae* ou *ratione personae*.

Com o efeito de esclarecimentos complementares, é de se notar que a competência dos juízes federais, fixada pela Constituição Federal é aquela, com pequenas alterações na redação (ordem de colocação e numeração), prevista inicialmente pelo Ato Institucional nº 2, na Emenda Constitucional nº 16 e na Lei nº 5.010, de 30/5/1966. Num sentido ampliativo foram alteradas, na Lei nº 5.010, as redações dos incisos I, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X.

A ordem das disposições naquela Lei foi alterada, ficando o inc. IV (Lei nº 5.010), como inciso IX; o inc. V, como IV; o VI, como V; o VII, como VI; o inc. VIII, como VII; e o IX, como XIII.

Capítulo IV

TRIBUNAL DO JÚRI

O Decreto nº 3.084, de 5 de novembro de 1898 (Consolidação das Leis da Justiça Federal), como competência do júri federal, estabelecia no seu art. 83:

- a) os crimes políticos e como tais se consideram os definidos no livro 2º, tít. 1º e seus capítulos, e tít. 2º, cap. 1º do Código Penal;
- b) a sedição contra funcionário federal ou contra a execução de atos e ordens emanadas de legítima autoridade federal, conforme a definição do art. 118 do Código Penal;
- c) a resistência, desacato e desobediência à autoridade federal, segundo as disposições dos capítulos 3 a 5 do tít. 2º do citado livro do Código Penal;
- d) os crimes de responsabilidade dos funcionários federais que não tiverem foro privilegiado (tít. 5 do cit. livro), não compreendido o de peculato;
- e) os crimes contra a propriedade nacional compreendidos no cap. 1º do tít. 12 do mesmo livro;
- f) a falsificação de atos de autoridades federais, de títulos da vida nacional, de papéis de crédito e de valores da nação ou de banco autorizado pelo Governo Federal, não compreendidos os definidos nos arts. 246, 247 e 250 do Código Penal;
- g) interceptação ou subtração de correspondência postal ou telegráfica do Governo Federal (cap. 4º do tít. 4º do mesmo livro);
- h) os crimes contra o livre exercício dos direitos políticos nas eleições federais ou por ocasião de atos a ela relativos (cap. 1º do tít. 4º do mesmo livro);

i) a falsidade de depoimento ou de outro gênero de prova em Juízo federal (seção 4ª do cap. 2º do tít. 6º do mesmo livro);

j) os crimes definidos no tít. 3º, 1ª parte da Lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892.

A Lei 5.010, de 1966, não se referiu, ao dar organicidade à Justiça Federal de Primeira Instância, ao júri. Porém, modificando-a e suplementando, também, a omissão citada, o Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, dispôs no seu art. 4º:

Nos crimes de competência da Justiça Federal, que devem ser julgados pelo Tribunal do Júri, observar-se-á o disposto na legislação processual, cabendo a sua presidência ao Juiz a que competir o processamento da respectiva ação penal.

Acrescenta o seu parágrafo único:

Nas Seções Judiciárias, onde houver mais de uma Vara, competentes em matéria criminal, a lista dos jurados será organizada, anualmente, por um dos juízes, mediante rodízio, observada a sua ordem numérica.

Em verdade, observa-se que, de qualquer forma, o decreto lembrado não especificou ou definiu quais os crimes que estarão sujeitos ao júri da Justiça Federal.

Contudo, na Constituição Federal vigente, em seu art. 150, § 18, ficou estabelecido que: "São mantidas a instituição e a soberania do júri, que terá competência no julgamento dos crimes contra a vida". Assim, por preceito constitucional, como regra de competência, os crimes dolosos contra a vida são necessariamente julgados pelo Júri. Aliás, como ilustração, "o Supremo Tribunal Federal, a 26 de abril de 1950 (*Diário da Justiça*, de 28 de março de 1952), decidiu que, resultando crime doloso contra a vida, no caso de dois ou mais crimes, em conexão, prevalece a competência do júri" (*Comts. à Const. de 1946*, arts. 141 a 156, pág. 402, PONTES DE MIRANDA).

Isso assentado, sem dúvidas, conclui-se que o Tribunal do Júri, da Justiça Federal, julgará os crimes dolosos contra a vida. Mas, quais? Partindo-se das disposições contidas no art. 119, da Constituição Federal, de 1967, pode-se responder que serão aqueles nascidos *rationae loci*, *rationae personae* e *rationae materiae*, decorrentes da mesma competência constitucionalmente deferida aos juízes federais. Para tanto, será preciso que os agentes da ação, como sujeitos passivos ou ativos, do crime doloso contra a vida, tenham agido em razão de exercício regular, ao qual, quando do ato delituoso, estavam subordinados à execução de obrigações funcionais ou às ordens ou à ação de autoridade federal.

Como exemplo: – imagine-se um agente fiscal aduaneiro, no exercício de sua função, procurando reprimir o contrabando. Defronta-se com o contrabandista e vê-se diante da reação armada deste. Saca também de sua arma e pratica o crime de homicídio contra a pessoa do contrabandista. Em hipótese inversa, o contrabandista tira a vida do agente aduaneiro que procurava reprimir o contrabando. No exemplo imaginado, considerando que a repressão ao contrabando é da competência da União Federal, competindo o processo respectivo ao Juiz Federal, entendo que o julgamento do homicídio seria da competência do Júri da Justiça Federal.

Ainda exemplificando, tenha-se que terceiros tentem tirar um preso que está à disposição do Juiz Federal. Quando, sob a guarda de agentes da Polícia Federal, um destes, enfrentando os terceiros, para impedir a fuga ou que o prêso seja violado em sua integridade física, sacando de sua arma, tira a vida de um dos agressores. Tenho que esse homicídio seria julgado pelo Tribunal do Júri da Justiça Federal.

Parece-me, com os exemplos formulados, que demonstradas ficaram hipóteses viáveis de crimes dolosos contra a vida e sujeitos à jurisdição do Júri da Justiça Federal.

Capítulo V

DA COMPETÊNCIA RESIDUAL

O parágrafo primeiro, do art. 1º, do Ato Complementar nº 2, bem como o art. 80, § 1º, da Lei nº 5.010, de 30/5/66, dispõem que não cessará a competência residual da Justiça Comum, nos "processos cuja instrução houver sido iniciada em audiência".

Logo iniciada, pelos juízes estaduais, em audiência, tanto no cível como no processo penal, a instrução, evidencia-se que, nos respectivos autos permanece, na forma residual e temporária, a competência para processo e julgamento da Justiça Estadual.

Residual, porque decorrente de atos vinculatórios, com orientação e lastreadores de convencimentos pessoais, praticados em audiência de instrução. *Temporária*, desde que cessará, concluído o processo e julgamento, onde residualmente o juiz exercia jurisdição competente.

O entendimento está convalidado pelo S 1º, do art. 80, da Lei nº 5.010:

essa competência residual temporária não cessará depois da posse do titular federal, nos processos cuja instrução houver sido iniciada em audiência, quer perante as Varas Especiais dos Feitos da Fazenda Nacional, quer perante as Varas da Justiça Comum, em todos os feitos que passaram a competência da Justiça Federal.

Inicialmente, houve quem entendesse que essa competência residual temporária não chegava aos processos criminais. Entretanto, o texto transcrito é claro porque se refere, sem estabelecer distinção de varas criminais, às varas especiais "quer perante as Varas da Justiça Comum", não aludindo exceções aos processos, sejam cíveis ou criminais, porque a estabelece em "*todos os feitos* que passaram para a competência da Justiça Federal".

O Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967, estatuiu, no seu artigo 1º, item X, a inclusão do § 3º, na sequência do art. 80, da Lei nº 5.010, cujo § 3º tem a seguinte redação:

No período compreendido entre a cessação da competência residual dos Juízes Estaduais, salvo nos feitos a que já estejam vinculados, e a efetiva instalação da Justiça Federal, ou de uma de suas Varas, onde houver mais de uma, ficam suspensos os prazos de prescrição e de decadência que dentro nele se vencerem.

Nesse caminho de argumentação, oportuna e elucidativa é a transcrição da síntese do julgamento nº 1.889, feito pelo Tribunal Federal de Recursos, em processo oriundo de Goiás, publicado à fl. 1.131 do Diário da Justiça Federal, de 8 de abril de 1968, cuja *ementa* é a seguinte:

Ato Complementar nº 2, art. 1º, § 1º. Essa norma de interpretação estrita, consubstancia princípio da permanência objetiva do juiz estadual nos processos de competência da justiça Federal, desde que a instrução desses processos haja sido iniciada em audiência e nêles incida o princípio da oralidade, como ocorre nos casos do art. 120 do C.P.C, e do art. 538, § 3º, do C.P.P. Em não havendo audiência de instrução e julgamento e incidência do princípio da oralidade, a competência é do Juiz Federal ainda que o processo tenha sido iniciado por Juiz Estadual.

Dessa transcrição viceja que não se adotou, para essa competência residual, um conceito restritivo *de audiência* e que apenas compreenderia, por exemplo, a de instrução e julgamento referida no Código de Processo Civil e que, ao contrário daquela aludida no preceito, é um ato destinado *a encerrar* o procedimento de primeira instância. A expressão, tal como é empregada no Ato Complementar nº 2, tem o sentido largo e abrangente, inclusive *do interrogatório*, que constitui o *térmo inicial* da instrução do processo penal e pelo qual o Juiz ouve a parte ou seja o denunciado. Nesse tirante tem sido, também, o entendimento do Dr. Fernando Andrade de Oliveira, digno Procurador da República, no Estado do Paraná.

Essas disposições, uma vez mais, convalidam que os Juízes Estaduais, quer no cível ou no processo penal, com competência residual temporária, ficam vinculadas aos feitos onde se tenha iniciada a instrução, dentro da conceituação do pará. 1º do art 80, da Lei nº 5.010.

Sob outro prisma, é oportuno se realçar que a prescrição e a decadência, mencionadas pelo § 3º, ficam suspensas enquanto não ocorrer a efetiva instalação da Justiça Federal em cada uma de suas respectivas seções judiciárias. Essa instalação, que deverá ser solene, para assim ser entendida, obedecerá ao disposto no art. 12 do Decreto-lei nº 253, citado.

Enquanto a mesma não ocorrer, os juízes federais, embora empossados, conforme determinação do Conselho da Justiça Federal, nos casos urgentes e necessários, a critério do juiz, precariamente instalados, exercem competência nos casos enquadrados dentro da urgência reclamada.

Por coerência, essa competência residual, também, permite que os serventuários e auxiliares, das justiças estaduais, sirvam, igualmente, em todos os seus atos e diligências, naqueles feitos, até a conclusão dos mesmos, quando cessará a competência residual do respectivo juiz estadual (§ 2º, art. 80, da Lei nº 5.010, cit.).

Capítulo VI

Seção 1

Dos atos e diligências da Justiça Federal

A jurisdição dos juízes federais é exercida em todo o território das respectivas seções, as quais abrangem o Estado ou Território nela compreendido (art. 11, Lei nº 5.010, cit.).

Por sua vez, cada Estado ou Território, bem como o Distrito Federal, constitui uma Seção Judiciária, tendo por sede a respectiva

Capital; sendo que o Território de Fernando de Noronha faz parte da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco (art. 3º, Lei cit.).

Os atos e diligências, com muita frequência, são praticados no interior das seções. Para a hipótese, tendo em vista a jurisdição territorial, podem ser praticados, em qualquer comarca do Estado ou Território, para a qual, sendo necessário, também pode se deslocar o próprio juiz (art. 11 e seu parág. único). Entretanto, por conveniência do serviço, êsses atos e diligências poderão ser praticados pelos juízes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular (art. 42, Lei cit.).

A carta precatória somente será expedida, quando servir como instrumento mais econômico e suficientemente expedito, para a realização do ato ou diligência (§ 1º, art. 42, lei cit.), ou, sempre que possível, via telegráfica ou postal (§ 2º, art. 42, lei cit.).

Em verdade a prática está ensinando, embora pelo espírito da lei se constitua em exceção, como também por ser comum, econômica e efetiva para os fins pretendidos, o uso da carta precatória, como regra aceita e justificável face às dificuldades para o cumprimento de simples ofício ou, ainda, o uso da via postal e telegráfica. A expedição da precatória não significa declinação de competência, porque esta continua privativa e intacta, pertencendo ao juízo deprecante o conhecimento do processo.

Tratando-se de permissão legal, a precatória é hábil instrumento jurídico, daí não residirem dúvidas sobre a sua legítima utilização e, ao mesmo tempo, descaber razão aos juízes estaduais – já houve casos – para deixarem de recebê-las ou cumpri-las, máxime, atendendo que o Cód. de Processo Civil, sem especificar a classificação funcional do juiz, dispõe: "A citação far-se-á por precatória, quando o citado se encontrar fora da jurisdição do juiz. . .". Por seu turno, é determinação generalizada a regra do art. 353 do Cód. de Proc. Penal.

Seção 2

Dos serviços auxiliares da Justiça Federal

Os serviços auxiliares da Justiça Federal estão regulados pela forma que dispõe o cap. IV, seção I, da Lei nº 5.010. O provimento inicial dos cargos desses serviços, por aproveitamentos, ocorreu mediante iniciativa voluntária dos interessados, através de competente decreto do Presidente da República, na qualidade de "funcionários estáveis da União, inclusive das Secretarias dos Tribunais Federais e das Varas da Fazenda Federal do Distrito Federal, e, ainda, servidores estáveis das Varas da Fazenda Nacional dos Estados" (§ 2º, art. 74, lei cit.). Esses servidores, funcionalmente, regem-se pelas normas dos Estatutos dos Funcionários Públicos Civis da União (art. 52, lei ref.).

Seção 3

Da Polícia Judiciária Federal

A Polícia Judiciária Federal é exercida pelas autoridades policiais do Departamento da Polícia Federal, observando-se, para esse fim, as normas gerais do Código de Processo Penal, ressalvadas as disposições de leis especiais.

Surgindo necessidade, nos termos do inc. IX, alterado pela Lei nº 5.345, de 3/11/1967, introduzido no art. 13, da Lei nº 5.010, pelo Decreto-lei nº 253, de 28/2/67, podem, além dos serviços da Polícia Federal, por competência deferida, os juízes federais: "requisitar força federal ou estadual necessária ao cumprimento de suas decisões".

Outrossim, "enquanto a União não possuir estabelecimentos penais, a custódia de presos à disposição da Justiça Federal e o cumprimento de penas por ela impostas far-se-ão nos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios" (art. 85, Lei nº 5.010, cit.).

Capítulo VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seção 1

Síntese cronológica da restauração, quadro atual e comportamento

Saindo-se do ano de 1609, com a instalação, no Brasil, do Tribunal da Relação, na Bahia, numa rememoração, sintetizando-se o que ficou esclarecido a princípio, há que se recordar do Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, de forma anêmica, se insinuou, na primeira experiência entre nós, o estabelecimento da dualidade da justiça, até que pela Lei de Interpretação de 12 de maio de 1840, com a supressão do art. 10, n^{os} 1 e 7, e dos arts. 2, 3, 4. retornou se ao império da competência central.

A idéia foi novamente sacudida pelo Manifesto Republicano de 1870, dêle resultando, mais tarde, o Projeto da Constituição de São Paulo, que instituiu, nos seus artigos 28 a 36, o Poder Judiciário local, voltando a se confirmar, dando existência à Justiça Federal, com o Decreto n^o 848, de 11/10/1890, como consequência do sistema federativo adotado, para receber o seu primeiro batismo constitucional na Carta de 1891. Seus preceitos foram completados pela Lei n^o 221, de 20/11/1894, consolidando-se, em nossas tradições, com o Decreto n^o 3.084, de 5/11/1898.

Depois, teve seqüência com a Constituição de 1934, sendo, sem justificação plausível, extinta pela Carta promulgada em 1937, seguindo-se a omissão na Constituição de 1946, para, finalmente, ser restaurada a Justiça Federal de Primeira Instância, constitucionalmente, pelo Diploma de 1967.

Traçado, dentro do quadro histórico e constitucional brasileiro, o seu restabelecimento, com oportunidade, cabe referir-se sobre sua razão e situação presente.

Tem-se constituído, nos órgãos dirigentes, como de praxe, nos ciclos das nossas reformas, com desajeitado apêgo à rotina, um retraimento natural às modificações administrativas, que todos enxergam, como urgentes, julgam necessárias, mas não aparecendo ninguém para as introduzir. Sob essa situação encontrava-se a restauração da Justiça Federal de Primeira Instância.

Apregoava-se a necessidade do seu ressurgimento, como complementação lógica, dentro da sistemática judiciária brasileira, do Tribunal Federal de Recursos.

É verdade que muitos, destacando-se ilustres juristas, defendiam, ao invés de sua restauração, a federalização de toda a justiça, *Justiça Nacional*. Suprimir-se-ia, no entender de muitos, essa restauração para transformarem-se todas as justiças estaduais em Justiça Federal. Entretanto, valendo como opção e fuga, e reação à rotina, surgindo a sua restauração, de fonte inspirada no ideal de dotar-se o Poder Judiciário com instrumento direto de ação na sua organização judiciária federal.

Constitui-se, para alguns, essa restauração, no reconhecimento da necessidade de se dotar o poder central, na medida das necessidades nacionais, diante de confusões diárias, em todo o mundo, da crise dominante no federalismo, de uma expansão reclamada pelo Poder Judiciário da União. Para outros, restaurou-se em nome do Poder Nacional e veio de simples consequência do impulso revolucionário, para servir de veículo interpretativo das normas excepcionais e revolucionárias, institucionalizadas em período de transição política.

Outra corrente, coletando a média das opiniões, defende que a experiência da delegação de competência, valendo-se de cooperação imposta às Justiças Estaduais, não rendeu os frutos desejados, mostrando, ao contrário, a necessidade de o Poder Judiciário da União aparelhar-se e agir diretamente, com pessoal próprio, no processamento e

julgamento de variada gama de ações, onde tem o Governo Federal interesse atual e permanente.

Contudo, por ser evidente, não basta somente o seu restabelecimento, seja válido este ou aquele conceito ou conclusão. É preciso, pairando sobre as razões das controvérsias, que seja convenientemente aparelhada, a fim de que as deficiências crônicas da justiça sejam superadas, tornando essa primeira instância federal o reflexo, com sua ação, da nossa cultura jurídica, desenvolvimento social e econômico, e, com capacidade de trabalho, atuando como instrumento de equilíbrio, com maturidade, independência e saber, para harmonizar os interesses em litígio. Pode mesmo ser um fator preponderante da união nacional, o que vale dizer, dentro da realidade atual, onde todos os meios que a nação precisa para a consecução dos seus objetivos, como condição de sobrevivência nacional, são válidos, ela se converte, como órgão destinado ao fortalecimento do Poder Judiciário da União, em legítimo esteio do Poder Nacional.

Afiguram-se, pois, os juízes federais, dessa instância, como uma porção distinta, de grande importância, no quadro jurídico brasileiro, sobre eles recaindo a responsabilidade de justificarem, perante a nação, a oportunidade do restabelecimento de seu cargo, a restauração e funcionamento da sua instância. Essa é a situação presente.

Cumpre-se-lhes, pelo trabalho, caráter, capacidade e independência, convertê-las em verdadeira escola de notável saber jurídico e retidão, inspirando, em quantos dela precisem, confiança ilimitada, revelando-se como órgão atuante e eficaz na aplicação da justiça. Da sua dinâmica dependem o seu futuro, a sua estabilidade e o respeito que deve infundir. Não poderá ser estática, mas encontrar-se em constante mudança e evolução, para interpretar, com assinalada oportunidade, as mutações sociais. Seus membros não podem, por isso mesmo, ser arcaicos, amarrados ao tradicionalismo bolorento e inócuo.

Devem ser recrutados entre verdadeiros vocacionados, que cientes de suas garantias constitucionais, sem serem arbitrários, afastem qualquer pressão, desinteressados em agradar qualquer partido, grupo ou pessoa.

Os juízes federais, assim aportando, têm a obrigação, como todos os juízes, de cultivar o equilíbrio, sem paixões, imparciais e com a formação liberal de nossas escolas de direito, de prolongarem, aplicando a lei em suas sentenças, a segurança de decisões, destinadas à garantia dos cidadãos e tranqüilidade da comunidade, do Estado e da Nação. Acredito, dentro dessa linha, que essa primeira instância será uma escola de juristas que firmará tradição de influência na vida jurídica nacional.

Daí por que os juízes federais, apesar de restaurados em período de grave crise política, mas, vindos de experiência antiga e salutar, fiéis à tradição da magistratura brasileira e à linha de seus antecessores, não podem, pela omissão, se acomodar à opressão e iniquidade. Devem fazer prevalecer, garantindo a harmonia e o respeito à lei, os fundamentos da paz social, necessária para o fortalecimento do Poder Nacional. Podem, os juízes federais, dar extensão e expressão à grandeza da Justiça.

A realização dos direitos do homem constitui um dos problemas de ordem jurídica e empírica mais importante da convivência humana. Cria-se a comunidade estatal, a coletividade politicamente organizada para beneficiar os homens nela associados. Entretanto, por razões múltiplas, que por vezes até independem da vontade do Estado, sofrem os indivíduos opressões e vêem espezinhados os seus direitos mais sagrados. O próprio Estado, de promotor do bem comum e particular, transforma-se, não raro, em opressor, quando não em injusto agressor.⁽²⁵⁾

Seção 2

Perspectivas futuras

⁽²⁵⁾ — JOSÉ SODER, *Direitos do Homem*, prefácio, pág. 3.

Revelados suas origens e seu desenvolvimento, assinalada ficou a utilidade e a necessidade da magistratura federal de primeira instância, pretendendo-se vê-la independente e como arma de resguardo, não só dos interesses da União, das autarquias e empresas públicas, mas, também, de garantia dos direitos individuais contra as usurpações, sem sujeitar-se às conjunturas especiais desses direitos. O seu valor residirá, embora competente, nas questões de interesse do Governo Federal, e terá que agir, não como um juiz em causa própria, porém agirá procurando e se destinando ao encontro de soluções adequadas aos superiores interesses da coletividade, sem deixar-se seduzir pelas pretensões do seu próprio governo.

A independência de procedimento, como traço indelével, garantir-lhe-á o respeito e estabilidade.

Sua responsabilidade se sobressai, atinando-se que se restabeleceu numa ocasião em que o país sofre profundas alterações sócio-econômicas, com repercussões notáveis nas leis, a começar do estatuto básico. As leis publicadas, durante a implantação do que se convencionou chamar "ideais revolucionários", formam uma colcha de retalhos. Exigem largo manuseio e pesquisa para sua interpretação e aplicação, dentro de uma nova filosofia de ação, com desusada atenção e equilíbrio.

O século, que se aproxima do seu fim, traz a imagem fantástica de outro, cujos prenúncios atestam mudanças extraordinárias no desenvolvimento tecnológico e, por consequência, nas relações jurídicas entre os povos, entre as comunidades, classes e os cidadãos de uma mesma nação. A restauração da Justiça Federal de Primeira Instância voltou, quando bem se pode ver a expressão, desde já, de um novo conceito de federalismo, onde é crescente o intervencionismo do Poder Nacional. Poder que, forçado por situações circunstanciais do nosso estágio político ou da nova dinâmica das relações entre as nações, usando

e criando novos meios de ação, para a consecução dos seus mais altos objetivos, sem perder de vista, por ser flagrante, na sociedade política das nações, que o quadro tradicional da autonomia federativa cada vez mais caminha por uma senda de declínio, intervém, paulatinamente, e exclui poderes mais fracos ou tímidos, para vencer situações que põem em risco a própria segurança nacional.

A respeito dessas alterações do regime federativo, aparecem com clareza e sensibilidade estes apontamentos:

O crescente intervencionismo do poder público na vida econômica e social trabalha para o fortalecimento do governo central em todas as Federações. Os Estados Unidos e a Suíça, que são as Federações antigas, oferecem a esses respeito exemplos muito eloquentes. Em ambos os países essa tendência não encontra resistências maiores e, num e noutro, tem-se como irremediável o declínio da autonomia federativa. Com respeito à noção do Estado Federal tradicional, observa Durand, o quadro jurídico permanece, o título subsiste. Mas o conteúdo e o funcionamento mudaram, sobretudo pela diminuição da situação jurídica dos Estados-membros, pelo recuo de sua autonomia.

Há outras causas que contribuem em maior ou menor parte para o desprestígio dos Estados. Uma delas é o gradual desaparecimento dos particularismos regionais. O crescimento demográfico, o incremento do comércio, o desenvolvimento dos meios de transportes, a mobilidade da população e as migrações internas são condições que, somadas aos tradicionais fatores de união nacional, tornam inteiramente superada a concepção do Estado-membro como uma pequena pátria.⁽²⁶⁾

Aceitando-se como tese válida, com efeitos notados, desde agora, os fundamentos sobre o recuo da autonomia estadual, em razão de um crescente intervencionismo do poder central, descaracterizando a concepção tradicional de federalismo, forçoso é admitir-se a necessidade da instituição, como instrumento atuante, de uma outra justiça, dentro do território dos Estados-membros, sob a bandeira da coerência, como necessidade do fortalecimento do próprio Poder Nacional.

⁽²⁶⁾ — OSWALDO TRIGUEIRO, *Dinâmica da Administração Pública e do Judiciário* — 1965 — págs. 5 e 6.

Justificando, com muito vigor, a presença da magistratura federal nos Estados-membros, em capítulo especial, aparece esta lição:

Bem razão tinha Hamilton, o sábio expositor e grande político, cujos escritos, na feliz expressão de João Barbalho, se podem considerar a bíblia do federalismo, ao justificar casos em que se não poderá confiar muito na justiça dos Estados, lembrando a parcialidade natural dos juízes em favor das pretensões dos Governos respectivos.

Por sua vez, o douto e operoso Carvalho de Mendonça escrevera que – "qualquer que seja a independência moral do juiz de um Estado, os laços que o unem ao Governo que o colocou e mantém são de natureza a torná-lo suspeito, sempre que aquele fôr interessado no feito."⁽²⁷⁾

Portanto, isso verificado, a Justiça Federal de Primeira Instância, como membro do Poder Judiciário da União, dentro dessas perspectivas, vivendo nesse cadinho de profundas mutações, cada vez mais aceleradas, na dimensão histórica dos acontecimentos que a circundam, partindo-se dos prenúncios assinalados, está destinada, no âmbito de sua competência e jurisdição, a influir decisivamente, à medida de sua estabilidade, com princípios e leis sujeitos à sua apreciação e decisão, a firmar-se como órgão garantidor e fortalecedor, em atuação direta, do Poder Nacional.

Por essas razões, estabelecida a premissa de sua necessidade na organização do Poder Judiciário da União, marcha-se à conclusão de que, além de se constituir em meio adequado ao aperfeiçoamento e aceleração da dinâmica judiciária federal, sendo instrumento restaurado por imperativo incoercível, tende a ver alargadas a sua competência e atribuições, pelas necessidades contemporâneas, em nome do poder federal e da própria segurança nacional.

Com êsse porte, restaurou-se a Justiça Federal de Primeira Instância. As mais palpitantes questões jurídicas estão lhe sendo submetidas. As esperanças e enorme expectativa convergem sobre o seu

⁽²⁷⁾ — JOSÉ TAVARES BASTOS, *Consolidação das Leis Federais*, pág. 11.

trabalho, desenvolvimento e, sobretudo, na ação dos seus juízes. Êstes, verdadeiramente vocacionados, não ocasionais, recrutados entre aqueles que, mais que a vocação, estribam-se, no seu comportamento, na decência, na integridade, no estudo, na pesquisa, na vontade de consolidarem-se na tábua das leis, conscientizados de sua responsabilidade, alicerçados em sólida e indispensável cultura jurídica, são os esteios naturais da estrutura que se restaurou.

TRANSCRIÇÃO

CAPÍTULOS DO PODER JUDICIÁRIO

- Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967
- Tribunal Federal de Recursos
- Constituição do Brasil de 1967 (seção IV – dos Juízes Federais)
- Lei nº 5.010, de 30/5/66 (textos atualizados)
- Dec. nº 848, de 11/10/1890
- Provimentos do Conselho da Justiça Federal nºs: 1, de 4/5/67; 2, de 16/5/67; 3, de 3/7/67; 4, de 3/7/67; 5, de 3/7/67; 8, de 15/9/67; 10, de 13/11/67; 11, de 22/11/67; 12, de 16/4/68; 13, de 15/5/68 e 14, de 15/5/68

PODER JUDICIÁRIO

1. CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO:

Art. 151 – O poder judicial é independente, e será composto de juízes e jurados, os quais terão lugar, assim no cível como no crime, nos casos e pelo modo que os códigos determinarem.

Art. 152 – Os jurados se pronunciam sobre o fato e os juízes aplicam a lei.

Art. 156 – Todos os juízes de direito e os oficiais de justiça são responsáveis pelos abusos de poder e prevaricação que cometerem no exercício de seus empregos; esta responsabilidade se fará efetiva por lei regulamentar.

Art. 157 – Por suborno, peita, peculato e concussão, haverá contra eles a ação popular, que poderá ser intentada dentro de ano e dia pelo próprio queixoso ou por qualquer do povo, guardada a ordem do processo estabelecido na lei.

Art. 158 – Para julgar as causas em segunda e última instância haverá nas províncias do Império as relações que forem necessárias para comodidade dos povos.

Art. 159 – Nas causas crimes a inquirição das testemunhas, e todos os mais atos do processo, depois da pronúncia, serão públicos desde já.

Art. 160 – Nas cíveis e nas penais civilmente intentadas poderão as partes nomear juízes árbitros. Suas sentenças serão executadas sem recursos, se assim o convencionarem as mesmas partes.

Art. 161 – Sem se fazer constar que se tem intentado o meio de reconciliação, não se começará processo algum.

Art. 162 – Para esse fim haverá juízes de paz, os quais serão eletivos pelo mesmo tempo e maneira por que se elegem os vereadores das câmaras. Suas atribuições e distrito serão regulados por lei.

2. CONSTITUIÇÃO DE 1891, COM EMENDAS DE 1926:

Art. 55 – O Poder Judiciário da União terá por órgão um Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República, e tantos

juízes e tribunais federais, distribuídos pelo país, quantos o Congresso criar.

Art. 58, § 2º – O Presidente da República designará, dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República, cujas atribuições se definirão em lei.

3. CONSTITUIÇÃO DE 1934:

Art. 63 – São órgãos do Poder Judiciário:

- a) – a Corte Suprema;
- b) – os juízes e tribunais federais;
- c) – os juízes e tribunais militares;
- d) – os juízes e tribunais eleitorais.

Art. 68 – É vedado ao Poder Judiciário conhecer de questões exclusivamente políticas.

Art. 70 – A Justiça da União e a dos Estados não podem reciprocamente intervir em questões submetidas aos tribunais e juízes respectivos, nem lhes anular, alterar ou suspender as decisões, ou ordens, salvo os casos expressos na Constituição.

§ 1º) Os juízes e tribunais federais poderão todavia, deprecар às justiças locais competentes as diligências que se houverem de efetuar fora da sede do juízo deprecante.

§ 2º) As decisões da justiça federal serão executadas pela autoridade judiciária que ela designar, ou por oficiais judiciários privativos. Em todos os casos, a força pública estadual ou federal prestará o auxílio requisitado na forma da lei.

Art. 71 – A incompetência da justiça federal, ou local, para conhecer do feito, não determinará a nulidade dos atos processuais

probatórios e ordinatórios, desde que a parte não a tenha argüido. Reconhecida a incompetência serão os autos remetidos ao juízo competente, onde prosseguirá o processo.

Art. 72 – É mantida a instituição do Júri, com a organização e as atribuições que lhe der a lei.

4. CONSTITUIÇÃO DE 1937:

Art. 90 – São órgãos do Poder Judiciário:

- a) o Supremo Tribunal Federal;
- b) os juízes e tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- c) os juízes e tribunais militares.

Art. 94 – É vedado ao Poder Judiciário conhecer de questões exclusivamente políticas.

Art. 122 – ..., os crimes que atentarem contra a existência, a segurança e a integridade do Estado, a guarda e o emprego da economia popular serão submetidos a processo e julgamento perante tribunal especial, na forma que a lei instituir.

Art. 172 – Os crimes cometidos contra a segurança do Estado e a estrutura das instituições serão sujeitos a justiça e processos especiais que a lei prescreverá.

§ 1º) A lei poderá determinar a aplicação das penas da legislação militar e a jurisdição dos tribunais militares na zona de operações durante grave comoção intestina.

§ 2º) O oficial da ativa, da reserva ou reformado, ou funcionário público que haja participado de crime contra a segurança do Estado ou a estrutura das instituições, ou influído em sua preparação

intelectual ou material, perderá a sua patente, posto ou cargo, se condenado a qualquer pena pela decisão da justiça a que se refere este artigo.

Art. 173 – O estado de guerra motivado por conflito com país estrangeiro se declarará no decreto de mobilização. Na sua vigência, o Presidente da República tem os poderes do art. 106 e os crimes cometidos contra a estrutura das instituições, a segurança do Estado e dos cidadãos serão julgados por tribunais militares.

5. LEI CONSTITUCIONAL N° 7:

Art. único – O art. 173 da Constituição fica assim redigido:

Art. 173 – O estado de guerra motivado por conflito com país estrangeiro se declarará no decreto de mobilização. Na sua vigência, o Presidente da República tem os poderes do art. 166 e a lei determinará os casos em que os crimes cometidos contra a estrutura das instituições, a segurança do Estado e dos cidadãos serão julgados pela Justiça Militar ou pelo Tribunal de Segurança Nacional.

6. LEI CONSTITUCIONAL N° 14:

Art. 1° – Fica extinto o Tribunal de Segurança Nacional a que se refere o art. 173 da Constituição, emendado pela Lei Constitucional n° 7, de 30 de setembro de 1942.

Art. 2° – Serão processados e julgados na forma que a lei determinar, pelos juízes e tribunais referidos no art. 90 da Constituição, os crimes que atentarem contra:

I – a existência, a segurança e a integridade do Estado;

II – a guarda e o emprego da economia popular.

7. CONSTITUIÇÃO DE 1946:

Art. 94 – O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

- I – Supremo Tribunal Federal;
- II – Tribunal Federal de Recursos;
- III – juízes e tribunais militares;
- IV – juízes e tribunais eleitorais;
- V – juízes e tribunais do trabalho.

8. CONSTITUIÇÃO DE 1967:

Art. 107 – O Poder Judiciário da União é exercido pelos seguintes órgãos:

- I – Supremo Tribunal Federal;
- II – Tribunais Federais de Recursos e juízes federais;
- III – Tribunais e juízes militares;
- IV – Tribunais e juízes eleitorais;
- V – Tribunais e juízes do trabalho.

O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

1. CONSTITUIÇÃO DE 1891:

Art. 55 – O poder judiciário da União terá por órgão um Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e tantos juízes e tribunais federais, distribuídos pelo país, quantos o Congresso criar

Art. 59 – Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I – Julgar, em grau de recurso, as questões resolvidas pelos juízes e tribunais federais, assim como as de que tratam o presente artigo, § 1º, e o art. 60.

2. CONSTITUIÇÃO DE 1891, COM EMENDAS DE 1926:

Art. 59 – À Justiça Federal compete:

Ao Supremo Tribunal Federal:

II – Julgar, em grau de recurso, as questões excedentes da alçada legal resolvidas pelos juízes e tribunais federais.

3. CONSTITUIÇÃO DE 1934:

Art. 78 – A lei criará tribunais federais, quando assim o exigirem os interesses da justiça, podendo atribuir-lhes o julgamento final das revisões criminais, excetuadas as sentenças do Supremo Tribunal Militar, e das causas referidas no art. 81, letras d, g, h, i e l; assim como os conflitos de jurisdição entre juízes federais de circunscrições em que esses tribunais tenham competência.

Parágrafo único – Caberá recurso para a Corte Suprema, sempre que tenha sido controvertida matéria constitucional, e, ainda, nos casos de denegação de *habeas corpus*.

Art. 79 – É criado um tribunal, cuja denominação e organização a lei estabelecerá, composto de juízes, nomeados pelo Presidente da República, na forma e com os requisitos determinados no art. 74.

Parágrafo único – Competirá a esse tribunal, nos termos que a lei estabelecer, julgar privativa e definitivamente, salvo recurso voluntário para a Corte Suprema nas espécies que envolverem matéria constitucional:

1º – os recursos de atos e decisões definitivas do Poder Executivo, e das sentenças dos juízes federais nos litígios em que a União fôr parte, contanto que uns e outros digam respeito ao funcionamento de serviços públicos, ou se rejam, no todo ou em parte, pelo direito administrativo;

2º – os litígios entre a União e os seus credores, derivados de contratos públicos.

4. CONSTITUIÇÃO DE 1946:

Art. 103 — O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de nove juízes, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo dois terços entre magistrados e um terço entre advogados e membros do Ministério Público, com os requisitos do art. 99.

Parágrafo único – O Tribunal poderá dividir-se em câmaras ou turmas.

Art. 104 – Compete ao Tribunal Federal de Recursos:

I – processar e julgar originariamente:

a) as ações rescisórias de seus acórdãos;

b) os mandados de segurança, quando a autoridade coatora fôr Ministro de Estado, o próprio do Tribunal ou o seu Presidente.

II – julgar em grau de recurso:

a) as causas decididas em primeira instância, quando a União fôr interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência, ou quando se tratar de crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e a da Justiça Militar;

b) as decisões de juízes locais, denegatórias de *habeas corpus*, e as proferidas em mandado de segurança, se federal a autoridade apontada como coatora;

III – rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos.

Art. 105 – A lei poderá criar, em diferentes regiões do país, outros Tribunais Federais de Recursos, mediante proposta do próprio Tribunal e aprovação do Supremo Tribunal Federal, fixando-lhes sede e jurisdição territorial e observados os preceitos dos arts. 103 e 104.

5. CONSTITUIÇÃO DE 1967:

Art. 116 – O Tribunal Federal de Recursos compõe-se de treze Ministros vitalícios nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo oito entre Magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do art. 113, § 1º.

§ 1º – A Lei Complementar poderá criar mais dois Tribunais Federais de Recursos, um no Estado de Pernambuco e outro no Estado de São Paulo, fixando-lhes a jurisdição e menor número de Ministros, cuja escolha se fará com o mesmo critério mencionado neste artigo.

§ 2º – É privativo do Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital da União, o julgamento de mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

§ 3º – Os Tribunais Federais de Recursos funcionarão em plenário ou em turmas.

Art. 117 – Compete aos Tribunais Federais de Recursos:

I – processar e julgar originariamente:

a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

b) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, do Presidente do próprio Tribunal, ou de suas turmas, do responsável pela direção geral da polícia federal, ou de juiz federal;

c) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora fôr Ministro de Estado, ou responsável pela direção geral da polícia federal, ou juiz federal;

d) os conflitos de jurisdição entre juízes federais subordinados ao mesmo tribunal ou entre suas turmas;

II – julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais.

Parágrafo único – A lei poderá estabelecer a competência originária dos Tribunais Federais de Recursos para a anulação de atos administrativos de natureza tributária.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

Seção IV

Dos Juízes Federais

Art. 118 – Os juízes federais serão nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros, maiores de trinta anos, de cultura e idoneidade moral, mediante concurso de títulos e provas, organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição.

§ 1º – Cada Estado ou Território, assim como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva Capital. Lei complementar poderá criar novas seções.

§ 2º – A lei fixará o número de juízes de cada seção e regulará o provimento dos cargos de juízes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça.

Art. 119 – Aos juízes federais compete processar e julgar, em primeira instância:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal fôr interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Militar ou à do Trabalho, conforme determinação legal;

II – as causas entre Estado estrangeiro, ou organismo internacional, e pessoa domiciliada ou residente no Brasil;

III – as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV – os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional e os cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

VI – os crimes contra a organização do trabalho, ou decorrentes de greve;

VII – os *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência, ou quando o constrangimento provier de autoridade, cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII – os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal ou dos Tribunais Federais de Recursos;

IX – as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;

X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro; a execução das cartas rogatórias, após o *exequatur*, e das

sentenças estrangeiras após a homologação, as causas referentes a nacionalidade, inclusive a respectiva opção e à naturalização.

§ 1º – As causas em que a União fôr autora serão aforadas na Capital do Estado ou Território em que tiver domicílio a outra parte. As intentadas contra a União poderão ser aforadas na Capital do Estado ou Território em que fôr domiciliado o autor; na Capital do Estado em que se verificou o ato ou fato que deu origem à demanda ou esteja situada a coisa; ou ainda no Distrito Federal.

§ 2º – As causas propostas perante outros juízes, se a União nelas intervir, como assistente ou opoente, passarão a ser da competência do juiz federal respectivo.

§ 3º — A lei poderá permitir que a ação fiscal seja proposta noutro foro, e atribuir ao Ministério Público estadual a representação judicial da União.

LEI N° 5.010 – DE 30 DE MAIO DE 1966

Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.

– Texto atualizado com os seguintes diplomas:

1. Decreto-lei n° 30, de 17 de novembro de 1966;
2. Decreto-lei n° 81, de 21 de dezembro de 1966;
3. Decreto-lei n° 253, de 28 de fevereiro de 1967;
4. Lei n° 5.345, de 3 de novembro de 1967;
5. Lei n° 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

LEI N° 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966⁽¹⁾

⁽¹⁾ — Publicada no D.O.U. de 1-6-66 e retificada no DOU. de 14-6-66.

Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – A administração da Justiça Federal de Primeira Instância nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, compete a Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos, com a colaboração dos órgãos auxiliares instituídos em lei e pela forma nela estabelecida.

Art. 2º – Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios para os fins desta lei, são agrupados nas seguintes Regiões judiciárias:

1ª – Centro-Oeste: Distrito Federal, Goiás; Mato Grosso, Minas Gerais e Território de Rondônia;

2ª – Norte: Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Território do Amapá e Território de Roraima;

3ª – Nordeste: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Território de Fernando de Noronha, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (redação conforme art. 1º, letra "d" da Lei nº 5.345, de 3 de novembro de 1967);

Redação primitiva – 3ª) Nordeste: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Território de Fernando de Noronha.

4ª – Leste: Bahia, Espírito Santo, Guanabara e Rio de Janeiro;

5ª – Sul: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Art. 3º – Cada um dos Estados e Territórios, bem como o Distrito Federal constituirá uma Seção Judiciária, tendo por sede a respectiva Capital.

Parágrafo único – O Território de Fernando de Noronha compreender-se-á na Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Capítulo II

DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 4º – A Justiça Federal terá um Conselho integrado pelo Presidente, Vice-Presidente e três Ministros do Tribunal Federal de Recursos, eleitos por dois anos.

Parágrafo único – Quando escolher os três Ministros que integrarão o Conselho, o Tribunal Federal de Recursos indicará, dentre eles o Corregedor-Geral e elegerá, também, os respectivos Suplentes.

Art. 5º – O Conselho da Justiça Federal funcionará junto ao Tribunal Federal de Recursos.

Art. 6º – Ao Conselho da Justiça Federal compete:

I – Conhecer de correição parcial requerida pela parte ou pela Procuradoria da República, no prazo de cinco dias, contra o ato ou despacho do Juiz de que não caiba recurso, ou omissão que importa erro de ofício ou abuso de poder (redação conforme o item I do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967);

Redação primitiva: Conhecer de correição parcial requerida pela parte ou pela Procuradoria da República contra ato ou despacho do Juiz de que não caiba recurso ou que importe erro de ofício ou abuso de poder.

II – Determinar, mediante provimento, as providências necessárias ao regular funcionamento da Justiça e à disciplina forense;

III – Organizar e fazer realizar concursos para o provimento dos cargos de Juiz Federal Substituto e dos serviços auxiliares da Justiça Federal;

IV – Propor ao Presidente da República por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a nomeação dos candidatos aprovados em concurso, obedecida a ordem de classificação e os demais atos de provimento e vacância dos cargos de Juiz Federal Substituto e de servidor da Justiça Federal;

V – Conceder licenças e férias aos Juízes;

VI – Conceder licenças aos servidores da Justiça Federal, por prazo superior a noventa dias e praticar os demais atos de administração e disciplina do pessoal, sem prejuízo da ação do Corregedor-Geral, e dos Juízes Federais;

VII – Proceder a correições gerais ordinárias, de dois em dois anos, em todos os Juízos e respectivas Secretarias, e, extraordinárias, quando julgar necessário;

VIII – Elaborar e fazer publicar, anualmente até trinta de março, relatório circunstanciado dos serviços forenses de primeira instância, relativos ao ano anterior;

IX – Estabelecer normas para a distribuição dos feitos em primeira instância:

X – Fixar a competência administrativa dos Juízes;

XI – Especializar Varas, fixar sede de Vara fora da Capital e atribuir competência pela natureza dos feitos a determinados Juízes (art. 12);

XII – Determinar a forma pela qual os Juízes Federais Substitutos deverão auxiliar os Juízes Federais (art. 14);

XIII – Regular a distribuição dos feitos entre os Juízes Federais e entre estes e os Juízes Federais Substitutos (art. 16);

XIV – Prover sobre as substituições dos Juízes (art. 16);

XV – Aplicar penas disciplinares aos Juízes e servidores da Justiça Federal;

XVI – Determinar, mediante proposta do Diretor do Fôro, a lotação dos serviços auxiliares da Seção Judiciária (art. 38, parágrafo único);

XVII – Elaborar o seu Regimento e submetê-lo a aprovação do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 7º – Dos atos e decisões do Conselho da Justiça Federal não caberá recurso administrativo.

Art. 8º – O Conselho da Justiça Federal poderá delegar competência a Juízes Federais para correições gerais ou extraordinárias na Região a que pertencerem.

Art. 9º – O relator da correição parcial poderá ordenar a suspensão até trinta dias do ato ou despacho impugnado, quando de sua execução possa decorrer dano irreparável.

Capítulo III

DOS JUÍZES FEDERAIS

Seção I

Da jurisdição e Competência

Art. 10 – Estão sujeitos à Jurisdição da Justiça Federal:

I – As causas em que a União ou entidade autárquica federal fôr interessada como autora, ré, assistente ou opoente, exceto as de falência e de acidentes de trabalho;

II – As causas entre Estados estrangeiros e pessoa domiciliada no Brasil;

III – As causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou com organismo internacional;

IV – As questões de Direito Marítimo e de navegação, inclusive a aérea;

V – Os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de entidades autárquicas federais, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

VI – Os crimes que constituem objeto de tratado ou de convenção internacional e os praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

VII – Os crimes contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve;

VIII – Os *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal, ressalvada a competência dos órgãos superiores da Justiça da União;

IX – Os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos do art. 101, I, "I" e o art. 104, I, "a" da Constituição – (Emenda Constitucional nº 16, artigos 2º e 7º);

X – Os processos e atos referentes à nacionalidade (Constituição, artigos 129 e 130).

Art. 11 – A jurisdição dos Juízes Federais de cada Seção Judiciária abrange toda a área territorial nela compreendida.

Parágrafo único – Os Juízes, no exercício de sua jurisdição e no interesse da Justiça, poderão deslocar-se de sua sede para qualquer ponto da Seção.

Art. 12 – Nas Seções Judiciárias em que houver mais de uma Vara, poderá o Conselho da Justiça Federal fixar-lhes sede em cidade diversa da Capital, especializar Varas e atribuir competência por natureza de feitos a determinados Juízes.

Art. 13 – Compete aos Juízes Federais:

I – Processar e julgar, em primeira instância, as causas sujeitas à jurisdição da Justiça Federal (artigo 10), ressalvado o disposto no art. 15;

II – Abrir, rubricar e encerrar os livros das respectivas Secretarias;

III – Inspeccionar, pelo menos uma vez por ano, os serviços a cargo das Secretarias, providenciando no sentido de evitar ou punir erros, omissões ou abusos;

IV – Dar conhecimento imediato da inspeção realizada ao Corregedor-Geral em ofício reservado, solicitando-lhes as providências cabíveis;

V – Fornecer, anualmente, dados para a organização de estatísticas;

VI – Processar e julgar as suspeições argüidas contra os auxiliares do Juízo;

VII – Aplicar penas disciplinares aos servidores do próprio Juízo;

VIII – Apresentar, anualmente, relatório circunstanciado dos trabalhos sob sua jurisdição;

IX – Requisitar força federal ou estadual necessária ao cumprimento de suas decisões (item introduzido pelo art. 1º, II, do Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967, mantida a redação pela Lei nº 5.345, de 3/11/1967, art. 1º, letra "a");

Art. 14 – Aos Juízes Federais Substitutos incumbe substituir os Juízes Federais nas suas férias, licenças e impedimentos eventuais e auxiliá-los, em caráter permanente, inclusive na instrução e julgamento de feitos, na forma que o Conselho da Justiça Federal estabelecer.

Art. 15 – Nas Comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal (art. 12), os Juízes Estaduais são competentes para processar e julgar:

I – os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas;

II – as vistorias e justificações destinadas a fazer prova perante a administração federal, centralizada ou autárquica, quando o requerente for domiciliado na Comarca;

III – os feitos ajuizados contra instituições previdenciárias por segurados ou beneficiários residentes na Comarca, que se referirem a benefícios de natureza pecuniária;

IV – as ações de qualquer natureza, inclusive os processos acessórios e incidentes a elas relativos, propostas por sociedades de economia mista com participação majoritária federal contra pessoas

domiciliadas na Comarca, ou que versem sobre bens nela situados (item introduzido pelo art. 1º do Decreto-lei nº 30, de 17/11/1966).

Seção II

Da Distribuição

Art. 16 – A distribuição dos feitos entre Juízes, bem como sua substituição, será anualmente, regulada pelo Conselho da Justiça Federal, em provimento publicado no primeiro dia útil de dezembro, no Diário da Justiça da União e no Boletim da Justiça Federal das Seções Judiciárias (redação conforme o disposto no item III, do art. 1º, do Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967).

Redação primitiva: A distribuição dos feitos entre os Juízes, bem como sua substituição, será anualmente, regulada pelo Conselho da Justiça Federal, em provimento publicado no primeiro dia útil de dezembro no Diário Oficial da União e no Boletim da Justiça Federal das Seções Judiciárias.

Parágrafo único – A distribuição far-se-á em audiência pública, mediante rodízio, sempre por sorteio, obedecida a seguinte classificação:

- I – ações ordinárias;
- II – mandados de segurança;
- III – executivos fiscais;
- IV – ações executivas;
- V – ações diversas;
- VI – feitos não contenciosos;
- VII – ações criminais;
- VIII – *habeas corpus*;
- IX – procedimentos criminais diversos.

Seção III

Do número e da investidura

Art. 17 – O número de Juízes Federais e de Juízes Federais Substitutos, para cada Seção, será o constante do anexo I, desta lei.

Art. 18 – Os Juízes de uma Seção Judiciária não poderão substituir os de outra, salvo na mesma Região, em caso de impedimento, nem poderão ser removidos senão a pedido, com a aprovação do Tribunal Federal de Recursos, ou na hipótese do art. 34.

Art. 19 – Os Juízes Federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os nomes indicados, em lista quántupla pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 1º – O Supremo Tribunal Federal, para a organização da lista escolherá:

a) três dentre nove nomes de Juízes Federais Substitutos propostos pelo Tribunal Federal de Recursos;

b) dois nomes de bacharéis em Direito, com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade, de notório merecimento e reputação ilibada, e oito (8) anos, no mínimo de efetivo exercício na advocacia, no Ministério Público, na Magistratura ou no magistério superior.

§ 2º – Se recair a nomeação em um dos nomes escolhidos na forma da alínea "b" do parágrafo anterior, a lista quántupla, para o provimento da vaga subsequente, será composta exclusivamente de Juízes Federais Substitutos.

Art. 20 – O provimento do cargo de Juiz Federal Substituto far-se-á mediante concurso público, de provas e títulos realizado na sede da Seção onde ocorrer a vaga, ou, a critério do Conselho de Justiça Federal, em outra sede de Seção da mesma Região.

Art. 21 – Com o pedido de inscrição o candidato apresentará.

I – certidão que comprove ter mais de vinte e oito e menos de cinquenta anos de idade;

II – prova de estar em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar;

III – título de eleitor e prova de ter cumprido seus deveres eleitorais;

IV – diploma de bacharel em direito, devidamente registrado;

V – certidão que comprove o exercício, por quatro anos, de advocacia ou de cargo para o qual se exija o diploma de bacharel em direito;

VI – certidão negativa dos distribuidores criminais dos lugares em que haja residido nos últimos cinco anos;

VII – folha corrida;

VIII – quaisquer títulos que entenda devam ser apreciados.

Parágrafo único – O limite máximo de idade, previsto no inc. I não prevalecerá para magistrados e membros do Ministério Público.

Art. 22 – O Conselho da Justiça Federal sindicará a vida pregressa dos candidatos e, em sessão secreta, independente de motivação e conclusivamente, admitirá ou denegará a inscrição.

Parágrafo único – Os candidatos admitidos serão submetidos a exame de saúde e psicotécnico.

Art. 23 – O Conselho da Justiça Federal organizará os pontos e o regulamento do concurso e os fará publicar, com antecedência mínima de trinta dias, no Boletim da Justiça Federal do Diário Oficial dos Estados e

Territórios da Região em que o concurso se deva realizar e no Diário da Justiça da União (redação conforme o disposto no item IV do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28/2/67).

Redação primitiva: O Conselho da Justiça Federal organizará os pontos e o regulamento do concurso e os fará publicar, com antecedência mínima de trinta dias, no Diário Oficial dos Estados e Territórios da Região em que o concurso se deva realizar e no Diário da Justiça da União.

Art. 24 – O concurso constará de prova escrita e oral.

§ 1º – A prova escrita versará sobre as seguintes matérias: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Fiscal, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direito do Trabalho.

§ 2º – A prova oral versará sobre ponto de qualquer das matérias constantes no parágrafo anterior, sorteado com vinte e quatro horas de antecedência.

Art. 25 – A Comissão Examinadora designada pelo Conselho da Justiça Federal, será constituída por um Ministro do Supremo Tribunal Federal de Recursos, que a presidirá, um Juiz Federal de qualquer Seção da Região, um professor de Faculdade de Direito federal ou federalizada, e um advogado militante da Região em que se realizar o concurso indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 26 – O prazo de validade do concurso para Juiz Federal Substituto será de três anos.

Art. 27 – Os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos tomarão posse perante o Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único – É permitida a posse por procuração.

Seção IV

Dos Deveres e Sanções

Art. 28 – É vedado aos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos:

I – exercer atividade político-partidária;

II – participar de gerência ou administração de empresa industrial ou comercial;

III – exercer comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de sociedade de economia mista, de que o poder público tenha participação majoritária, exceto como acionista, cotista ou comanditário;

IV – exercer função de árbitro ou de juiz, fora dos casos previstos em lei.

Art. 29 – Os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos enviarão, anualmente, ao Conselho da Justiça Federal, cópia da sua declaração de bens apresentada à repartição do impôsto de renda.

Art. 30 – Os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos deverão residir na cidade que fôr sede da Vara em que servirem, não podendo, quando no exercício e nos dias de expediente, ausentar-se sem autorização do Corregedor-Geral.

Art. 31 – Os Juízes usarão toga durante as audiências.

Art. 32 – Os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos devem comparecer, nos dias úteis, à sede dos seus Juízos e aí permanecerem durante o expediente, salvo quando em cumprimento de diligência judicial.

Art. 33 – Pelas faltas disciplinares cometidas, ficam os Juízes sujeitos às penas de advertência e de censura, aplicadas pelo Conselho da Justiça Federal ou pelo Corregedor-Geral, conforme o caso.

Parágrafo único – A advertência e a censura serão feitas por escrito, sempre em caráter reservado, e registradas nos assentamentos do Juiz.

Art. 34 – O Tribunal Federal de Recursos, ocorrendo motivo de interesse público, poderá, pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, propor a remoção ou a disponibilidade do Juiz Federal ou do Juiz Federal Substituto, assegurada, no último caso, a defesa (Constituição, art. 95, § 4º).

Capítulo IV

DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA FEDERAL

Seção I

Da Organização

Art. 35 – Os serviços auxiliares da Justiça Federal serão organizados em Secretarias, uma para cada Vara, com as atribuições estabelecidas nesta lei.

Art. 36 – Os quadros de Pessoal dos serviços auxiliares da Justiça Federal compor-se-ão dos seguintes cargos:

I – Chefe de Secretaria;

II – Oficial Judiciário;

III – Distribuidor;

IV – Contador;

V – Distribuidor-Contador;

VI – Depositário-Avaliador-Leiloeiro;

VII – Auxiliar Judiciário;

VIII – Oficial de Justiça;

IX – Porteiro;

X – Auxiliar de Portaria;

XI – Servente.

§ 1º – Os cargos enumerados neste artigo são isolados e de provimento efetivo, e serão providos mediante concurso público de provas, organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 2º – Os cargos de Distribuidor e de Contador constarão apenas da lotação das Secretarias das Seções Judiciárias onde houver mais de uma Vara e nessas Seções poderá ser criada secretaria destinada aos serviços administrativos do Diretor do Fôro, junto à qual funcionará o Distribuidor, além dos servidores necessários à execução de seus encargos.

§ 3º – O regulamento do concurso conterá a relação dos documentos exigidos para a inscrição, a discriminação das matérias e dos pontos para as provas e será organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 4º – O concurso realizar-se-á na Seção Judiciária em que ocorrer a vaga, nos termos do edital publicado com antecedência mínima de trinta dias, no "Boletim da Justiça Federal" do "Diário Oficial" dos Estados ou Territórios que compõem a respectiva Região e no "Diário da Justiça", e somente neste no Distrito Federal.

§ 5º – São requisitos para o provimento do cargo de Chefe de Secretaria ser bacharel em direito e ter menos de quarenta e cinco anos de idade (redação do artigo e parágrafos conforme o item V do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fev. de 1967).

Redação primitiva: Os Quadros de Pessoal dos serviços auxiliares da Justiça Federal compor-se-ão dos seguintes cargos:

I – Chefe de Secretaria;

II – Oficial Judiciário;

III – Depositário-Avaliador;

IV – Auxiliar Judiciário;

V – Oficial de Justiça;

VI – Porteiro;

VII – Servente.

§ 1º – Os cargos a que se refere este artigo são isolados e de provimento efetivo e serão providos mediante concurso público de provas, organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 2º – O regulamento do concurso conterá a relação dos documentos exigidos para a inscrição, a discriminação das matérias e dos pontos para as provas e será organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 3º – O concurso realizar-se-á na Seção Judiciária em que ocorrer a vaga, nos termos do edital publicado, com antecedência mínima de trinta dias, no "Boletim da Justiça Federal" do Diário Oficial dos Estados ou Territórios que compõem a respectiva Região e no Diário da Justiça da União.

§ 4º – São requisitos para o provimento do cargo de Chefe de Secretaria ser bacharel em direito e ter menos de quarenta e cinco anos de idade.

Art. 37 – Nos concursos a que se refere o artigo anterior em caso de igualdade de classificação, terá preferência para a nomeação o candidato que tiver pertencido à Fôrça Expedicionária Brasileira.

Parágrafo único – Poderão ser aproveitados no provimento dos cargos criados nesta lei os ex-combatentes que tenham participado das operações de guerra no segundo conflito mundial, considerando-se o nível intelectual compatível com o respectivo cargo.

Art. 38 – Os servidores da Justiça Federal tomarão posse perante o Juiz Diretor do Foro.

Art. 39 – Cada uma das Seções Judiciárias terá o seu quadro próprio de pessoal, com o número de cargos constante do Anexo II desta lei.

Parágrafo único – Na Seção onde houver mais de uma Vara, a lotação do pessoal será determinada pelo Conselho da Justiça Federal, mediante proposta do Diretor do Fôro.

Art. 40 – O Chefe de Secretaria, em suas licenças, férias e impedimentos, será substituído pelo Oficial Judiciário designado pelo Juiz.

Seção II

Das atribuições da Secretaria

Art. 41 – À Secretaria compete:

I – receber e autuar petições, movimentar feitos, guardar e conservar processos e demais papéis que transitarem pelas Varas;

II – protocolar e registrar os feitos, e fazer anotações sobre seu andamento;

III – registrar as sentenças em livro próprio;

IV – remeter à Instância Superior os processos em grau de recurso;

V – preparar o expediente para despachos e audiências;

VI – exhibir os processos para consulta pelos advogados e prestar informações sobre os feitos e seu andamento;

VII – expedir certidões extraídas dos autos, livros, fichas e demais papéis sob sua guarda;

VIII – enviar despachos e demais atos judiciais para a publicação oficial;

IX – realizar diligências determinadas pelos Juízes e Corregedores;

X – fazer a conta e a selagem correspondentes às custas dos processos, bem assim quaisquer cálculos previstos em lei;

XI – efetuar a liquidação dos julgados, na execução de sentença, quando fôr o caso;

XII – receber em depósito, guardar e avaliar bens penhorados ou apreendidos por determinação judicial;

XIII – expedir guias para o recolhimento à repartição competente de quantias devidas à Fazenda Pública;

XIV – realizar praças ou leilões judiciais;

XV – fornecer dados para estatísticas;

XVI – cadastrar o material permanente da Vara respectiva;

XVII – executar quaisquer atos determinados pelo Conselho da Justiça Federal, Corregedor-Geral, Diretor do Fôro ou Juiz da Vara.

Art. 42 – Os atos e diligências da Justiça Federal poderão ser praticados em qualquer Comarca do Estado ou Território pelos Juízes locais ou seus auxiliares mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

§ 1º – Sòmente se expedirá precatória, quando, por essa forma fôr mais econômica e expedita a realização do ato ou diligência.

§ 2º – As diligências em outras Seções sempre que possível serão solicitadas por via telegráfica ou postal com aviso de recepção.

§ 3º – As malas dos serviços da Justiça Federal terão franquia postal e gozarão de preferência em quaisquer serviços públicos de transporte.

§ 4º – A Justiça Federal gozará, também, de franquia telegráfica.

Art. 43 – Os Oficiais de Justiça terão carteira de identificação visada pelo Juiz da Vara em que servirem e terão passe livre, quando em exercício de suas funções, nas empresas de transportes da respectiva Seção Judiciária.

Art. 44 – Mediante ordem judicial específica, os Oficiais de Justiça terão livre acesso aos registros imobiliários, bem como aos livros e documentos bancários, para o cumprimento de mandado de penhora, seqüestro, arresto, busca ou apreensão de bens ou dinheiro em favor da União ou de suas autarquias.

Capítulo V

Das Custas e Despesas do Processo

Art. 45 – As custas serão pagas na primeira instância pela forma estabelecida no regimento e compreenderão todos os atos do processo, inclusive a subida do recurso, dela ficando isentos os beneficiados com a Justiça gratuita. Na segunda instância não serão devidas custas, salvo nas certidões e traslados.

Parágrafo único – As custas recebidas serão relacionadas e recolhidas, semanalmente, pelo Chefe da Secretaria, à repartição federal arrecadadora competente, mediante guia visada pelo Juiz, como renda extraordinária da União (redação conforme o item VI do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967).

Redação primitiva – Não são devidas custas e quaisquer emolumentos na instância superior.

Art. 46 – A União e suas autarquias estão isentas do pagamento de custas.

Art. 47 – Os Chefes de Secretaria de Varas e os Diretores de Secretaria de Tribunais ficarão sujeitos à multa de um quinto do valor das custas do processo, quando este não fôr remetido à Superior Instância ou devolvido ao Juízo de origem dentro de quinze dias contados, respectivamente, do despacho ordinatório da subida do recurso ou do trânsito em julgado da decisão superior.

Parágrafo único – A multa prevista neste artigo será aplicada, de ofício ou a requerimento do interessado, pelo Juiz da Vara ou pelo Presidente do Tribunal, e recolhida por guia com recibo nos autos, sob pena de suspensão do pagamento dos vencimentos do infrator, até a satisfação dessa exigência.

Capítulo VI

DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS JUÍZES E SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 48 – Os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos terão os vencimentos fixados no Anexo III desta Lei.

Art. 49 – Os vencimentos dos servidores da Justiça Federal corresponderão aos valores dos símbolos, constantes do Anexo IV desta lei.

Art. 50 – Além dos vencimentos fixados para os respectivos cargos, os Juízes e os servidores da Justiça Federal perceberão gratificação adicional por tempo de serviço na base de cinco por cento (5%), por quinquênio de efetivo exercício, até sete quinquênios (Lei nº 4.345, de 16 de julho de 1964, art. 10) e salário família nas mesmas condições estabelecidas para os servidores públicos em geral.

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 – As férias dos Juízes serão individuais e de sessenta dias, gozadas de uma só vez, obedecida a escala organizada pelo Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único – Não haverá férias forenses coletivas.

Art. 52 – Aos Juízes e servidores da Justiça Federal aplicam-se, no que couber, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 53 – Os Juízes e servidores da Justiça Federal serão contribuintes obrigatórios do IPASE, facultado aos primeiros contribuir para o Montepio Federal.

Art. 54 – Os serviços judiciários funcionarão nos locais e horários estabelecidos pelo Conselho da Justiça Federal.

Art. 55 – O Juiz é responsável pelo regular andamento dos feitos sob sua jurisdição e pelo bom funcionamento dos serviços auxiliares que lhe estiverem subordinados.

Art. 56 – Nas Seções Judiciárias onde houver mais de um Juiz Federal, o Conselho da Justiça Federal designará um deles, anualmente, para exercer as funções de Diretor do Fôro e Corregedor permanente dos serviços auxiliares não vinculados diretamente às Varas.

Art. 57 – A União fará publicar no Diário Oficial de cada Estado ou Território o "Boletim da Justiça Federal" no qual serão divulgados os atos da respectiva Seção Judiciária, para os efeitos previstos em lei.

Art. 58 – A União e autarquias federais consignarão, obrigatoriamente, em seus orçamentos, dotações para atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias.

§ 1º – Esgotada a dotação, o Presidente do Tribunal Federal de Recursos proporá a abertura de créditos extra-orçamentários para os fins indicados neste artigo.

§ 2º – As autoridades competentes deverão tomar as medidas necessárias à abertura dos créditos, a fim de permitir que as dívidas regularmente inscritas, no Tribunal Federal de Recursos, sejam liquidadas no prazo de cento e vinte dias.

Art. 59 – Os pagamentos devidos pela União e pelas autarquias federais em virtude de sentença judiciária far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

Parágrafo único – As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias ao Banco do Brasil, em conta especial, à disposição do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, a quem caberá expedir as ordens de pagamento, segundo as possibilidades do depósito.

Art. 60 – Na Seção Judiciária em que houver apenas uma Vara, o Juiz Federal integrará o Tribunal Regional Eleitoral, tendo como suplente o Juiz Federal Substituto.

Parágrafo único – Quando houver mais de uma Vara, o Tribunal Federal de Recursos, indicará, com o seu suplente, o Juiz Federal que integrará o Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 61 – Na Seção em que houver Varas da Justiça Federal especializadas em matéria criminal, a estas caberá o processo e julgamento dos mandados de segurança e de quaisquer ações ou incidentes relativos a apreensão de mercadorias, entradas ou saídas irregularmente do país, ficando o Juízo prevento para o procedimento penal do crime de contrabando ou descaminho (Cód. Penal, art. 334).

Art. 62 – Além dos fixados em lei, serão feriados na Justiça Federal, inclusive nos Tribunais Superiores:

I – os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive;

II – os dias da Semana Santa, compreendidos entre a quarta-feira e Domingo de Páscoa;

III – os dias de segunda e terça-feira de Carnaval;

IV – os dias 11 de agosto e 1º e 2 de novembro.

Art. 63 – O Tribunal Federal de Recursos organizará, para orientação da Justiça Federal de Primeira Instância e dos interessados, Súmulas de sua jurisprudência, aprovadas pelo seu plenário, fazendo-as publicar, regularmente, no Diário da Justiça da União e nos Boletins da Justiça Federal das Seções.

§ 1º – Poderão ser inscritos na Súmula os enunciados correspondentes às decisões firmadas por unanimidade dos membros competentes do Tribunal, num caso, ou por maioria qualificada, em dois julgamentos concordantes, pelo menos.

§ 2º – Os enunciados da Súmula prevalecem e serão revistes, no que couber, segundo a forma estabelecida no Regimento de Supremo Tribunal Federal.

Art. 64 – Nos seus impedimentos temporários excedentes de trinta dias, ou quando necessário, os membros do Tribunal Federal de Recursos serão substituídos por Juízes Federais convocados na forma prevista no seu Regimento.

Art. 65 – A Polícia Judiciária Federal será exercida pelas autoridades policiais do Departamento Federal de Segurança Pública observando-se, no que couber, as disposições do Código de Processo

Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3/10/1941), da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964 e demais normas legais aplicáveis ao processo penal.

Art. 66 – O prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o indiciado estiver prêso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juiz a que competir o conhecimento do processo

Parágrafo único – Ao requerer a prorrogação do prazo para conclusão do inquérito, a autoridade policial deverá apresentar o prêso ao Juiz.

Art. 67 – A autoridade policial deverá remeter, em vinte e quatro horas, cópia do auto de prisão em flagrante ao Procurador da República que funcionar junto ao Juiz competente para o procedimento criminal.

Art. 68 – Da expedição de alvará de soltura o Chefe de Secretaria dará imediato conhecimento ao Procurador da República.

Art. 69 – O parágrafo único do artigo 21 do Código de Processo Penal passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único – A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963).

Art. 70 – A União intervirá, obrigatoriamente, nas causas em que figurarem como autores ou réus, os partidos políticos, excetuadas as de competência da Justiça Eleitoral e as sociedades de economia mista ou empresas públicas com participação majoritária federal, bem assim os órgãos autônomos especiais e fundações criados por lei federal.

Art. 71 – Caberá ao Tribunal Federal de Recursos, em sessão plenária, julgar os mandados de segurança contra ato ou decisão do Conselho da Justiça Federal.

Art. 72 – É vedada, sob pena de nulidade, a nomeação de cônjuge ou de parente até o segundo grau, consangüíneo ou afim do Juiz Federal, para cargo dos serviços auxiliares da Seção Judiciária em que servir.

Capítulo VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 73 – Dentro de vinte dias, a contar da publicação desta lei, o Tribunal Federal de Recursos constituirá o Conselho da Justiça Federal, que passará a funcionar imediatamente.

Art. 74 – As primeiras nomeações de Juízes Federais e de Juízes Federais Substitutos serão feitas por livre escolha do Presidente da República, dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º – A nomeação do Juiz Federal e do Juiz Federal Substituto será precedida do assentimento do Senado Federal.

§ 2º – Para o primeiro provimento dos cargos dos serviços auxiliares da Justiça Federal poderão ser aproveitados servidores estáveis da União, inclusive das Secretarias dos Tribunais Federais e das Varas da Fazenda Federal do Distrito Federal e, ainda, servidores estáveis das Varas da Fazenda Nacional dos Estados.

§ 3º – Nas Seções Judiciárias em que houver mais de uma Vara, os decretos de nomeação dos Juízes Federais designarão as Varas de que serão Titulares (parágrafo introduzido pelo item VII do artigo 1º do Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967).

Art. 15 – Os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos tomarão posse e entrarão em exercício dentro de sessenta dias contados da publicação do Decreto de nomeação, cabendo ao Ministro Presidente do Conselho da Justiça Federal designar a data para esse ato (redação conforme o inc. VIII do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28/2/67).

Redação primitiva – Os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos tomarão posse e entrarão no exercício dos respectivos cargos no prazo improrrogável de vinte dias, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 76 – Nas Seções Judiciárias onde existir apenas uma Vara, o seu titular presidirá a Comissão de Instalação da Justiça Federal composta do Juiz Federal Substituto, de um Procurador da República e de um advogado militante, indicado pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, com a incumbência de:

I – escolher e indicar o prédio onde funcionará a Justiça Federal;

II – preparar as minutas dos atos ou contratos necessários ao uso ou locação do prédio;

III – apresentar ao Conselho o orçamento para a instalação das Varas e serviços auxiliares;

IV – providenciar a compra de material, mobiliário, máquinas e utensílios;

V – adotar medidas para o funcionamento provisório;

VI – executar os encargos cometidos pelo Conselho.

§ 1º – Nas Seções onde existir pluralidade de Varas, integrarão a Comissão os demais Juízes Federais, sob a presidência do titular da Primeira Vara.

§ 2º – Os servidores nomeados na forma do artigo 74, § 2º, tomarão posse perante o Juiz titular da Vara única ou da Primeira Vara, e colaborarão nos atos de instalação da Justiça Federal (redação conforme o disposto no item IX, do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967).

Redação primitiva – Os servidores nomeados na forma do art. 73 tomarão posse perante o Juiz titular da Vara única, ou da primeira Vara, e colaborarão nos atos de instalação da Justiça Federal.

Art. 77 – Os livros e arquivos dos atuais cartórios das Varas da Justiça local, privativas dos feitos da Fazenda Nacional, passarão para as Varas Federais do mesmo número das Seções Judiciárias respectivas.

Parágrafo único – Nas Seções Judiciárias onde não fôr exeqüível a medida prevista neste artigo, o Diretor do Fôro proverá a respeito.

Art. 78 – As Secretarias abrirão novos livros ou fichas nos quais registrarão os feitos recebidos dos Cartórios da Justiça local e os que lhe forem distribuídos diretamente.

Art. 79 – Nas Seções Judiciárias providas de mais de uma Vara, enquanto não fôr criado o cargo de Distribuidor, o Diretor do Fôro designará um Oficial Judiciário para exercer as atribuições a êle pertinentes, cabendo-lhe, ainda, o recebimento, guarda e conservação dos livros e papéis que constituem o arquivo dos atuais Distribuidores dos Feitos da Fazenda Nacional.

Art. 80 – Enquanto não forem nomeados e empossados os Juízes a que se refere o art. 94, inc. II, "in fine", da Constituição, com a nova redação que lhe deu o art. 6º do Ato Institucional nº 2, continuarão a funcionar nos feitos da competência da Justiça Federal os Juízes estaduais aos quais a legislação anterior atribuía essa jurisdição.

§ 1º – Essa competência residual temporária não cessará, depois da posse do titular federal, nos processos cuja instrução houver sido iniciada em audiência, quer perante as Varas especiais dos feitos da Fazenda Nacional, quer perante as Varas da Justiça comum, em todos os feitos que passaram para a competência da Justiça Federal.

§ 2º – Os serventuários e auxiliares da Justiça Estadual servirão, igualmente, nos feitos de que trata este artigo, até a posse dos titulares federais.

§ 3º – No período compreendido entre a cessação da competência residual dos Juízes Estaduais, salvo nos feitos a que já estejam vinculados e a efetiva instalação da Justiça Federal, ou de uma de suas Varas, onde houver mais de uma, ficam suspensos os prazos de prescrição e de decadência que dentro nêle se vencerem (parágrafo introduzido pelo item X do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967).

Art. 81 – Os processos que passaram para a competência da Justiça Federal sòmente lhe serão remetidos após o pagamento das custas dos atos até então praticados, e por quem forem elas devidas, ou por qualquer interessado.

Art. 82 – O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Federal de Recursos farão baixar, de ofício, e independente de pagamento de custas aos Juízos de origem, dentro de trinta dias da publicação desta lei, os processos com decisão passada em julgado, recurso deserto ou desistência homologada.

Art. 83 – Serão declaradas peremptas, e arquivadas, por despacho, as ações propostas contra a União e suas autarquias, que estejam paralisadas há mais de um ano, se, dentro de trinta dias, contados da publicação desta lei, não forem cumpridas as diligências determinadas aos autores.

Art. 84 – Serão arquivados, cancelando-se a dívida respectiva, os executivos fiscais inferiores à metade do maior salário mínimo vigente no país.

Art. 85 – Enquanto a União não possuir estabelecimentos penais, a custódia de presos à disposição da Justiça Federal e o cumprimento de penas por ela impostas far-se-ão nos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 86 – Serão conservados no exercício dos seus cargos os Distribuidores das extintas Varas da Fazenda Pública do Estado da Guanabara (redação de acordo com o item XI do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967).

Redação primitiva: Serão conservados no exercício dos seus cargos e perceberão as custas em vigor no Estado da Guanabara os Distribuidores das extintas Varas da Fazenda Pública Federal daquele Estado.

§ 1º – Seus cargos serão extintos à medida que se vagarem e os servidores em exercício nos ofícios que se extinguirem serão aproveitados no que fôr compatível com as respectivas habilitações em vagas que ocorrerem nos quadros da Justiça Federal, Seção da Guanabara, devendo ser aposentados se contarem 30 (trinta) ou mais anos de serviço, e não forem aproveitados,

§ 2º – Poderão, ainda, os referidos servidores ser aproveitados a Juízo do Governo do Estado da Guanabara, nos quadros da Justiça Estadual.

§ 3º – Os servidores e serventuários da Justiça do antigo Distrito Federal que, com a mudança da Capital Federal para Brasília, passaram a integrar os serviços judiciários do Estado da Guanabara, e que, em decorrência desta lei, pela perda de suas atribuições, venham a ser aposentados ou postos em disponibilidade pelo Governo local, terão seus proventos de aposentadoria ou disponibilidade pagos pela União, nos

têrmos da legislação federal em vigor, respeitado, em qualquer hipótese, o limite fixado pelo art. 13 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de/1965.

§ 4º – Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, os serventuários e servidores perceberão os proventos de aposentadoria próprios a seus cargos atuais, acrescidos da média aritmética das percentagens recebidas pela cobrança da dívida ativa da União Federal e autarquias durante os últimos trinta e seis meses, contados regressivamente do dia em que a aposentadoria ou a disponibilidade fôr decretada.

Art. 87 – O Conselho da Justiça Federal, dentro de trinta dias a contar de sua instalação, enviará ao Poder Executivo ante-projeto de lei que institua o Regimento de Custas.

§ 1º – Até que entre em vigor o Regimento de Custas da Justiça Federal, aplicar-se-á, em cada Seção Judiciária, o Regimento de Custas da Justiça Estadual respectiva, vedada ao Juiz a percepção de percentagens ou custas, a qualquer título.

§ 2º – O Conselho da Justiça Federal fará, anualmente, a revisão do Regimento propondo as alterações que se fizerem necessárias pela aplicação dos índices de correção monetária (originalmente constituía este o parágrafo 3º. Com a derrogação do parág. 2º tornou-lhe o lugar por disposição do inc. XII do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28/2/1967).

Redação do § 2º derogado: As custas a que se refere o parágrafo anterior serão relacionadas pelo Chefe da Secretaria e recolhidas, semanalmente, à repartição federal arrecadadora competente, mediante guia visada pelo Juiz, como renda extraordinária da União.

Art. 88 – São criados, no quadro da Justiça Federal:

I – quarenta e quatro cargos de Juiz Federal;

II – quarenta e quatro cargos de Juiz Federal Substituto;

- III – quarenta e quatro cargos de Chefe de Secretaria;
- IV – cento e dez cargos de Oficial Judiciário;
- V – vinte e nove cargos de Depositário-Avaliador;
- VI – noventa e oito cargos de Auxiliar Judiciário;
- VII – cento e sessenta e um cargos de Oficial de Justiça;
- VIII – quarenta e quatro cargos de Porteiro;
- IX – oitenta e oito cargos de Auxiliar de Portaria;
- X – cento e dezesseis cargos de Servente.

Art. 89 – São criados, no Ministério Público Federal junto à Justiça comum, três cargos em comissão de Subprocurador-Geral da República.

§ 1º – Os cargos a que se refere este artigo terão a designação de terceiro, quarto e quinto Subprocurador-Geral da República, e seus ocupantes funcionarão mediante designação do Procurador-Geral da República.

§ 2º – Os atuais ocupantes da primeira e segunda Subprocuradorias-Gerais da República continuarão com a mesma sede e com as atribuições previstas, quanto ao primeiro, nos artigos 33 e 34 da Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951, e, quanto ao segundo, no artigo 90, inciso I, da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960.

Art. 90 – São criados na carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça comum:

- I – nove cargos de Procurador da República de primeira categoria;

II – treze cargos de Procurador da República de segunda categoria;

III – vinte cargos de Procurador da República de terceira categoria.

§ 1º – Os cargos a que se refere este artigo, assim como os demais cargos já existentes na carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça comum, serão lotados nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2º – Os cargos de Procurador da República, a que se refere este artigo, serão providos no nível inicial da carreira, mediante concurso de títulos e provas a ser realizado dentro de cento e oitenta dias a contar da publicação desta lei.

Art. 91 – São aproveitados, nos cargos, ora criados, de Procurador da República de terceira categoria, os atuais Procuradores da República Adjuntos, ficando extintos os seus cargos.

§ 1º – O cargo de Procurador da República de terceira categoria passa a constituir o grau inicial da carreira do Ministério Público Federal junto à Justiça comum.

§ 2º – As atribuições pertinentes aos cargos de Procurador de terceira categoria criados por esta lei e não providos pela forma prevista neste artigo serão exercidas, até que haja candidatos aprovados em concurso, por Assistentes e Procuradores dos Serviços Jurídicos da União e de suas autarquias, ou do Ministério Público do Distrito Federal.

§ 3º – Poderão ainda os servidores a que se refere o parágrafo anterior exercer as atribuições dos cargos de Procurador de primeira e segunda categorias, ora criados e não providos em razão de recusa de promoção.

§ 4º – Para o cumprimento do que dispõe os §§ 2º e 3º, fica o Procurador-Geral da República autorizado a fazer as necessárias requisições às autoridades competentes.

Art. 92 – Enquanto não for promulgada a nova Lei Orgânica do Ministério Público Federal, compete aos Subprocuradores-Gerais e aos Procuradores da República, conforme o caso, e na forma determinada pelo Procurador-Geral da República, promover ação penal e intervir em todos os feitos criminais sujeitos à jurisdição da Justiça Federal.

Art. 93 – São criados no Ministério Público da União junto à Justiça Militar, dois cargos de Promotor de Primeira Categoria, que funcionarão na Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Art. 94 – É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000.000 (sete bilhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da execução desta lei.

Parágrafo único – O crédito a que se refere este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 95 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 96 – Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

DECRETO Nº 848, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890^(*)

Organiza a Justiça Federal

Parte Primeira

Título I

Capítulo I

Art. 1º – A Justiça Federal será exercida por um Supremo Tribunal Federal e por juízes inferiores intitulados – Juízes de Seção.

Art. 2º – Os juízes federais serão vitalícios e inamovíveis e não poderão ser privados dos seus cargos senão em virtude de sentença proferida em juízo competente e passada em julgado.

Parágrafo único – Poderão, entretanto, os juízes inferiores, se o requererem, ser removidos de uma para outra seção.

Art. 3º – Na guarda e aplicação da Constituição e das leis nacionais a magistratura federal só intervirá em espécie e por provocação da parte.

Art. 4º – Ao Presidente da República compete nomear os juízes federais, dependendo da aprovação do Senado a nomeação dos membros do Supremo Tribunal Federal.

Capítulo II

DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 5º – O Supremo Tribunal Federal terá a sua sede na Capital da República e compor-se-á de quinze juízes, que poderão ser tirados dentre os juízes seccionais ou dentre os cidadãos de notável saber e reputação, que possuam as condições de elegibilidade para o Senado.

^(*) — As importâncias em dinheiro não foram convertidas para cruzeiros novos, figurando conforme constam no original.

Parágrafo único – Os parentes consangüíneos ou afins, na linha ascendente e descendente e na colateral até o segundo grau, não podem ao mesmo tempo ser membros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 6º – O Presidente da República nomeará um dos membros do Supremo Tribunal Federal para exercer as funções de Procurador-Geral da República.

Art. 7º – O Tribunal funcionará com a maioria dos seus membros. Na falta de número legal serão chamados sucessivamente os juízes das seções mais próximas, aos quais competirá jurisdição plena, enquanto funcionarem como substitutos.

Art. 8º – O Tribunal decidirá as questões afetas a sua competência, ora em primeira e única instância, ora em segunda e última conforme a natureza ou o valor da causa.

Art. 9º – Compete ao Tribunal:

I – Instruir os processos e julgar em primeira e única instância:

- a) o Presidente da República nos crimes comuns;
- b) os juízes de seção nos crimes de responsabilidade;
- c) os ministros diplomáticos nos crimes comuns e nos de responsabilidade;
- d) os pleitos entre a União e os Estados ou destes entre si;
- e) os litígios e as reclamações entre as nações estrangeiras e a União ou os Estados;
- f) a suspeição oposta a qualquer dos seus membros;

g) os conflitos de jurisdição entre os juízes federais, ou entre estes e os dos Estados.

II – Julgar em grau de recurso e em última instância:

a) as questões decididas pelos juízes de seção e de valor superior a 2.000\$000;

b) as questões relativas à sucessão de estrangeiros, quando o caso não fôr previsto por tratado ou convenção;

c) as causas criminais julgadas pelos juízes de seção ou pelo júri federal;

d) as suspeições opostas aos juízes de seção.

Parágrafo único – Haverá também recurso para o Supremo Tribunal Federal das sentenças definitivas proferidas pelos Tribunais e Juízes dos Estados:

a) quando a decisão houver sido contrária à validade de um tratado ou convenção, à aplicabilidade de uma lei do Congresso Federal, finalmente, à legitimidade do exercício de qualquer autoridade que haja obrado em nome da União – qualquer que seja a alçada:

b) quando a validade de uma Lei ou ato de qualquer Estado seja posta em questão como contrária à Constituição, aos tratados e às leis federais e a decisão tenha sido em favor da validade da Lei ou ato;

c) quando a interpretação de um preceito constitucional ou de lei federal, ou da cláusula de um tratado ou convenção, seja posta em questão, e a decisão final tenha sido contrária à validade do título, direito e privilégio ou isenção, derivado de preceito ou cláusula.

III – Proceder à revisão dos processos criminais em que houver sentença condenatória definitiva, qualquer que tenha sido o Juiz ou Tribunal julgador.

§ 1º – Este recurso é facultado exclusivamente aos condenados, que interporão por si ou por seus representantes legais nos crimes de todo o gênero excetuadas as contravenções.

§ 2º – A pena poderá ser relevada ou atenuada quando a sentença revista fôr contrária a direito expresso ou à evidência dos autos, mas em nenhum caso poderá ser agravada.

§ 3º – No caso de nulidade absoluta ou de pleno direito, o réu poderá ser submetido a novo julgamento.

§ 4º – Em ato de revisão é permitido conhecer de fatos e circunstâncias que, não constando do processo, sejam entretanto alegados e provados perante o Supremo Tribunal.

§ 5º – A revisão será provocada por petição instruída com a certidão autêntica das peças do processo e mais documentos que o interessado queira juntar, independentemente de outra qualquer formalidade.

§ 6º – O Supremo Tribunal poderá exigir do Juiz ou Tribunal recorrido os documentos ou informações e mais diligências que julgar necessárias para o descobrimento da verdade.

IV – Conceder ordem de *habeas corpus* em recurso voluntário, quando tenha sido denegada pelos Juízes federais ou por juízes e tribunais locais.

V – Apresentar anualmente ao Presidente da República a estatística circunstanciada dos trabalhos e relatórios dos julgados.

Art. 10 – Os membros do Supremo Tribunal Federal serão julgados pelo Senado nos crimes de responsabilidade.

Capítulo III

DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 11 – Os membros do Supremo Tribunal Federal elegerão dentre si um presidente e um vice-presidente, que servirão durante três anos, podendo ser reeleitos.

Em seus impedimentos temporários será o presidente substituído pelo vice-presidente, e este pelo membro mais idoso do Tribunal.

Art. 12 – Compete ao Presidente:

a) dar posse aos membros do Tribunal e aos juízes de seção nomeados que se apresentem para esse fim;

b) nomear e demitir os empregados da secretaria e do juízo, nos casos em que isto lhe é facultado por Lei, empossá-los de seus cargos e ofícios, e na sua falta ou impedimento dar-lhes substitutos;

c) executar e fazer executar o Regimento interno;

d) dirigir os trabalhos do Tribunal e presidir às suas seções;

e) distribuir os feitos e proferir os despachos de expediente;

f) conceder licença nos termos da Lei aos membros do Supremo Tribunal e aos juízes de seção;

g) organizar e enviar ao Presidente da República e à secretaria do Senado a lista nominal dos juízes seccionais, pela ordem da antiguidade, sempre que se derem vagas no Supremo Tribunal.

Capítulo IV

DOS JUÍZES DA SEÇÃO

Art. 13 – Cada Estado, assim como o Distrito Federal, formará uma seção judicial, tendo por sede a respectiva capital, com um só juiz.

Art. 14 – Os juízes de seção serão nomeados pelo Presidente da República dentre os cidadãos habilitados em direito com prática de quatro anos, pelo menos, de advocacia ou de exercício de magistratura, devendo ser preferidos, tanto quanto possível, os membros atuais desta.

Art. 15 – Compete aos juízes de seção processar e julgar:

a) as causas em que alguma das partes fundar a ação ou a defesa em disposições da Constituição Federal, ou que tenham por origem atos administrativos do Governo Federal;

b) os litígios entre um Estado e habitantes de outros Estados ou do Distrito Federal;

c) os litígios entre os habitantes de Estados diferentes, inclusive os do Distrito Federal, quando sobre o objeto da ação houver diversidade nas respectivas legislações, casos em que a decisão deverá ser proferida de acordo com a lei do foro do contrato;

d) as ações que interessarem ao fisco nacional;

e) os pleitos entre nações estrangeiras e cidadãos brasileiros, ou domiciliados no Brasil;

f) as ações movidas por estrangeiros e que se fundem, quer em contratos com o Governo da União, quer em convenções ou tratados da União com outras nações;

g) as questões relativas à propriedade de posse de embarcações, sua construção, reparos, vistoria, registro, alienação, penhor, hipoteca e pessoal; as que versarem sobre o ajuste e soldada dos

oficiais e gente da tripulação; sôbre contratos de fretamento de navios, dinheiros e risco, seguros marítimos; sôbre naufrágios e salvados, arribadas forçadas, danos por abalroação, abandono, avarias; e em geral as questões resultantes do direito marítimo e navegação, tanto no mar como nos rios e lagos da exclusiva jurisdição da União, compreendidas nas disposições da parte segunda do Código Comercial;

h) as causas provenientes de apresamento e embargos marítimos em tempo de guerra, ou de auxílios prestados em alto-mar e nos portos, rios e mares em que a República tenha jurisdição;

i) os crimes políticos classificados pelo Código Penal, no Livro 2º, Tít. 1º e seus capítulos, e Tít. 2º, Cap. 1º.

§ 1º – Os crimes cometidos em alto-mar a bordo de navios nacionais, os cometidos nos rios e lagos que dividem dois ou mais Estados, nos portos, nas ilhas que pertençam à União, e, em geral, nos lugares de absoluta jurisdição do Governo Federal, serão, entretanto, julgados pelas justiças locais, desde que não revistam o caráter de crimes políticos.

§ 2º – Para o efeito do disposto no parágrafo antecedente, quando o criminoso não puder ser processado e julgado no lugar em que praticou o delito, sê-lo-á respectivamente às hipóteses constantes do mesmo parágrafo, perante a justiça local do primeiro pôrto nacional em que entre o navio, ou perante a mais próxima do lugar do delito, onde fôr encontrado o delinqüente, ou, finalmente, perante aquela que haja prevenido a jurisdição.

§ 3º – Igual regra se observará relativamente aos juízes de seção, quando os crimes mencionados forem de natureza política.

Art. 16 – Quando um pleito, que em razão das pessoas ou da natureza do seu objeto deva pertencer à competência da Justiça Federal, fôr, não obstante, proposto perante um juiz ou tribunal de Estado, e as

partes contestem a lide sem propor exceção declinatória, se julgará prorrogada a jurisdição, não podendo mais a ação ser sujeita à jurisdição federal, nem mesmo em grau de recurso, salvo nos casos especificados no art. 9º, II, parágrafo único.

Art. 17 – O domicílio em cada Estado e no Distrito Federal será presumido, para os efeitos da competência e jurisdição, pela residência contínua de um ano, pelo menos, e em qualquer tempo pelo domínio de bens de raiz e propriedade de estabelecimento industrial ou comercial, ou outro qualquer fato que induza & intenção de residir.

Capítulo V

DOS SUBSTITUTOS DOS JUÍZES DE SEÇÃO

Art. 18 – Haverá em cada seção de Justiça Federal um juiz substituto, nomeado pelo Presidente da República, que servirá seis anos, não podendo ser removido durante êsse prazo, salvo se o requerer.

Art. 19 – Compete ao juiz substituto:

- a) conhecer e julgar as suspeições opostas aos juízes de seção, com apelação devolutiva tão-somente para o Supremo Tribunal;
- b) substituir os juízes de seção em todos os impedimentos dêstes.

Art. 20 – O Presidente da República nomeará um juiz *ad hoc* em todos os casos em que não puder funcionar o juiz substituto.

Capítulo VI

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 21 – O membro do Supremo Tribunal Federal, que fôr nomeado Procurador-Geral da República, deixará de tomar parte nos

julgamentos e decisões, e, uma vez nomeado, conservar-se-á vitaliciamente nesse cargo.

Art. 22 – Compete ao Procurador-Geral da República:

a) exercer a ação pública e promovê-la até final em todas as causas da competência do Supremo Tribunal;

b) funcionar como representante da União, e em geral oficiar e dizer de direito em todos os feitos submetidos à jurisdição do Supremo Tribunal;

c) velar pela execução das leis, decretos e regulamentos, que devam ser aplicados pelos juízes federais;

d) defender a jurisdição do Supremo Tribunal e a dos mais juízes federais;

e) fornecer instruções e conselhos aos procuradores seccionais e resolver consultas destes, sobre matéria concernente ao exercício da Justiça Federal.

Art. 23 – Em cada seção de Justiça Federal haverá um Procurador da República, nomeado pelo Presidente da República, por quatro anos, durante os quais não poderá ser removido, salvo se o requerer.

Art. 24 – Compete ao Procurador da República na seção:

a) promover e exercitar a ação pública, funcionar e dizer de direito em todos os processos criminais e causas que recaiam sobre a jurisdição da Justiça Federal;

b) Solicitar instruções e conselhos do Procurador-Geral da República, nos casos duvidosos;

c) Cumprir as ordens do Governo da República relativas ao exercício das suas funções, denunciar os delitos ou infrações da lei federal, em geral promover o bem dos direitos e interesses da União;

d) Promover a acusação e officiar nos processos criminais sujeitos à jurisdição federal até o seu julgamento final, quer perante os juízes singulares, quer perante o Júri.

Art. 25 – Os procuradores seccionais serão julgados nos crimes de responsabilidade pelos juízes das respectivas seções, com recurso para o Supremo Tribunal, no caso de condenação.

Art. 26 – Nas faltas ou impedimentos temporários dos procuradores seccionais, o Procurador Geral da República nomeará quem os substitua.

Capítulo VII

DOS EMPREGADOS E SERVENTUÁRIOS

Art. 27 – Para o serviço da secretaria do Supremo Tribunal haverá um secretário, dois oficiais, três amanuenses, dois contínuos e um porteiro.

Parágrafo único – Para ser secretário é necessário ser graduado em direito.

Art. 28 – Compete ao secretário, além do serviço ordinário de seu cargo, escrever em todos os processos e diligências que correrem perante o Supremo Tribunal, publicar anualmente os julgados deste, lavrar as atas das suas seções e conferências, as portarias, ordens e decisões do Tribunal e do seu presidente, digirir os trabalhos da secretaria e quanto mais lhe fôr prescrito pelo Regimento interno. No impedimento ou falta do secretário servirá um dos oficiais.

Art. 29 – Os oficiais e amanuenses serão auxiliares imediatos do secretário.

Art. 30 – Incumbe ao porteiro a guarda, limpeza e asseio da casa do Tribunal, podendo auxiliá-lo um ou mais serventes a arbítrio do presidente e sob proposta daquele funcionário.

Art. 31 – Os contínuos que acumularem as funções de oficiais de justiça farão o serviço que nos auditórios é próprio de tais empregados, da mesma maneira prescrita pelo Regimento interno, e como lhes fôr ordenado.

Art. 32 – Junto a cada juiz de seção haverá um escrivão e porteiros, contínuos ou oficiais de justiça, segundo as exigências do serviço. Êstes empregados serão nomeados livremente pelo juiz respectivo e por êle empossado de suas funções, não podendo o escrivão ser destituído senão em virtude de sentença e sendo os demais demissíveis *ad nutum*.

§ 1º – No Distrito Federal, e nos Estados de S. Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, servirão dois escrivães.

§ 2º – Na falta ou impedimento de qualquer dêstes empregados, o juiz designará quem o substitua.

Capítulo VIII

DOS VENCIMENTOS, LICENÇAS E APOSENTADORIAS

Art. 33 – Os vencimentos dos magistrados federais, bem como os dos demais funcionários, se regularão pela seguinte tabela, sendo dois terços de ordenado e um de gratificação:

Membros do Supremo Tribunal Federal.....18:000\$000

Ao presidente do Supremo Tribunal mais juízes de seção.....2:000\$000

Do Distrito Federal.....14:000\$000

Dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Pará.....10:000\$000

Dos outros Estados.....8:000\$000

Juizes Substitutos:

Do Distrito Federal.....6:000\$000

Dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Pará.....4:000\$000

Dos outros Estados.....3:000\$000

Procuradores Secionais da República:

Do Distrito Federal.....6:000\$000

Dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Pará.....4:000\$000

Dos outros Estados.....3:000\$000

Secretário do Supremo Tribunal.....7:000\$000

Oficial de Secretaria do Supremo Tribunal.....4:000\$000

Amanuense da Secretaria do Supremo Tribunal.....3:000\$000

Porteiro do Supremo Tribunal.....2:400\$000

Contínuo.....2:000\$000

Parágrafo único – Para as despesas de primeiro estabelecimento serão abonados aos membros do Supremo Tribunal Federal, 1:500\$000 e aos juizes de seção 1:000\$000.

Art. 34 – Êstes funcionários terão os vencimentos especificados no Art. antecedente, sem outra qualquer retribuição.

§ 1º – Os emolumentos e custas que lhes deveriam ser contados na forma dos regimentos vigentes, serão arrecadados pelos secretários e escrivães e constituirão renda para o Tesouro Federal.

Art. 35 – O Presidente do Supremo Tribunal concederá licença aos membros do mesmo Tribunal e aos juízes e procuradores de seção, não devendo estas exceder o prazo de quatro meses, com ou sem ordenado. Igual faculdade lhe é conferida em relação aos empregados da secretaria. Em qualquer caso, porém, tais licenças não poderão ser prorrogadas nem reproduzidas senão após um ano, contado da data da primeira concessão.

Art. 36 – O Presidente do Supremo Tribunal e o Procura-dor-Geral da República só poderão obter licença do Presidente da República, que a concederá, quando solicitada, dentro dos limites determinados no artigo antecedente.

Art. 37 – As licenças excedentes de quatro meses com ou sem ordenado só poderão ser concedidas aos juízes e funcionários da justiça federal pelo Congresso Nacional.

Art. 38 – Os juízes de seção poderão conferir licença aos funcionários e empregados do juízo por quatro meses, nos termos do art. 35.

Art. 39 – Os membros do Supremo Tribunal e os juízes de seção terão direito à aposentadoria, após dez anos de serviços, achando-se em estado de invalidez, com vencimentos proporcionais ao tempo decorrido, e com todos os vencimentos após vinte anos completos, independente de qualquer condição.

Título II

Capítulo IX

DO JÚRI FEDERAL

Art. 40 – Os crimes sujeitos à jurisdição federal serão julgados pelo júri.

Art. 41 – O Júri Federal compor-se-á de doze juízes, sorteados dentre trinta e seis cidadãos, qualificados jurados na capital do Estado onde houver de funcionar o Tribunal e segundo as prescrições e regulamentos estabelecidos pela legislação local.

O juiz da respectiva seção será o presidente do Tribunal do Júri Federal.

Art. 42 – As decisões do Júri serão tomadas por maioria de votos. O empate será em favor do réu.

Art. 43 – Das sentenças proferidas pelo Júri haverá apelação voluntária para o Supremo Tribunal Federal, esta apelação não terá efeito suspensivo, senão em caso de condenação do réu.

Art. 44 – O protesto por novo julgamento será admitido, com exclusão de outro recurso, nos processos em que a sentença impuser pena de prisão celular por trinta anos, ou banimento.

Parte Segunda

Título III

DO PROCESSO FEDERAL

Capítulo X

DO "HABEAS CORPUS"

Art. 45 – O cidadão ou estrangeiro que entender que ele ou outrem sofre prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade, ou se

acha ameaçado de sofrer um ou outro, tem direito de solicitar uma ordem de *habeas corpus* em seu favor ou no de outrem.

Art. 46 – A petição para tal ordem deve designar:

a) o nome da pessoa que sofre a violência ou é ameaçada, o de quem é dela causa ou autor;

b) o conteúdo da ordem por que foi metido na prisão, ou declaração explícita de que, sendo requerida, lhe foi denegada, e, em caso de ameaça, simplesmente as razões fundadas para temer o protesto de lhe ser infringido o mal;

c) os motivos da persuasão da ilegalidade da prisão ou do arbítrio da ameaça.

Art. 47 – O Supremo Tribunal Federal e os juízes de seção farão, dentro dos limites de sua jurisdição respectiva, passar de pronto a ordem de *habeas corpus* solicitada, nos casos em que a lei o permita, seja qual fôr a autoridade que haja decretado o constrangimento ou ameaça de o fazer, excetuada, todavia, a autoridade militar, nos casos de jurisdição restrita e quando o constrangimento ou ameaça fôr exercido contra indivíduos da mesma classe ou de classe diferente, mas sujeitos a regimento militar.

Art. 48 – Independentemente de petição, qualquer juiz ou Tribunal Federal pode fazer passar uma ordem de *habeas corpus ex officio* tôdas as vêzes que no curso de um processo chegue ao seu conhecimento, por prova instrumental ou ao menos deposição de uma testemunha de maior exceção, que algum cidadão, oficial de justiça ou autoridade pública tem ilegalmente alguém sob sua guarda ou detenção.

Art. 49 – Da denegação da ordem de *habeas corpus* haverá recurso para o Supremo Tribunal Federal, sendo lícito ao recorrente

interpô-lo no prazo de quinze dias, contados da data da intimação do despacho em que não fôra atendido.

Capítulo XI

DO PROCESSO CRIMINAL

Art. 50 – Os juízes federais procederão criminalmente, provocada a sua ação por queixa ou denúncia.

Art. 51 – A queixa compete ao ofendido, seu pai, mãe, ou cônjuge, tutor ou curador, sendo menor ou interdito.

Art. 52 – A denúncia compete aos procuradores da República e a qualquer do povo.

a) nos crimes políticos;

b) nos crimes de responsabilidade da alçada federal.

Art. 53 – A queixa ou denúncia deve contar:

a) narração do fato criminoso, com tôdas as suas circunstâncias;

b) o nome do delinqüente, ou os sinais característicos, se fôr desconhecido;

c) as razões de convicção ou presunção;

d) nomeação de todos os informantes e testemunhas, não excedendo estas o número de seis;

e) o tempo e o lugar em que foi o delito cometido.

Art. 54 – Exibida em juízo a queixa ou denúncia ou requerida a citação do delinqüente, o juiz a ordenará por seu despacho, no qual serão

declarados o fim para que e o lugar e tempo em que deve o delinqüente comparecer, guardando o disposto no art. 96.

Se o delinqüente residir em lugar diferente do da residência do juiz, ou estranho à sua jurisdição, será citado por precatória dirigida ao juiz local ou federal.

Art. 55 – As testemunhas serão citadas na forma acima prescrita e serão obrigadas a comparecer no lugar e tempo que lhes fôr marcado, não podendo eximir-se desta obrigação por privilegio de ordem alguma; se, entretanto, residirem em lugar diferente do juiz, êste expedirá precatória ao juiz local ou federal, rogando lhe que as interroque sôbre o fato criminoso e suas circunstâncias.

Art. 56 – Comparecendo o réu em juízo, ser-lhe-ão lidas tôdas as peças do processo a que é submetido e em sua presença reinquiridas e reperguntadas as testemunhas ouvidas em sua ausência, se assim o requerer.

Art. 57 – Cada vez que duas ou mais testemunhas divergirem em suas declarações, o juiz as reperguntará em face uma da outra, mandando que expliquem a contradição ou divergência, se assim lhe fôr requerido por qualquer das partes.

Art. 58 – O réu será interrogado pela forma seguinte:

- a) qual o seu nome, naturalidade e residência?
- b) se tem motivo particular a que atribua a queixa ou denúncia?
- c) se é ou não culpado?

Parágrafo único – Não é permitido ao juiz acrescentar outras às perguntas acima taxadas; ao réu, entretanto, será lícito alegar quando lhe fôr conveniente, devendo ser escritas tôdas as suas declarações.

Art. 59 – Ao denunciante, o queixoso, pode o juiz fazer as perguntas que lhe parecerem necessárias para o descobrimento da verdade.

Art. 60 – A confissão do réu em juízo provará o delito, quando coincidir com circunstâncias do fato.

Art. 61 – O acusado poderá fazer juntar ao processo todos os documentos que justifiquem ou provem sua inocência. O juiz conceder-lhe-á prazo razoável para tal fim.

Art. 62 – Da inquirição das testemunhas, interrogatório e informações se lavrará termo que será escrito pelo escrivão e assinado pelo juiz, testemunhas e partes.

Art. 63 – Se das peças do processo resultar pleno conhecimento do delito e indícios veementes, que devam convencer o juiz de quem seja o delinqüente, assim o declarará aquele em seu despacho, pronunciando o réu especificadamente e obrigando-o à prisão, nos casos em que esta tem lugar e sempre a livramento, arbitrada a fiança, se fôr caso dela.

Art. 64 – Quando o juiz não obtenha pleno conhecimento do delito ou indícios veementes de quem seja o delinqüente, declarará por seu despacho nos autos, que não julga procedente a queixa ou denúncia.

Art. 65 – É livre às partes recorrer para o Supremo Tribunal Federal do despacho de pronúncia ou improcedência da queixa ou denúncia. O recurso é suspensivo e será interposto dentro de cinco dias, contados da intimação do despacho e cada uma das partes. Ficará traslado dos autos no cartório, e a expedição de recurso, bem como a cópia do processo serão feitas à custa do recorrente. Será julgado deserto o recurso que fôr expedido dentro de trinta dias improrrogáveis, contados da data de sua interposição. O despacho de pronúncia ou improcedência produzirá em todo caso e desde logo todos os efeitos de direito.

Art. 66 – Logo que passar em julgado o despacho de pronúncia, o acusador será notificado para oferecer em juízo o seu libelo acusatório dentro de vinte e quatro horas improrrogáveis, sob as penas de revelia e perempção da ação.

Art. 67 – Oferecido libelo com o rol das testemunhas e quaisquer documentos que instruem serão as ditas peças juntadas aos autos, dos quais se dará vista ao acusado por quarenta e oito horas improrrogáveis, para contrariar, sendo permitido a êste acrescentar rol de testemunhas e instrumentos em sua defesa.

Art. 68 – A ação criminal será julgada perempta nos casos em que não couber denúncia, quando o libelo não houver sido oferecido em tempo ou não comparecer no Júri o acusado por si ou por procurador, devidamente autorizado.

Em um e outro caso, a sentença de perempção será proferida pelo juiz e presidente do Tribunal do Júri, independente de reclamação de partes.

Art. 69 – A ação criminal prosseguirá à revelia do acusador, nos casos em que couber denúncia. Se esta proceder de pessoa do povo, o procurador da República a continuará até os termos finais; e se êste for a revel, nomeará o juiz procurador *ad hoc* para prosseguir no feito, seja a revelia procedente de falta de libelo em tempo oportuno, seja de falta de compadecimento no tribunal do Júri. O procurador da República será em um e outro caso sujeito a processo de responsabilidade, como no caso couber, e ser-lhe-á formada culpa *ex officio* pelo respectivo juiz.

Art. 70 – Quando a acusação fôr abandonada por qualquer do povo e o procurador da República houver de prosseguir na ação, será condenado em custas, se as houver o denunciante, não podendo em caso algum serem-lhe estas contadas a favor. A revelia do procurador da República sujeita-o à satisfação do dano causado, que será arbitrado pelo

juiz, não tendo sido justificada a falta daquele funcionário, do qual, em todo caso, serão subtraídos vencimentos correspondentes aos dias de trabalho do substituto *ad hoc* nomeado, em proveito dêste e justa retribuição.

Art. 71 – Ultimado o processo de formação de culpa, oferecido o libelo e contrariedade, e notificadas as partes e testemunhas, o juiz federal oficiará às justiças locais competentes, para que constituam o Júri no mais breve prazo. Esta diligência efetuada, o juiz federal assumirá a presidência do tribunal, e verificado o comparecimento das partes, testemunhas e jurados em número legal, abrirá a sessão, declarando o tribunal constituído e procedendo em seguida ao sorteio do conselho, que se comporá de doze membros.

Art. 72 – À instalação do tribunal do Júri Federal procederão editais, marcando definitivamente o dia, hora e lugar da reunião e notificando de novo as partes e testemunhas.

Art. 73 – Encontra-se no sorteamento para formação do conselho, e à medida que o nome de cada juiz de fato fôr sendo lido pelo juiz federal, farão o acusado e o acusador suas recusações, sem as motivarem. Cada um poderá recusar doze jurados.

Art. 74 – Se os acusados forem dois ou mais, poderão combinar suas recusações; mas, não combinando, ser-lhe-á permitida a separação do processo, e nesse caso cada um poderá recusar até doze jurados.

Art. 75 – São inibidos de servir no mesmo conselho ascendentes e seus descendentes, sogro e genro, irmãos e cunhados durante o cunhados. Dêstes o primeiro sorteado é o que deve ficar no conselho.

Art. 76 – Preenchido o número de juízes de fato, que efetivamente formarão o Júri, o juiz federal lhes tomará a promessa solene e pública de bem e fielmente cumprirem o seu dever.

Art. 77 – Todas as questões essenciais ou incidentais, que versarem sobre fatos e de que dependerem as deliberações finais, serão decididas pelos juízes de fato; as de direito sê-lo-ão pelo juiz federal.

Art. 78 – Depois de formado o conselho, o juiz federal interrogará o réu pelo modo e forma estabelecidos para a formação da culpa. Findo o interrogatório, o escrivão lerá todo o processo e as últimas respostas do réu, que estarão nêles escritas.

Art. 79 – O advogado do acusador abrirá o Código e mostrará o artigo e grau da pena em que pelas circunstâncias entende que o réu se acha incurso, lerá o libelo e depoimentos de testemunhas e aduzirá as provas em que se êle firmar.

Art. 80 – Serão em seguida introduzidas no salão da sessão, uma após outra, as testemunhas do acusador, que deporão sobre os artigos e libelo, sendo primeiro inquiridas pelo acusador, ou seu advogado, ou procurador, e depois pelo réu, seu advogado, ou procurador.

Art. 81 – Findo êste ato, o advogado do réu desenvolverá sua defesa, deduzidas em artigos claros e sucintos.

Art. 82 – As testemunhas do réu serão introduzidas após, e deporão sobre os artigos da contrariedade, sendo inquiridas primeiro pelo advogado do réu, e depois pelo do acusador ou autor.

Art. 83 – O autor e por último o réu, por si ou por seus procuradores, explicarão verbalmente aos argumentos contrários e poderão requerer a repergunta de alguma ou de algumas testemunhas já inquiridas.

Art. 84 – Achando-se a causa no estado de ser decidida por parecer aos jurados que nada mais resta a examinar, o juiz federal proporá por escrito ao conselho as questões relativas ao fato criminoso e suas circunstâncias.

Art. 85 – Entre as questões propostas ao réu será a primeira sempre de conformidade com o libelo acusatório; assim o juiz a proporá nos seguintes termos: "O réu praticou o fato (referindo-se ao libelo) com tal e tal circunstância?".

Art. 86 – Se resultar dos debates o conhecimento da existência de alguma ou algumas circunstâncias agravantes não mencionadas no libelo, proporá também a seguinte questão: "O réu cometeu o crime com tal ou tal circunstância agravante?".

Art. 87 – Se o réu apresentar em sua defesa, ou no debate alegar como escusa fato ou justificação que o isente de pena, o juiz proporá a seguinte questão:

"O Júri reconhece a existência de tal fato ou circunstância?".

Art. 88 – Se o réu fôr menor de quatorze anos, o juiz fará a seguinte questão: "O réu obrou com discernimento?".

Art. 89 – O juiz proporá sempre a seguinte questão: "Existem circunstâncias atenuantes a favor do réu?".

Art. 90 – Quanto aos pontos da acusação que forem diversos, o juiz proporá, acêrca de cada um deles, todos os quesitos indispensáveis e quantos julgar convenientes à aplicação esclarecida da lei aos fatos ocorrentes.

Art. 91 – Retirando-se os jurados à outra sala, conferenciarão sós e às portas fechadas sobre cada uma das questões propostas, e o que fôr julgado pela maioria absoluta de votos será escrito e publicado.

Art. 92 – Em seguimento e na mesma seção o juiz federal, conformando-se com as decisões do Júri e aplicando-lhes a lei, absolverá ou condenará o acusado, mandando-o pôr em imediata liberdade, se estiver prêso e a sentença concluir por absolvição.

Art. 93 – Será concedido às partes prazo de três dias para interposição do recurso das sentenças do Tribunal do Júri e bem assim para o protesto por novo julgamento.

Art. 94 – Serão decididos e regulados pelas leis e regimentos locais todos os casos não previstos no presente Decreto e relativos à instalação do tribunal do Júri, aos trabalhos dêste, à prisão e fiança, devendo os juízes do Estado prestar à Justiça Federal todo o auxílio que lhes fôr legalmente invocado.

Art. 95 – A acusação dos empregados públicos em crime de responsabilidade será feita perante o Júri, guardadas no sumário e no plenário as formalidades acima prescritas. Excetua-se:

a) os funcionários com o fôro especial e privilegiado, estabelecido pela Constituição ou lei do Congresso;

b) os militares, que por crime de emprêgo militar serão acusados no juízo de seu fôro;

c) os funcionários federais, que tiverem sòmente de ser advertidos ou castigados com penas disciplinares.

Art. 96 – Apresentada a denúncia ou queixa contra funcionário público, o juiz lhe mandará dar vista imediata, por quinze dias improrrogáveis, e bem dos documentos que a instruírem e, findo o prazo, com resposta ou sem ela, dará comêço à formação da culpa, prosseguindo nos termos ulteriores, como de direito.

Capítulo XII

DO PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

Art. 97 – Tôdas as questões de natureza civil ou comercial, que recaem sob a jurisdição dos Tribunais Federais, serão processadas e julgadas de acôrdo com as prescrições da presente lei.

Capítulo XIII

DA ORDEM DO JUÍZO

Art. 98 – A citação pode ser feita por despacho, por precatória, por editais ou com hora certa.

Art. 99 – Para citação requer-se:

a) que o oficial da diligência leia, à própria pessoa que vai citar, o requerimento da parte com o despacho do juiz, dando-lhe contrafé, embora esta não seja solicitada;

b) que na fé da citação que passar no requerimento declare que deu contrafé, e bem assim, se a parte citada a recebeu ou não quis receber.

Art. 100 – A citação subentende-se feita para a audiência seguinte, nunca para o mesmo dia da citação; e para lugar do costume, se outro não fôr designado.

Art. 101 – A citação será feita por despacho, quando for dentro da cidade e arrabaldes.

Art. 102 – A precatória deve conter:

a) o nome do juiz deprecado, anteposto ao do deprecante;

b) o lugar de onde se expede e para onde é expedida;

c) a petição e o despacho *verbo ad verbum*;

d) os termos rogatórios de estilo.

Art. 103 – Para citação edital requer-se:

a) que se justifique a incerteza ou ausência da pessoa que há de ser citada; achando-se em parte incerta ou lugar não sabido, ou inacessível, por motivo de peste ou guerra;

b) que os editais sejam fixados nos lugares públicos e publicados pelos jornais, onde os houver; certificando o oficial no primeiro caso e juntando-se no segundo aos respectivos autos o jornal ou a pública-forma do anúncio;

c) que os prazos dos editais sejam marcados pelo juiz, sendo de trinta dias, quando o réu se achar em lugar não sabido; ou prazo razoável, conforme a distância, se ele se achar dentro ou fora do país, mas em jurisdição incerta.

Art. 104 – Para a citação em hora certa, requer-se:

a) que a pessoa que tenha de ser citada, tendo sido procurada por três vezes, se haja ocultado para evitar a citação, declarando-se assim na fé que passar o oficial da diligência;

b) que a hora certa para a citação seja marcada pelo oficial para o dia útil imediato, podendo-o fazer independente de novo despacho;

c) que à hora certa seja intimada a pessoa da família, ou da vizinhança, não havendo família, ou não sendo encontrada pessoa capaz de receber a citação;

d) que à pessoa assim intimada seja entregue contrafé com a cópia da petição, do despacho do juiz, da fé de ter sido a parte devidamente procurada e da hora designada para a citação:

e) que o oficial vá levantar a hora certa, e não encontrando a parte, passe de tudo a competente fé, dando-se por feita a citação.

Art. 105 – A citação pessoal só é necessária no princípio da causa e da execução, citando-se também a mulher do réu ou do executado, se a questão versar sobre domínio de bens de raiz.

Art. 106 – Achando-se o réu fora do lugar onde a obrigação foi contraída, poderá ser feita a primeira citação na pessoa de seus mandatários, administradores, feitores ou gerentes, nos casos em que a ação derivar de atos praticados pelos mesmos mandatários, administradores, feitores ou gerentes. O mesmo terá lugar a respeito das obrigações contraídas pelos capitães ou mestres de navios, consignatários e sobrecargas, não se achando presente o principal devedor ou obrigado.

Art. 107 – A citação com hora certa é subsidiária da citação pessoal, quando esta se não pode fazer, por se ocultar a pessoa que tem de ser citada, ou seja, o réu, ou qualquer dos mandatários e prepostos de que trata o artigo antecedente.

Art. 108 – A citação por precatória tem lugar quando a parte, que tem de ser citada, se acha em lugar diferente ou em jurisdição alheia à do juiz perante a qual tem de responder.

Art. 109 – Cumprida a precatória pelo juiz deprecado, mandará este citar a parte por despacho e hora certa, se tanto fôr preciso.

Art. 110 – A citação por editais tem lugar:

- a) quando fôr incerto ou inacessível, por causa de peste ou guerra, o lugar em que se acha o ausente que tem de ser citado;
- b) quando fôr incerta a pessoa que tem de ser citada;
- c) quando cumprir fazer intimação de qualquer protesto judicial ao ausente que não houver notícia.

Art. 111 – Passado o termo marcado nos editais, com certidão do oficial, e havida a parte por citada, e nomeando o juiz curador ao ausente, com êle correrá o feito em seus devidos termos.

Art. 112 – No caso de ser feita a citação com hora certa, será admitido o procurador que se apresentar voluntariamente para responder à ação, com procuração bastante, anterior e especial, e com êle correrá a causa.

Art. 113 – O art. 105 não compreende o caso de haver procurador bastante e especial ou geral para receber e propor ações durante a ausência do constituinte, sendo, porém, necessária a citação da mulher do réu ou do executado, se versar a questão sobre domínio de bens de raiz e não houver procuração especial dela.

Art. 114 – Acusada a primeira citação em audiência, se não comparecer a parte citada por si ou por, seu procurador, seguirá a causa à revelia até o final; mas, em todo caso, comparecendo a parte lançada, será admitida a prosseguir no feito, nos termos em que êste se achar.

Art. 115 – Não comparecendo o autor por si ou por seu procurador para fazer acusar a citação, ficará esta circumducta, sendo o réu absolvido da instância; e não será novamente citado sem que o autor prove, com certificado do escrivão, não dever custas em juízo.

Capítulo XIV

DAS AÇÕES

Art. 116 – Tôdas as questões de natureza civil e comercial serão propostas no juízo federal, quando recaiam sob jurisdição, por meio de ação ordinária, sumária e executiva.

Capítulo XV

DA AÇÃO ORDINÁRIA

Art. 117 – A ação ordinária é competente em todas as causas de valor excedente a um conto de réis, quando a estas não fôr assinalada ação especial.

Art. 118 – A ação ordinária será iniciada por uma simples petição, que deve conter:

- a) o nome do autor e do réu;
- b) o contrato, transação ou fato de que resultar o direito e obrigação correlata;
- c) o pedido com todas as especificações e estimativa do valor, quando não for determinado;
- d) a indicação das provas e todos os documentos em que se fundar a ação.

Art. 119 – Na audiência para a qual fôr o réu citado deve o autor propor a ação, oferecendo a mesma petição inicial.

Art. 120 – Se forem muitos os réus e não puderem ser todos citados para a mesma audiência, serão acusadas as citações à medida que se fizerem; e a proposição da ação terá lugar na audiência em que fôr acusada a última citação.

Art. 121 – Proposta a ação, na mesma audiência se assinará o termo de dez dias para a contestação.

Capítulo XVI

DAS EXCEÇÕES

Art. 122 – Nas causas de jurisdição federal só têm lugar as seguintes exceções:

- a) incompetência;

b) suspeição,

Art. 123 – As demais exceções, dilatórias ou peremptórias, constituem matéria de defesa e serão alegadas na contestação.

Art. 124 – A exceção de suspeição precede a de incompetência.

Art. 125 – Da exceção de incompetência se dará vista ao autor por cinco dias para impugná-la, findos os quais o juiz rejeitará ou receberá.

Art. 126 – Sendo recebida, se porá em prova com uma dilação de dez dias, depois da qual, conclusos os autos com as provas produzidas, e sem mais alegações, o juiz julgará definitivamente.

Art. 127 – Sendo rejeitada, se assinará novo termo ao réu para a contestação.

Art. 128 – A exceção da suspeição deve ser oposta em audiência e oferecida por advogado.

Art. 129 – Se o juiz conhecer a suspeição, o escrivão oficiará ao substituto, declarando-lhe que lhe compete a decisão do feito.

Art. 130 – Se o juiz não conhecer a suspeição, ficará o feito suspenso até a decisão dele e o escrivão remeterá imediatamente os autos à autoridade competente.

Art. 131 – O conhecimento da suspeição do juiz de seção federal compete ao juiz substituto respectivo.

Art. 132 – Remetidos os autos, e sendo conclusos, decidirá o juiz preliminarmente se é legítima a suspeição.

Art. 133 – A suspeição é legítima, sendo fundada nos seguintes motivos:

- a) inimizade capital;
- b) amizade íntima;
- c) parentesco por consangüinidade ou afinidade até ao segundo grau, direito civil;
- d) particular interesse na decisão da causa.

Art. 134 – Não sendo legítima a suspeição, será a parte condenada nas custas em trespêso, e a causa prosseguirá em seus termos.

Art. 135 – Sendo legítima a suspeição, o substituto ouvirá o juiz suspeitado, aprazando-lhe termo razoável.

Art. 136 – Findo o termo de audiência, cobrados os autos, sendo mister, seguir-se-á a dilação das provas, que será de dez dias; e, ouvidas as partes no termo de cinco dias assinados a cada uma delas, o juiz decidirá definitivamente a suspeição.

Art. 137 – Se proceder a suspeição, pagará o juiz as custas e a causa será devolvida ao substituto. Não procedendo a suspeição, prosseguirá a causa e a parte pagará as custas.

Art. 138 – A suspeição não tem lugar na execução, salvo a respeito de embargos de terceiros, e preferências.

Capítulo XVII

DA CONTESTAÇÃO

Art. 139 – A contestação deve conter simplesmente a exposição dos motivos e causas, que podem elidir a ação. A ela se devem ajuntar os documentos em que se funda.

Art. 140 – Na contestação deve o réu inserir, antes da alegação da matéria da defesa, arguição das nulidades de todos os atos e termos que tiverem ocorrido até ao ponto da contestação.

Art. 141 – Não sendo a contestação oferecida no termo assinado, seguir-se-á a dilação das provas.

Art. 142 – Oferecida a contestação, terá vista por dez dias cada um, o autor para replicar, o réu para treplicar. E se a contestação, ou réplica ou tréplica forem por negação, a causa ficará logo em prova a requerimento de alguma das partes; da mesma forma se procederá quando o autor não replicar, ou o réu não treplicar no termo assinado.

Capítulo XVIII

DA RECONVENÇÃO

Art. 143 – Se o réu quiser reconvir ao autor, proporá reconvenção simultaneamente com a contestação no mesmo termo para ela assinado e sem dependência de prévia citação do autor.

Art. 144 – Proposta a reconvenção e oferecida a contestação, se assinará ao autor o termo de quinze dias para a contestação da reconvenção e réplica da ação.

Art. 145 – Vindo o autor com a referida contestação e réplica, se assinará ao réu igual termo para réplica da reconvenção e tréplica da ação, e finalmente se dará ao autor vista por dez dias, para a tréplica da reconvenção.

Art. 146 – Se o autor e réu não oferecerem à contestação réplica e tréplica nos termos assinados, ou elas forem por negação, seguir-se-á o que está determinado no capítulo antecedente.

Art. 147 – A reconvenção será julgada conjuntamente com a ação e pela mesma sentença.

Art. 148 – A reconvenção induz a prorrogação da jurisdição federal.

Capítulo XIX

DA AUTORIA

Art. 149 – A autoria é o ato pelo qual o réu, sendo demandado, chama o juízo de quem houve a coisa que se pede.

Art. 150 – Compete a autoria somente àquele que possui em seu próprio nome.

Art. 151 – Se o réu houve a coisa de outrem, requererá a sua citação na audiência, em que fôr proposta a ação.

Art. 152 – Se o chamado à autoria morar fora da sede do juízo, ou em lugar incerto, será a causa suspensa até verificar-se a citação pessoal ou edital; se, porém, morar fora do país ou do distrito seccional federal, prosseguirá a causa, não obstante a expedição da precatória. O juiz marcará o prazo dentro do qual deve promover o réu essas citações.

Art. 153 – Vindo a juízo o chamado à autoria, com êle prosseguirá a causa, sem que seja lícito ao autor a escolha de litigar com o réu principal, ou com o chamado à autoria.

Art. 154 – O chamado à autoria receberá a causa no estado em que se achar, sendo-lhe lícito alegar o que lhe convier e o juntar documentos.

Capítulo XX

DA OPOSIÇÃO

Art. 155 – Oposição é a ação de terceiro, que intervém no processo para excluir autor e réu.

Art. 156 – A oposição corre no mesmo processo simultaneamente com a ação, se é proposta antes de assinada a dilação

das provas; se sobrevier depois de assinada a dilação, será tratada em processo separado, sem prejuízo da causa principal.

Art. 157 – Para a oposição não é de mister citação das partes; o terceiro opoente, ajuntando procuração, pedirá vistas dos autos, que lhe será continuada por cinco dias, depois de tréplica da ação.

Art. 158 – Proposta a oposição, se assinarão ao autor e réu por seu turno, para contestarem e replicarem e ao opoente para treplicar, o termo de dez dias a cada um.

Art. 159 – Afinal, arrazoará primeiro o opoente e depois e sucessivamente, o autor e réu, e a ação e oposição serão simultâneamente julgadas pela mesma sentença.

Capítulo XXI

DO ASSISTENTE

Art. 160 – Assistente é aquele que intervém no processo para defender o seu direito, juntamente com o do autor ou réu.

Art. 161 – Para ser assistente admitido, é preciso que êle alegue o interesse aparente que tem na causa, se é fiador, sócio, condômino de coisa indivisa, vendedor da coisa demandada.

Art. 162 – O assistente pode vir a juízo antes ou depois da sentença, mas recebe a causa no estado em que ela se acha, e deve alegar seu direito nos mesmos termos que competem àquela a que assiste.

Art. 163 – O assistente não pode alegar incompetência e suspeição.

Capítulo XXII

DA DILAÇÃO DAS PROVAS

Art. 164 – Posta a causa em prova, assinar-se-á na mesma audiência uma só dilação de vinte dias, e esta dilação correrá independente de qualquer citação.

Art. 165 – Para vir depor, as testemunhas serão citadas, as partes, os seus procuradores, com designação do dia e hora, e bem assim do lugar, se não fôr o do costume. Esta citação pode ser logo feita na mesma audiência em que a causa se põe em prova.

Art. 166 – O rol das testemunhas, com os respectivos característicos, será depositado em mão do escrivão vinte e quatro horas antes da inquirição, sempre que a parte o requerer.

Art. 167 – Tendo alguma das partes testemunhas fora da sede do juízo, deverá protestar por carta de inquirição, ou na ação ou contestação, ou em audiência, mas nunca depois de assinada a dilação das provas. Nesse protesto devem ser indicados os artigos ou fatos sobre os quais serão inquiridas as testemunhas.

Art. 168 – Na carta de inquirição se fará declaração da dilação que o juiz assinar, conforme a distância e dificuldade de comunicação.

Art. 169 – Dentro da dilação serão citadas as partes, os seus procuradores com a indicação do dia, hora e lugar para extração ou conferência dos traslados e públicas-formas.

Capítulo XXIII

DAS TESTEMUNHAS

Art. 170 – As testemunhas devem declarar seus nomes, profissão, domicílio e residência, se são parentes, amigos, inimigos ou dependentes de alguma das partes.

Art. 171 – Não podem ser testemunhas o ascendente, marido, mulher, parente consanguíneo ou afim – até o segundo grau – direito civil, e o menor de quatorze anos.

Art. 172 – Se alguma testemunha houver de ausentar-se, se por avançada idade ou estado de valetudinário houver receio de que ao tempo da prova ela já não exista, poderá, citada a parte, ser inquirida a requerimento dos interessados, aos quais será entregue o depoimento, para dêle se servirem quando e como lhes convier.

Art. 173 – As testemunhas serão perguntadas, ou reperguntadas exclusivamente sobre os fatos e suas circunstâncias, alegados na ação, contestação, réplica e tréplica

Art. 174 – É lícito às testemunhas comparecerem independente da citação; se forem, entretanto, citadas e não comparecerem, ser-lhes-á imposta a pena de desobediência, salvo plausível justificação.

Art. 175 – As testemunhas serão inquiridas pelas partes que as produzirem ou por seus procuradores, e perguntadas e contestadas pela parte contrária, ou procurador desta, devendo os depoimentos serem escritos pelo escrivão e rubricados pelo juiz, que assistirá à inquirição, sendo-lhe lícito fazer às testemunhas as perguntas que julgar oportunas.

Capítulo XXIV

DAS PROVAS EM GERAL

Art. 176 – São admissíveis no juízo federal tôdas as provas, como tais conhecidas em direito, particularmente as escrituras públicas e instrumentos a esta equiparáveis pelas leis civis e comerciais.

Art. 177 – O original de cópias autênticas, traduções, certidões extraídas de notas públicas ou atos, será exibido, logo que alguma das partes o requerer. As cópias públicas-formas ou extratos de documentos originais podem ser conferidos com êstes na presença do juiz, pelo escrivão da causa, citada a parte ou seu procurador e lavrado termo de conformidade com as diferenças encontradas.

Capítulo XXV

DAS ALEGAÇÕES FINAIS

Art. 178 – Finda a dilação, serão assinados dez dias a cada uma das partes para dizerem afinal por seu advogado, dizendo primeiro o autor e depois o réu. Findo o termo, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz para decidir a causa, depois de selados convenientemente.

Capítulo XXVI

DA SENTENÇA

Art. 179 – Se, examinados os autos, o juiz entender necessária, para julgar afinal, alguma diligência, a poderá ordenar; mas, julgando que o pleito se acha suficientemente esclarecido, dará sua sentença definitiva, a qual deverá ser clara, positiva, devendo a condenação ser de coisa determinada ou valor certo, salvo se a quantia, sendo incerta, puder ser liquidada na execução.

Art. 180 – A sentença não produzirá efeito antes da intimação das partes ou seus procuradores.

Capítulo XXVII

DA AÇÃO SUMÁRIA

Art. 181 – A ação sumária é competente em todas as causas de valor excedente de um conto de réis, quando a estas não fôr assinada ação especial.

Art. 182 – A ação sumária será iniciada por uma petição que deve conter, além do nome do autor e réu:

a) o pedido, com todas as especificações e estimativa do valor quando este não fôr determinado, bem como o contrato, transação ou fato, de que resulte o direito e a obrigação;

b) a indicação das provas em que se funda a demanda.

Art. 183 – Na audiência para a qual fôr o réu citado, presente êle, ou apregoadado e a sua revelia, o autor ou seu advogado lerá a petição inicial e fé de citação, exibindo os escritos de contrato e documentos, exporá de viva voz a sua intenção e depositará o rol das testemunhas.

Art. 184 – Em seguida, o réu ou seu advogado fará a defesa oral ou por escrito, exibindo os documentos que tiver e o rol das testemunhas.

Art. 185 – Depois da defesa terá lugar a inquirição das testemunhas, a qual será concluída na mesma audiência, salvo impossibilidade ou fôrça maior, podendo o juiz, em tal caso, marcar audiência extraordinária para esse fim.

Art. 186 – Findas as inquirições, arrazoando ou requerendo as partes o que lhes convier, verbalmente ou por escrito, o juiz fará reduzir a termo circunstanciadamente as alegações e requerimentos orais e depoimentos das testemunhas; autuado êsse termo, com a petição inicial, documentos e alegações escritas, será imediatamente concluso ao juiz.

Art. 187 – Conclusos os autos, o juiz procederá *ex officio*, ou a requerimento das partes, às diligências necessárias para julgar afinal; devendo a sentença ser proferida na audiência seguinte à conclusão do processo ou das diligências que houverem sido decretadas.

Art. 188 – Os depoimentos das testemunhas serão escritos por inteiro, podendo as partes perguntá-las e reperguntá-las.

Capítulo XXVIII

DAS AÇÕES ESPECIAIS

Art. 189 – A ação especial, que será a executiva, terá lugar nos casos seguintes:

a) hipotecas de todo o gênero;

- b) fretes de navios, aluguéis de transporte por água ou terra;
- c) penhor;
- d) despesas e comissão de corretagem;
- e) cobrança de dívidas ativas da Fazenda Nacional, certas e liquidadas, quando forem provenientes:

1º – dos alcances dos responsáveis;

2º – dos tributos, impostos, contribuições lançadas e multas;

3º – dos contratos ou de outra origem, posto que não seja rigorosamente fiscal, quando disposição expressa de lei ou contrato assim autorizar.

Art. 190 – Considerar-se-á dívida líquida e certa, para efeito da Fazenda Nacional entrar em juízo com sua intenção fundada de fato e de direito, quando consistir em soma fixa e determinada, e se provar, pela conta corrente do alcance, julgada definitivamente por certidão autêntica extraída dos livros respectivos, donde conste a inscrição da dívida de origem fiscal por documento incontestável, nos casos em que a lei permite a via executiva, quanto às dívidas que não têm origem rigorosamente fiscal.

Art. 191 – Procede o executivo fiscal:

- a) contra devedor;
- b) contra os herdeiros, cada um *in solidum*, dentro das forças da herança;
- c) contra o fiador;
- d) contra qualquer possuidor de bens hipotecados à Fazenda Nacional;

e) contra os sócios interessados do devedor nos contratos de rendas e bens e arrematação de direitos, celebrados com a Fazenda Nacional, cada um *in solidum*;

f) contra o devedor do devedor quando a dívida tem origem fiscal, ou quando aquele no ato da penhora confessa a dívida e assina o auto;

g) contra o sucessor, no negócio pela dívida do antecessor, quando a ela fôr obrigado;

h) contra o curador fiscal ou administrador da massa falida, por dívida do falido;

i) contra o curador ou o cônsul, no caso de bens dos ausentes, ou das heranças jacentes;

j) contra o tutor ou curador do menor ou interdito;

k) contra o diretor, gerente ou administrador, quando se tratar de sociedade, ou contra um deles, se houver mais de um.

Capítulo XXIX

DA AÇÃO EXECUTIVA

Art. 192 – O mandado executivo deve determinar que o réu pague incontinenti; ou se proceda a penhora nos bens que ele oferecer, ou lhe forem achados, tantos quantos bastem para pagamento da dívida e custas.

Art. 193 – Acusada a penhora, serão assinados seis dias ao réu para alegar seus embargos. Se o não fizer, será a penhora julgada por sentença e se prosseguirá no curso ulterior, como se fôra uma execução.

Art. 194 – Dentro dos seis dias é lícito ao réu produzir testemunhas e protestar pelo depoimento da parte.

Art. 195 – Recebidos os embargos, o juiz assinará ao autor cinco dias para contestá-los, depois da contestação haverá lugar a dilação das provas, que durará dez dias, e arrazoando autor e réu, dentro de cinco dias cada um, será a causa julgada final.

Capítulo XXX

DO EXECUTIVO FISCAL

Art. 196 – Com o documento comprobatório da dívida, iniciar-se-á o processo requerendo a expedição de mandado executivo, pelo qual o devedor, ou quem de direito, seja intimado para no prazo de 24 horas, que correrão em cartório da data da intimação, pagar a quantia pedida e custas, ou dar bens à penhora; ficando logo citado para os termos de execução até final julgamento, nomeação e aprovação dos louvados, avaliação e arrematação dos bens penhorados, e remi-los ou dar lançador.

Art. 197 – Se a dívida fôr de alcance ou se fizer necessária medida de segurança, não só nos casos de insolvabilidade e mudança de Estado, mas ainda no de impossibilidade de pronta intimação de mandado, por estar o devedor ausente, ou não ser encontrado, será requerido desde logo mandado de seqüestro nos bens do devedor. O dito mandado abrangerá todos os bens dêste, sendo concedido independente de justificação.

Art. 198 – Iniciado o processo por seqüestro, será êste intimado ao réu juntamente com o mandado executivo; se êle não comparecer nas 24 horas, resolvido o seqüestro em penhora *ipso facto* seguir-se-ão termos ulteriores.

Art. 199 – Comparecendo o réu para se defender antes de feita a penhora, não será ouvido sem primeiro segurar o juízo, salvo se exhibir documento autêntico do pagamento da dívida, ou anulação desta.

Art. 200 – Concorrendo justa causa, poderá o juiz conceder ao réu, para prova e sustentação de sua defesa, um prazo extraordinário de dez dias, contínuos, sucessivos e improrrogáveis.

Art. 201 – A matéria da defesa, estabelecida a identidade do réu, constituirá na prova da quitação, nulidade do feito e prescrição da dívida.

Capítulo XXXI

DOS PROCESSOS PREPARATÓRIOS E PREVENTIVOS

Art. 202 – O embargo por arresto tem lugar:

a) nos casos expressos no Código Comercial, arts. 239, 379, 527 e 619;

b) quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou vender os bens que possui, ou não pagar a obrigação no tempo estipulado;

c) quando o devedor domiciliário intentar ausentar-se furtivamente ou mudar de domicílio sem ciência dos credores;

d) quando o devedor domiciliário muda de Estado, faltando aos seus pagamentos e tentando alienar os bens que possui; ou contraindo dívidas extraordinárias; ou pondo os bens em nome de terceiros, ou cometendo algum artifício fraudulento;

e) quando o devedor possuidor dos bens de raiz intenta aliená-los ou hipotecá-los, sem ficar com algum ou alguns equivalentes às dívidas, e livres e desembargados;

f) quando o devedor comerciante cessa os seus pagamentos e não se apresenta; intenta ausentar-se furtivamente ou desviar todo ou parte do seu ativo; fecha ou abandona o seu estabelecimento, oculta seus

afeitos e móveis da casa, procede à liquidação precipitada e contrai dívidas extraordinárias ou simuladas.

Art. 203 – Para concessão do embargo, é necessário:

a) prova literal da dívida;

b) prova literal ou justificação de alguns dos casos de embargo, referidos no artigo antecedente

Art. 204 – A justificação prévia dos casos de embargos é dispensável e pode ser suprimida por protesto formal de prova em três dias, depois de efetuado o embargo nos casos:

a) em que a Lei concede o embargo;

b) de urgência ou ineficácia da medida se fôsse demorada.

Art. 205 – A justificação prévia, quando o juiz a considerar indispensável pode ser feita em segredo, verbalmente e de plano, reduzido a termo o depoimento das testemunhas.

Art. 206 – Pagará as custas em décuplo o requerente do arresto, que tendo protestado fornecer prova no tríduo não o fizer, havendo sido, entretanto, efetuada a diligência.

Art. 207 – O mandado de embargo não será executado, mas ficará suspenso:

a) se o devedor oferecer pagamento incontinenti;

b) se apresentar conhecimento de depósito da dívida;

c) se der fiador idôneo.

Art. 208 – Para o embargo de bens em poder de terceiros, deve o embargante declará-los especificamente e designar o nome de terceiros e lugar em que se acham.

Tais declarações serão inseridas no mandado respectivo.

Art. 209 – O embargo só pode ser feito em tantos bens, quantos bastem para a segurança da dívida,

Art. 210 – Feito o embargo, serão os bens depositados em poder de terceira pessoa, que assinará o auto respectivo como depositário judicial. Convindo ao credor, poderá ser depositário o próprio devedor, ou aquele, se concordar o mesmo devedor.

Art. 211 – Se algum terceiro vier com embargos, dizendo que a coisa é sua, serão os embargos processados e admitidos pela forma determinada no título das execuções.

Art. 212 – Quando a oposição do terceiro fôr relativa a alguns bens e não todos os embargos, será, a requerimento de alguma das partes, separada a oposição para correr em auto apartado, progredindo o processo de embargo, quanto aos outros bens a respeito dos quais não versam os embargos de terceiros.

Art. 213 – O embargo ficará de nenhum efeito:

a) se o embargante o não justificar dentro de três dias depois de efetuado;

b) se o embargante não propuser a ação respectiva dentro de quinze dias.

Art. 214 – Feito o embargo, poderá o embargado opor-lhe embargos, que o juiz mandará contestar no termo de cinco dias. Vindo o embargado com os seus embargos, se assinarão dez dias para a prova, e arrazoados os autos, para que serão concedidos cinco dias a cada uma das partes, dará o juiz a sentença final.

Art. 215 – O embargado tem direito de pedir indenização por perdas e danos resultantes do embargo requerido com má-fé.

Art. 216 – O embargo de embarcações só tem lugar nos casos e pela forma determinada nos arts. 479 e seguintes do Código Comercial.

Art. 217 – O embargo procedente resolve-se pela penhora.

Art. 218 – Quando o embargo se fizer em bens do devedor, e existentes em poder de terceiros, será êste intimado dentro de vinte e quatro horas, ou incontinenti, no caso de urgência, dando-lhe o oficial da diligência contrafé, ou deixando-a entregue em sua casa a pessoa da família ou da vizinhança, não sendo ele encontrado, o que será declarado no auto de embargo, sob pena de nulidade.

Art. 219 – Cessa o embargo:

- a) pelo pagamento;
- b) pela novação;
- c) pela transação;
- d) decaindo o autor embargante da ação principal.

Capítulo XXXII

DA EXIBIÇÃO

Art. 220 – A exibição dos livros e escrituração mercantil por inteiro, ou balanços gerais de qualquer casa comercial, pode ser requerida, como preparatória de ação competente, como é prescrito no art. 18 do Código Comercial.

Art. 221 – Citada a pessoa a quem os livros pertencem, ou em cujo poder estão, para exhibi-los dentro do prazo e lugar designado com cominação de prisão, será esta citação acusada em audiência.

Art. 222 – Acusada a citação se o réu pedir vista, lhe será concedida por cinco dias para contestar, findos os quais terá lugar

declaração das provas por dez dias, e arrazoando autor e réu sucessivamente, termo de cinco dias cada um, o juiz julgará afinal.

Art. 223 – Julgada procedente a ação, mandará o juiz passar mandado para exibição, que terá lugar incontinenti, sob pena de prisão.

Capítulo XXXIII

DOS PROTESTOS

Art. 224 – O protesto, ou processo testemunhável, formado a bordo, consistirá:

a) no relatório circunstanciado do sinistro, devendo referir-se em resumo a derrota até ao ponto do sinistro, e altura em que êste sucedeu;

b) na exposição motivada da determinação do capitão declarando se a ela precedeu deliberação das pessoas competentes e se a deliberação foi contrária ou conforme.

Art. 225 – O protesto será escrito pelo escrivão ou piloto; em falta dêles, por pessoa que o capitão nomear, ditado e assinado pelo mesmo capitão e por aqueles que tomaram parte na deliberação, aos quais é lícito declararem-se vencidos.

Art. 226 – Os oficiais e pessoas que fazem parte da junta de deliberação são os pilotos, contramestres, peritos e marinheiros mais inteligentes e antigos no serviço do mar. A deliberação dessa junta será tomada em presença dos interessados, no navio ou na carga, se algum se achar a bordo, os quais não terão voto; devendo o do capitão ser considerado voto de qualidade, sendo-lhe lícito obrar, sob sua responsabilidade, de modo diverso da deliberação tomada.

Art. 227 – O protesto não dispensa a ata da deliberação, em a qual, além do fato e das circunstâncias ocorrentes, se devem declarar os fundamentos da resolução e dos votos de cada um, assim como os

motivos da determinação do capitão, quando for contrária ao vencido. O protesto não será admitido à ratificação se no diário da navegação não constar a ata referida.

Art. 228 – O protesto deverá ser ratificado nas primeiras 24 horas úteis da entrada, devendo o capitão entregar ao juiz, dentro do referido prazo, o protesto predito e o diário da navegação.

Art. 229 – Notificados os interessados, se forem conhecidos e presentes, procederá o juiz à ratificação, inquirindo sobre o sinistro e suas circunstâncias o capitão e signatários do protesto.

Art. 230 – A ratificação será julgada por sentença, de que não haverá recurso algum, e será dada por instrumento à parte, para usar dêle como e quando lhe convier.

Art. 231 – O protesto das letras de câmbio, de risco, da terra, conhecimento de fretes passados à ordem e endossados, apólices de seguros endossadas, notas promissórias endossadas, serão regulados pelo tit. 16, 1º, seção 6ª, parte 1ª do Código Comercial.

Art. 232 – O escrivão que por omissão ou prevaricação fôr causa de nulidade de um protesto será obrigado a indenizar as partes de tôdas as perdas, danos e despesas legais resultantes de tal fato, devendo ser demitido à vista da sentença que o condenar.

Art. 233 – Será permitido às partes a interposição de qualquer protesto para conservação e ressalva de seus direitos.

Art. 234 – Êsses protestos serão interpostos por petição endereçada ao juiz e em a qual o requerente narrará o fato e exporá os fundamentos do protesto, o qual será tomado por termo e intimados as partes e interessados.

Capítulo XXXIV

DOS DEPÓSITOS

Art. 235 – O depósito em pagamento tem lugar:

- a) se o credor recusa o pagamento oferecido;
- b) se o credor não quer passar quitação, ou não a passa com a segurança necessária e por tantas vias quantas convém ao devedor;
- c) se há litígio sobre a dívida;
- d) se a dívida é embargada em poder do devedor;
- e) se a coisa comprada está sujeita a algum ônus ou obrigação.

Art. 236 – Efetuado o depósito por mandado do juiz, serão citados os interessados, como no caso couber.

Art. 237 – Se o credor, efetuado o depósito, pedir vista para impugná-lo, ser-lhe-á concedida por cinco dias.

Art. 238 – Vindo o credor com os embargos no termo fixado, se assinará uma dilação de dez dias para a prova, e arrazando sucessivamente o autor e réu em cinco dias cada um, serão julgados os embargos afinal.

Art. 239 – Julgados provados os embargos, será o devedor responsável pelas despesas de levantamento, salários e custas do depósito; e se haverá por não feito o pagamento, correndo por conta e risco do devedor as perdas e danos acontecidos à coisa, depositada. Se, porém, forem julgados não provados os embargos, o credor será condenado nas custas, e serão por sua conta e risco os danos acontecidos à coisa depositada.

Art. 240 – O depósito por conta de quem pertencer será feito a requerimento da parte, por mandado do juiz e com citação edital, e

correção por conta de quem pertencer as despesas, salários, perdas e danos.

Capítulo XXXV

DA EXECUÇÃO

Art. 241 – A carta de sentença somente é necessária quando a coisa excede à alçada do juiz seccional. Em nenhum caso ela é necessária nas causas de natureza fiscal. Se a causa cabe na alçada, será extraído mandado executivo tão-somente, devendo ser nêle inserida a sentença do juiz. Também será excusada a carta de sentença no caso em que a parte vencida quiser satisfazer a condenação.

Art. 242 – A carta de sentença deverá conter:

- a) a autuação;
- b) a fé da citação;
- c) a petição da ação;
- d) a contestação;
- e) a réplica e tréplica nas ações ordinárias;
- f) a sentença e documentos em que ela se fundar.

Art. 243 – Nas causas especiais, nos embargos de terceiros, nos artigos de preferência, deverá a carta de sentença conter:

- a) o auto de penhora, quando houver;
- b) os embargos, artigos e contestações;
- c) a sentença e documento em que ela se fundar.

Art. 244 – É competente para a execução o juiz da causa ou o que o substituir.

Art. 245 – A execução compete:

- a) à parte vencedora;
- b) aos seus herdeiros;
- c) ao sub-rogado, cessionário e sucessor singular.

Art. 246 – É competente a execução contra:

- a) a parte vencida;
- b) os herdeiros ou sucessores universais;
- c) o fiador;
- d) o chamado à autoria;
- e) o sucessor singular, sendo a ação real;
- f) o comprador ou o possuidor de bens hipotecados, segurados ou alienados em fraude de execução e, em geral, contra todos os que recebem causa do vencido, como o comprador da herança;
- g) todos os detentores dos bens em nome do vencido, como o depositário, o rendeiro e inquilino quanto a esses bens somente;
- h) o sócio.

Art. 247 – Consideram-se alienados em fraude de execução os bens executados:

- a) quando são litigiosos, ou sobre eles pendem demanda;
- b) quando a alienação é feita depois da penhora, ou aproximadamente a ela;

c) quando o possuidor dos bens tenha razão para saber que pendia demanda, e outros bens não tinha o executado para solver a dívida.

Art. 248 – Sendo fiador executado, pode oferecer a penhora os bens do devedor, se os tiver desembargados; mas, se contra eles aparecer embargos ou oposição, ou não forem suficientes, a execução se exercerá sobre os bens do fiador, até real embólso do exeqüente.

Art. 249 – Se o executado não tem bens na sede da causa principal, ou os que tem são insuficientes, expedir-se-á carta precatória executória, dirigida ao juízo seccional ou local do lugar onde forem os bens situados para o fim de proceder-se a penhora, avaliação e arrematação dêles.

Art. 250 – Se o executado possui bens no distrito judicial da cusa principal e em outro, não correrá simultânea a execução, mas sucessiva, devendo a princípio ser executados os primeiros, salvo se os bens, existentes em um e outro distrito, forem manifestadamente insuficientes.

Art. 251 – Os embargos e execução, em qualquer caso, não poderão ser opostos senão perante o juiz da mesma execução.

Capítulo XXXVI

DAS SENTENÇAS ILÍQUIDAS

Art. 252 – A liquidação tem lugar:

a) quando a sentença versa sobre frutos e coisas, que consistem em pêso, número e medida;

b) quando a sentença versa sobre interesses, perdas e danos;

c) quando a ação é universal, ou geral.

Art. 253 – Nas sentenças ilíquidas a primeira citação do executado será para vir oferecer os artigos de liquidação.

Art. 254 – Oferecidos os artigos na audiência aprazada, o réu contestará no termo de cinco dias; os quais seguir-se-á a dilação probatória de dez dias, e, arrazoando depois e sucessivamente o liquidante e liquidado, no termo de cinco dias cada um, serão os artigos julgados afinal, devendo o juiz previamente proceder às diligências necessárias.

Art. 255 – Proferida a sentença de liquidação, correrá a execução seus termos ulteriores.

Capítulo XXXVII

DAS SENTENÇAS LÍQUIDAS

Art. 256 – Sendo a sentença líquida, o executado será citado para pagar, ou nomear bens à penhora nas vinte e quatro horas subseqüentes à citação.

Art. 257 – A nomeação feita pelo executado não vale, salvo convindo o exeqüente:

- a) se não é feita conforme a gradação, estabelecida para a penhora;
- b) se o executado não nomeia os imóveis especialmente hipotecados, ou bens consignados ao pagamento da dívida;
- c) se o executado nomeia bens sitos em lugar diferente do da execução, tendo-os, aliás, no lugar da dita execução;
- d) se os bens nomeados não são livres e desembaraçados, havendo-os, entretanto;
- e) se é insuficiente a quantidade de bens nomeados.

Art. 258 – A nomeação tendo sido feita de acordo com o prescrito no artigo antecedente e por termo nos autos, os bens são desde logo considerados penhorados e serão depositados, como se dispõe nos artigos seguintes.

Capítulo XXXVIII

DA PENHORA

Art. 259 – Se o executado dentro das vinte e quatro horas não pagar ou não nomear bens à penhora, ou fizer a nomeação contra as regras estabelecidas anteriormente, efetuar-se-á a penhora, passado o respectivo mandado.

Art. 260 – O auto de penhora deve conter:

- a) o dia, mês, ano e lugar em que é feita;
- b) a descrição dos bens penhorados com todos os característicos necessários para a verificação da identidade;
- c) entrega feita ao depositário que deve assinar, ou por ele duas testemunhas, com o oficial da diligência.

Art. 261 – A penhora pode ser feita em quaisquer bens do executado, guardada a gradação seguinte:

- a) dinheiro, ouro, prata e pedras preciosas;
- b) títulos da dívida pública, e quaisquer papéis de crédito do Tesouro Federal;
- c) móveis e semoventes;
- d) bens de raiz ou imóveis;
- e) direitos e ações.

Art. 262 – Deve a penhora ser feita em tantos bens quantos bastem ao pagamento e efetuada dentro de cinco dias sob responsabilidade do oficial de justiça.

Art. 263 – Se as portas das casas se acharem fechadas, o oficial não procederá ao abrimento sem expresso mandado do juiz, mas, expedido o mandado, em presença de duas testemunhas, abrirá ou arrombará portas, gavetas, armários, ou móveis onde se presume que estão os objetos penhorados, e de todo êste procedimento se fará circunstanciada menção no auto de penhora.

Art. 264 – Em caso de resistência, ou fundado receio dela, lavrado o auto respectivo, no primeiro caso, e procedendo inquirição verbal e em segredo no segundo, o juiz requisitará da autoridade local competente a força necessária para auxiliar a penhora e prender o resistente, que será devidamente responsabilizado.

Art. 265 – Se a penhora fôr válidamente feita, sòmente se procederá à segunda:

a) se o produto dos bens primeiramente penhorados não chegar para o pagamento;

b) se o exeqüente desistir da primeira penhora, o que só terá lugar quando os bens penhorados forem litigiosos ou estiverem obrigados a terceiros.

Art. 266 – Para que se faça penhora em dinheiro do executado, existente em mão de terceiro, é preciso que êste o confesse no ato da penhora.

Art. 267 – Se o devedor confessar no ato da penhora, assinado o auto respectivo, será havido como depositário, a cuja pena fica sujeito se dentro de três dias, que lhe serão assinados, o não entregar ou

depositar. Depositada ou entregue a soma confessada, se considerará desobrigado.

Art. 268 – O executado que esconder os bens para não serem penhorados ou por dolo deixar de os possuir, será prêso até que dêles faça entrega ou do equivalente; ou até um ano se antes não entregar.

Art. 269 – Não são sujeitos à penhora:

- a) os bens inalienáveis;
- b) os vencimentos dos magistrados e empregados públicos, dos militares, os equipamentos destes;
- c) as soldadas de gente do mar, e salários de guarda-livros, feitores, caixeiros e operários;
- d) os utensílios e ferramentas de mestres e oficiais de ofícios mecânicos e que forem indispensáveis às suas ocupações ordinárias;
- e) os materiais necessários para as obras;
- f) as pensões, tenças e montepios, inclusive o dos Servidores do Estado;
- g) os fundos sociais pela dívida particular de um dos sócios;
- h) os indispensáveis para cama e vestuário do executado e de sua família, não sendo precioso;
- i) as provisões de comida.

Art. 270 – São sujeitos à penhora, não havendo absolutamente outros bens:

- a) o vestuário dos empregados públicos no exercício de suas funções;

b) os livros dos juízes, professores, advogados, médicos, engenheiros e estudantes;

c) as máquinas e instrumentos necessários para o ensino prático, ou exercício das artes liberais e das ciências;

d) os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis;

e) os fundos líquidos que o executado possuir na companhia ou sociedade comercial.

Art. 271 – Os bens penhorados são avaliados por peritos idôneos, nomeados em audiência a aprazimento das partes ou a sua revelia. Quando os bens forem situados fora da sede do juízo, a avaliação se fará por meio de precatória aos juízes locais, ou ao juiz seccional, cumprindo que a arrematação se faça no local onde existem os preditos bens.

Art. 272 – Quando a avaliação fôr irregular, excessiva ou lesiva, ou quando antes da arrematação se descobrir algum ônus que diminua o valor da coisa avaliada, proceder-se-á a nova avaliação.

Capítulo XXXIX

DA ARREMATAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Art. 273 – Feita a avaliação, passar-se-ão editais, que serão afixados na casa das audiências e publicados nas folhas do dia da afixação e da arrematação. Entre a afixação dos editais e a arrematação mediarão três dias, se os bens forem móveis, e nove, se forem de raiz, independentemente de pregões.

Art. 274 – Os editais devem conter:

a) o preço da avaliação;

b) a qualidade dos bens e suas confrontações, sendo de raiz;

c) o dia da arrematação,

Art. 275 – A arrematação deve fazer-se impreterivelmente no dia anunciado. Se por causa ponderosa não fôr possível nesse dia, será transferido, anunciando-se por editais e pela imprensa o dia novamente designado.

Art. 276 – Se por sobrevir a noite não fôr concluída a arrematação no mesmo dia, continuará no dia seguinte, dispensado em tal caso o edital.

Art. 277 – É lícito ao executado, seu cônjuge ou herdeiros, remir ou dar lançador aos bens penhorados ou a alguns dêstes, até a assinatura do auto de arrematação ou publicação da sentença de adjudicação.

Art. 278 – Quando a penhora consistir em dinheiro, se afixarão editais, marcando o prazo de dez dias aos credores incertos para virem requerer preferência; se êstes não requererem ou os credores certos citados pessoalmente, passar-se-á mandado de levantamento ao exeqüente.

Art. 279 – A arrematação será feita no dia e lugar anunciados, presentes o juiz, escrivão e oficial de justiça, e expostos os objetos que devem ser arrematados, sendo possível,

Art. 280 – É admitido a lançar todo aquêle que estiver na livre administração dos seus bens.

Excetua-se:

- a) o juiz, escrivão, depositário, avaliadores e oficiais do juízo;
- b) o tutor, curador e testamentário;

c) a pessoa desconhecida sem fiança idônea, ou procuração da pessoa por quem comparece;

d) o credor, salvo com licença do juiz.

Art. 281 – Se o arrematante fôr o mesmo exeqüente, será obrigado a depositar o preço da arrematação nos casos em que não pode levantá-lo.

Art. 282 – Quando o arrematante fôr o credor exeqüente, é dispensado de depositar o preço da arrematação prestando fiança nos casos em que não lhe é lícito levantar o mesmo preço.

Art. 283 – Não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltarão os bens à praça com intervalo de oito dias e com abatimento de 10%. Se nesta ainda não encontrarem lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irão à terceira praça com o mesmo intervalo e novo abatimento de 10%. Neste caso serão arrematados pelo maior preço que for oferecido, sem que em hipótese alguma seja permitida a ação de nulidade por lesão de qualquer espécie. Para êstes abatimentos não há necessidade de contas, que serão feitas uma só vez para os efeitos da arrematação ou da adjudicação.

Art. 284 – Se o arrematante ou fiador não pagar o preço da arrematação nos três dias seguintes ao ato da arrematação, será prêso até que o pague, e contra o fiador se procederá segundo as leis em vigor.

Art. 285 – O preço da arrematação não pode ser levantado sem fiança:

a) pendendo embargos ou apelação;

b) pendendo de ação de nulidade.

Art. 286 – O preço da arrematação não pode ser levantado havendo embargo ou protesto de preferência e rateio.

Art. 287 – A arrematação só pode ser feita:

a) por quem oferecer maior lance, contanto que cubra o preço da avaliação;

b) com o dinheiro a vista, ou com fiança por três dias.

Art. 288 – Não havendo lançador que cubra o preço da avaliação, ou abatido este na forma acima prescrita, se não aparecer lançador na terceira praça, mas somente quem cubra o preço da adjudicação, a arrematação será feita por este preço.

Art. 289 – Não havendo lançador que cubra o preço da adjudicação, serão os bens adjudicados ao credor com os seguintes abatimentos:

a) décima parte se os bens são móveis e têm valor intrínseco;

b) quarta parte se não são móveis, mas não têm valor intrínseco;

c) quinta parte se são de raiz ou imóveis.

Art. 290 – O credor não pode ser compelido a restituir qualquer excesso no caso de ser o valor dos bens adjudicados superior à importância da dívida, salvo se a diferença entre um e outro for de tal forma que atinja a soma igual, a um terço do montante da execução e neste caso o exequente consignará em juízo o excesso, descontado em próprio proveito um terço do dito excesso.

Art. 291 – Se os bens são indivisos e o seu valor excede o dobro da dívida, não se arremata nem adjudica a propriedade deles, mas adjudicam-se ao credor sem abatimento algum, exceto o dos juros legais, os rendimentos por tantos anos quantos bastem para o pagamento total da execução.

Art. 292 – Essa providência se não realizará quando acontecer que o executado tenha outras dívidas acumuladas e excedentes da metade do valor dos bens penhorados, ou se êstes não produzirem rendimento algum.

Art. 293 – Ao credor adjudicatário se imputam os rendimentos, que por negligência deixar de cobrar, assim como ser-lhe-ão levadas em conta as despesas necessárias e os ônus reais que pagar.

Art. 294 – A adjudicação dos rendimentos não impede a arrematação da propriedade por virtude de execuções supervenientes, mas o adjudicatário será conservado durante o tempo da sua adjudicação.

Art. 295 – O credor exeqüente tem faculdade para requerer e obter seu pagamento pelos rendimentos dos bens nos casos mesmo em que êles podem ser arrematados.

Art. 296 – À adjudicação deve preceder:

a) conta da importância da execução, compreendidos os juros, despesas e ônus reais do prédio;

b) cálculo dos anos que são necessários para o pagamento da dívida;

c) avaliação dos rendimentos, salvo se o imóvel estiver alugado ou arrendado, porque neste caso a adjudicação será calculada pelo aluguel ou renda que forem declarados pelo inquilino, ou constarem dos recibos do proprietário e lançamento de décima. Entretanto, pode o exeqüente, alegada fraude conluio entre o inquilino e o executado, requerer avaliação dos rendimentos, e neste caso não será o inquilino conservado.

Art. 297 – Nas execuções fiscais serão guardadas as seguintes cláusulas:

a) se na terceira praça não aparecer lançador, poderá ser requerida a adjudicação com o abatimento da quarta parte do valor da avaliação, ou o pagamento pelos rendimentos dos bens penhorados;

b) feita a adjudicação, se o executado, seu cônjuge ou herdeiros não se apresentarem espontaneamente para remir a execução no prazo de oito dias, serão de novo os bens levados à praça sobre o valor da adjudicação; e caso ainda não haja lançador, levar-se-á em conta do débito fiscal o preço da adjudicação, ou resolver-se-á sobre a incorporação dos bens, sendo imóveis, aos próprios Nacionais. Qualquer excesso que alcançarem nesta praça os bens adjudicados acima do preço da adjudicação, ainda superior a dívida e custas, acresce em proveito da Fazenda Nacional.

Parágrafo único – Admitir-se-á novo lance depois da arrematação nos casos de ser este superior ao da arrematação em mais da terça parte, de não estar ainda consumada a arrematação com a entrega do preço e a posse da coisa arrematada e de não haver mais bens por onde a Fazenda possa ser plenamente paga e satisfeita.

Capítulo XL

DAS SENTENÇAS SOBRE AÇÃO REAL, OU COUSA CERTA, OU EM ESPÉCIE

Art. 298 – O réu condenado por sentença a entregar coisa certa será citado para em dez dias fazer entrega.

Art. 299 – Se o não fizer por a haver alienado depois de litigiosa, a sentença será executada contra o terceiro, de cujo poder se tirará a coisa, sem que seja ouvido antes de ser ela depositada. É lícito ao exeqüente, em lugar de executar a sentença contra terceiro, executar o condenado pelo valor delas, se já se achar estimada. E, se o vencido não tiver com que pague a intimação da coisa, que em fraude de execução fôra por ele vendida, será prêso até pagar, ou até um ano se antes não pagar.

Capítulo XLI

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 300 – Os embargos opostos à execução sê-lo-ão nos termos seguintes:

a) depois de feita a penhora, dentro dos seis dias subseqüentes;

b) depois do ato da arrematação, mas antes da assinatura da carta de arrematação ou adjudicação.

Art. 301 – Nas execuções das ações reais os embargos só têm lugar dentro de dez dias assinados para a entrega da coisa, mas seguro o juízo com o equivalente.

Art. 302 – São admissíveis na execução com suspensão dela e propostos conjuntamente nos seis dias seguintes à penhora os embargos:

a) de nulidade do processo e sentença, com prova constante dos autos, ou oferecida incontinenti;

b) de nulidade e excesso de execução até a penhora;

c) de moratória;

d) de concordata;

e) de compensação;

f) de declaração de falência;

g) de pagamento, novação, transação e prescrição, superveniente depois da sentença, ou não alegados e decididos na causa principal;

h) infringentes do julgado, com prova incontinenti do prejuízo, sendo opostos pelo menor e pessoa a que cabe o benefício da restituição,

pelo revel e pelo executado, oferecendo documentos obtidos após a sentença.

Art. 303 – São também admissíveis na execução, com suspensão dela e propostos conjuntamente depois do ato da arrematação e antes de assinada a carta de arrematação ou adjudicação, os seguintes embargos:

a) de nulidade, desordem ou excesso de execução depois da penhora até a assinatura das cartas de arrematação ou adjudicação;

b) de pagamento, novação, transação, compensação, prescrição, moratória, concordata, declaração de quebra, superveniente depois da penhora;

c) de restituição.

Art. 304 – São admissíveis nas execuções das ações reais os seguintes embargos de:

a) nulidade do processo e da execução com prova constante dos autos, ou produzida incontinenti;

b) nulidade e excesso da execução;

c) retenção de benfeitorias;

d) infringentes do julgado com prova produzida incontinenti e oposto pelo menor e outros, aos quais compete a restituição, pelo chamado à autoria, e pelo executado com documentos havidos depois da sentença.

Art. 305 – Oferecidos os embargos dentro dos seis dias da penhora, serão conclusos ao juiz, que os receberá ou desprezará *in limine*. Se forem recebidos, o termo de cinco dias será assinado para a contestação e, findo o prazo, terá lugar a dilação das provas; depois,

arrazoando sucessivamente o embargante e o embargado no prazo de cinco dias cada um, serão os embargos julgados afinal.

Art. 306 – Independentemente de embargos, pode qualquer dos litigantes requerer ao juiz da execução a ementa do êrro de conta ou das quantias exeqüentes; ou das quantias líquidas, ou das custas. O juiz, em tal caso, decidirá sumàriamente, ouvido o escrivão, e as partes, se tanto fôr necessário.

Art. 307 – Vindo algum terceiro com embargos à execução, porque a coisa penhorada lhe pertence por título hábil e legítimo; e tendo posse natural ou civil com efeitos de natural, ser-lhe-á concedida vista para alegar e provar seus embargos dentro de três dias.

Art. 308 – Provando o terceiro embargante nos referidos três dias seus embargos, seja por documentos, seja por testemunhas, serão recebidos e se concederá ao embargado o prazo de cinco dias para contestar.

Art. 309 – Findos os cinco dias e vindo o embargado com a sua contestação, terá lugar a dilação das provas, que será de dez dias; e, arrazoando o embargante no termo de cinco dias cada um, serão os embargos julgados afinal.

Art 310 – Recebidos os embargos, mandará o juiz passar mandado de manutenção a favor do terceiro embargante, que prestará a fiança.

Art. 311 – Se o exeqüente, sendo recebidos os embargos de terceiro, desistir da penhora nos bens embargados e requerer outra, cessará a discussão, e a penhora dos bens embargados será levantada.

Art. 312 – Não oferecendo, ou não provando o embargante seus embargos no tríduo, ou se forem manifestamente caluniosos, serão rejeitadas *in limine*, e a execução prosseguirá.

Art. 313 – Nas execuções fiscais o executado só poderá opor embargos modificativos ou infringentes do julgado, ou relativos ao modo da execução.

Art. 314 – Os ditos embargos só suspenderão a execução nos casos seguintes:

a) se forem de nulidade, procedente de falta da primeira citação;

b) se forem de nulidade do processo da arrematação provada incontinenti na petição em que a vista fôr requerida.

Art. 315 – Em qualquer período das execuções fiscais até a assinatura da carta de arrematação ou adjudicação, serão os terceiros senhores e possuidores admitidos a embargar, com suspensão da execução, contanto que se legitimem desde logo, apresentando títulos de domínio e posse.

Art. 316 – Em tal caso o juiz consignará ao embargante o prazo de dez dias improrrogáveis para serem exibidos embargos títulos e provas da legitimidade dêstes, seguindo-se o julgamento definitivo. Se os embargos forem julgados provados, será levantada a penhora; no caso contrário a execução prosseguirá, condenado em custas o embargante.

Art. 317 – Se os embargos às execuções fiscais não forem opostos a todos os bens, mas só a alguns dêles, correrão em separado, prosseguindo a execução sòmente quanto aos bens não embargados.

Capítulo XLII

DAS PREFERÊNCIAS E CONCURSO DE CREDITORES

Art. 318 – A preferência deve ser disputada no mesmo processo da execução, e versará ou sòbre o preço da arrematação, ou sòbre os próprios bens, se não forem arrematadas, não sendo lícito disputá-la senão depois do ato da arrematação.

Art. 319 – Em qualquer termo da execução até a entrega do preço de arrematação, ou extração e assinatura da carta de adjudicação, podem os credores fazer o protesto de preferência e requerer que o preço não seja levantado, ou se não passe carta de adjudicação, sem que primeiro se dispute a preferência.

Art. 320 – Para ser credor admitido a concurso é essencial que se apresente no juízo de preferência munido de escritura pública ou instrumento equiparável como título de dívida, ou sentença obtida contra o executado, sem dependência de penhora.

Art. 321 – Para a preferência devem ser citados os credores conhecidos, com a comunicação de perderem a prelação, que lhes cabe, salvo aos desconhecidos o direito de disputarem por ação ordinária a preferência que lhes competir.

Art. 322 – Citados os credores e acusada a citação, serão propostos os artigos de preferência pelo credor que promoveu o concurso, e aos demais credores se assinará o prazo de cinco dias a cada um, para sucessivamente formarem seus artigos.

Art. 323 – Oferecidos todos os artigos, se assinará a cada um dos credores o termo de cinco dias para contestarem na mesma ordem em que articularem.

Art. 324 – Concluída a contestação, seguir-se-á a dilação das provas que será de vinte dias; e, finda a dilação e arrazoando os credores sucessivamente, cada um no termo de cinco dias, serão os autos conclusos e o juiz julgará a preferência, ou mandará que se proceda a rateio, no caso de não subsistir privilégio legal.

Art. 325 – A disputa entre os concorrentes pode versar não somente sobre a preferência, senão também sobre nulidades, simulação, fraude e falsidade das dívidas ou dos contratos.

Art. 326 – O concurso de preferência com a Fazenda Nacional será promovido por meio de petição ao juiz, na qual o credor preferente legitime a sua qualidade, produzindo logo todos os títulos e razões.

Art. 327 – Autuada a petição, terá vista o procurador da Fazenda e depois da sua resposta seguir-se-á o julgamento.

Art. 328 – Reconhecida a legitimidade da pretensão do preferente, suspender-se-á a execução e levantar-se-ão os seqüestros ou penhoras que se houverem feito; no caso contrário, será excluído, e, junta a petição aos autos da execução, nela se prosseguirá até integral pagamento da Fazenda Nacional.

Art. 329 – Não haverá lugar o concurso de preferência nas causas fiscais:

a) quando houver bens suficientes do devedor comum, incumbindo ao credor preferente a prova da insolvabilidade;

b) depois de entreque o preço da arrematação, ou de julgada a adjudicação.

Art. 330 – São títulos de preferência contra a Fazenda Nacional, provando-se serem anteriores à dívida fiscal:

a) as hipotecas legais ou convencionais especializadas e escritas na forma da lei;

b) o direito sobre o valor das benfeitorias, quanto ao credor que emprestou dinheiro ou concorreu com os materiais ou a mão-de-obra para a edificação, reparação ou reedificação do prédio bem como para se abrirem ou arrotearem terras incultas.

Art. 331 – A Fazenda Nacional no juízo fiscal não chama credores, nem se apresenta como articulante; só tem que disputar os artigos do preferente.

Capítulo XLIII

DOS RECURSOS

Art. 332 – Dentro de dez dias depois da intimação da sentença, poderão as partes opor embargos à sentença do juiz somente se forem de simples declaração, ou de restituição. Nas causas fiscais, o prazo é reduzido à metade e não se admitirão senão embargos de declaração.

Art. 333 – Os embargos de declaração só terão lugar quando houver na sentença alguma obscuridade, ambigüidade ou contradição, ou quando se tiver omitido algum ponto sobre que devia haver condenação. Em qualquer destes casos requererá a parte, por simples petição, que se declare a sentença, ou se expresse o ponto omitido da condenação. Junta a petição aos autos, serão estes conclusos e decidirá o juiz, sem fazer outra mudança no Julgado.

Art. 334 – Os embargos de restituição só serão admitidos, quando os embargantes não tiverem sido parte desde o princípio da causa, ou tiver corrido a causa a revelia.

Art. 335 – Êstes embargos serão deduzidos nos próprios autos, pedindo-se para isto vista ao juiz, que a dará por cinco dias, tendo além disso cada uma das partes igual prazo para impugnação dos mesmos embargos.

Art. 336 – Se a matéria destes embargos depender de fatos, que só possam ser provados por testemunhas, o juiz poderá conceder uma só dilação, não excedendo de dez dias, para a prova.

Art. 337 – Tem lugar a apelação para o Supremo Tribunal de Justiça Federal quando a sentença fôr definitiva ou tiver força definitiva.

Art. 338 – A apelação será interposta em audiência ou por petição, lavrado termo nos autos do despacho que a conceder, sendo

intimados a outra parte ou seu procurador, dentro de dez dias contínuos, contados da publicação ou intimação da sentença.

Art. 339 – Interposta a apelação, será a causa avaliada em quantia certa por árbitros nomeados pelas partes, ou pelo juiz, à revelia delas, dispensada a avaliação, quando houver pedido certo, ou os litigantes concordarem no valor do pleito expressa ou tacitamente, deixando o réu de impugnar na contestação a estimativa do autor.

Art. 340 – No mesmo despacho, em que o juiz receber a apelação, ordenará logo a expedição dos autos para serem apresentados na superior instância dentro do prazo de seis meses.

Art. 341 – Os efeitos da apelação serão suspensivos e devolutivos, ou sòmente devolutivos. O suspensivo compete às ações ordinárias, às ações especiais e aos embargos opostos na execução ou pelo executado ou por terceiro, sendo julgados provados; o efeito devolutivo compete em geral a tôdas as sentenças proferidas das demais ações.

Art. 342 – Sejam quais forem os efeitos da apelação, a remessa dos autos não se fará sem que fique traslado no cartório.

Art. 343 – O prazo para a apresentação dos autos de apelação na instância superior decorrerá do despacho do recebimento da apelação, competindo à parte que tiver interêsse no seguimento do feito promover a extração do traslado e parelhar a remessa.

Art. 344 – Ao juiz compete julgar deserta e não seguindo a apelação, se, findo o prazo legal, não tiverem sido os autos remetidos para instância superior.

Art. 345 – Para o julgamento da deserção deverá ser citado o apelante, ao seu procurador, para dentro de três dias alegar embargos de justo impedimento.

Art. 346 – Só poderá obstar o lapso de tempo para o seguimento da apelação moléstia grave e prolongada do apelante, peste ou guerra que impeçam as funções dos juízes e tribunais.

Art. 347 – Ouvido o apelante sobre a matéria dos embargos por vinte e quatro horas, se o juiz relevar da deserção o apelante, lhe assinará de novo para a remessa dos autos outro tanto tempo, quando fôr provado que esteve impedido.

Art. 348 – Se o juiz não relevar da deserção o apelante, ou se, findo novo prazo, não tiverem sido ainda remetidos os autos para a instância superior, será a sentença executada.

Art. 349 – Apresentados os autos ao secretário do Supremo Tribunal de Justiça Federal, será aí a causa discutida entre as partes e julgada pela forma determinada para o julgamento das apelações nos regimentos do Tribunal.

Capítulo XLIV

DAS CUSTAS

Art. 350 – Em qualquer sentença sempre o vencido deve ser condenado nas custas do processo, ainda que tivesse justa causa de liquidar. Este preceito é comum às sentenças definitivas, assim como às interlocutórias, decisivas de algum incidente e ainda que as custas não fôssem pedidas pela parte vencedora.

Art. 351 – Pedindo ao autor muitas cousas em sua ação, ou quantias diversas, e sendo o réu condenado em parte e absolvido em parte, deverá o juiz condenar cada um na proporção do pedido vencido. A sentença deve declarar expressamente a quota das custas, em que cada uma das partes é assim condenada, para o contador poder fazer o rateio.

Art. 352 – Tanto podem ser condenados em custas os litigantes principais, como os oponentes ou assistentes e os que são chamados à autoria e aceitam a defesa da causa, sendo afinal vencidos.

Art. 353 – O litigante que desistir da causa em qualquer instância é condenado em tôdas as custas ocorridas; e, se ambos os litigantes desistirem, pagarão de permeio.

Art. 354 – No juízo de apelação se deverá condenar o vencido nas custas de ambas as instâncias.

Art. 355 – Em regra quem requer em juízo algum ato que se lhe não impugna deve ser condenado nas custas *ex causa*.

Art. 356 – No juízo federal serão cobradas as custas judiciárias, emolumentos e salários dos oficiais do juízo e auxiliares, nos termos prescritos pelo Regimento promulgado em o Decreto nº 5.737, de 2 de setembro de 1874.

Art. 357 – Os salários estabelecidos no dito Regimento para os juízes e procuradores da República por quaisquer despachos, sentenças e diligências por êstes efetuadas serão pagos em selos da República, apostos aos autos na proporção que se forem realizando.

Art. 358 – Os escrivães e oficiais de juízo continuarão a perceber os salários, custas e emolumentos, que lhes são arbitrados pelos regimentos em vigor e bem assim as percentagens estabelecidas para a cobrança das dívidas fiscais.

Art. 359 – As penas pecuniárias disciplinares impostas aos oficiais do Juízo serão cobráveis em dinheiro, que se consignará ao Tesouro Federal por guia do escrivão e recibo da Repartição, o qual será autuado como termo respectivo.

Art. 360 – O escrivão será o contador do juízo, sob imediata fiscalização do juiz seccional federal.

Capítulo XLV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 361 – Nos casos em que houver de aplicar leis dos Estados, a Justiça Federal consultará a jurisprudência dos tribunais locais; e vice-versa, a Justiça dos Estados consultará a jurisprudência dos tribunais federais quando houver de interpretar leis da União (art. 58 da Constituição).

Art. 362 – As autoridades administrativas, nacionais ou locais, prestarão o auxílio necessário à execução das sentenças e atos da Justiça Federal, assim também os juizes ou tribunais dos Estados farão cumprir os despachos rogatórios, expedidos pela Justiça Federal, quer para fazer citações ou intimações e receber depoimentos de testemunhas, quer para dar à execução sentenças e mandados, e praticar outros atos e diligências judiciais. Em todos êstes casos os atos revestirão sempre a fórmula de processo estabelecida para juízo rogado ou deprecado.

Art. 363 – As causas de qualquer natureza, pendentes da decisão dos juizes e tribunais dos Estados ao tempo da promulgação da presente Lei e que por sua natureza ou caráter dos litigantes devam pertencer à jurisdição federal, continuam, entretanto, sob a jurisdição em que foram iniciadas, e contestadas até final sentença e sua execução.

Art. 364 – Para regular a ordem do serviço e da distribuição do trabalho, tanto em as seções como na secretaria, o Supremo Tribunal organizará o seu Regimento interno, em o qual poderão ser punidas correccional ou disciplinarmente as faltas e contravenções dos empregados e serventuários de justiça, não devendo a prisão exceder de trinta dias e a suspensão de sessenta dias.

Art. 365 – Os juízes federais de seção darão em cada semana uma ou mais audiências, conforme a afluência de feitos judiciais sob sua jurisdição.

Art. 366 – As audiências só se poderão efetuar na casa da residência do juiz, ou em casa particular que para isso possa servir, não havendo casa pública para esse fim destinada.

Art. 367 – As partes que faltarem ao respeito devido ao juiz em qualquer audiência ou ato judicial poderão ser multadas até a quantia de 50\$, conforme a gravidade do caso. E quando os excessos forem criminosos, será mais prêso o delinqüente para se ver processar lavrando o escrivão o respectivo auto.

Art. 368 – O oficial do juízo, que cometer qualquer excesso ou omissão, será pelo juiz, perante o qual servir, suspenso até sessenta dias independente de processo, pela verdade sabida.

Art. 369 – Se além da irregularidade, cometer o escrivão, ou oficial de justiça crime de responsabilidade, será mais punido nos termos da lei criminal.

Art. 370 – Nos lugares onde houver mais de um escrivão, serão os feitos eqüitativamente distribuídos entre todos pelo juiz da seção respectiva.

Art. 371 – Deverão ser assinadas por advogado as petições iniciais das causas e todos os articulados e alegações, que fizerem nos autos, salvo não havendo advogado no auditório, ou não querendo prestar-se ao patrocínio da causa nenhum dos que houver, ou não sendo êles da confiança da parte.

Art. 372 – Só aos advogados poderão os escrivães mandar os autos com vista, ou em confiança debaixo de protocolo, sob pena de

responderem pelo descaminho, ou pelas despesas na cobrança às partes interessadas.

Art. 373 – Nenhum advogado poderá, sob qualquer pretexto, reter autos em seu poder, findo o termo assinado ou legal, pelo qual lhe tiverem ido com vista ou em confiança, sob pena de perda, para seu constituinte do direito de que não tiver feito uso no referido termo, além de pagar tôdas as despesas que para a cobrança dos autos se fizerem.

Art. 374 – Se os autos forem cobrados por mandado judicial, que só se passará não os entregando o advogado, sendo-lhe pedidos com o protocolo, depois de findo o termo assinado ou legal, por despacho do juiz requerendo-o a parte contrária, não ajuntará o escrivão aos autos os articulados ou alegações e razões com que vier o mesmo advogado; e se alguma coisa nelas estiver escrita, o escrivão riscará de modo que se não possa ler; devolvendo incontinenti ao advogado ou a seu constituinte o que extrair dos autos, ou os documentos que assim vierem juntos, lavrando de tudo o respectivo termo.

Art. 375 – Se, porém, o advogado não entregar os autos a vista do mandado, passada a competente certidão, poderá ser multado pelo juiz até 100\$ e, se persistir, responsabilizado por crime de desobediência.

Art. 376 – Qualquer falta moratória do advogado, não sendo de moléstia jurada, será tomada como resposta direta aos termos da causa, ficando êle responsável à parte por essa falta, se fôr culposos.

Art. 377 – Se, todavia, o advogado pretextar moléstia, dar-se-lhe-á por uma vez sòmente nôvo prazo de cinco dias, findo o qual se cobrarão os autos.

Art. 378 – A concessão a que se refere o artigo antecedente só compreende os termos das ações ordinárias, de nenhum modo os dos recursos e incidentes respectivos.

Art. 379 – As dilações são contínuas, e o seu curso não se suspende nem interrompe por férias supervenientes, salvo se estas absorverem metade da dilação.

Art. 380 – Não correm os termos e dilação havendo impedimento do juiz, ou obstáculo judicial oposto pela parte contrária.

Art. 381 – Durante as férias se suspendem as funções dos juízes e do Supremo Tribunal, devendo ser considerados nulos todos os atos praticados neste período.

Art. 382 – Podem ser tratados durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas:

a) os atos de jurisdição voluntária, como testamentos, contratos, posses e todos aqueles que forem necessários para conservação de direitos, ou que ficariam prejudicados não sendo feitos durante as férias;

b) os arrestos, seqüestros, penhoras, depósitos, prisões civis e suspeições;

c) ratificação de protestos, penhor, soldadas, alimentos provisionais e interditos possessórios.

Art. 383 – São feriados, além dos domingos, os dias de festa nacional, os de comemoração, declarados tais por Decreto, e mais os que decorrem de 21 de dezembro a 10 de janeiro.

Art. 384 – É lícito aos terceiros prejudicados pela sentença apelar desta, ainda que não interviesses na causa em primeira instância.

Art. 385 – Quando os que forem citados para responder a qualquer ação se acharem presos, ou o forem já se achando em juízo, terão para se defender o dôbro dos termos e dilações marcados neste Decreto, e não começará nem prosseguirá contra eles a causa, sem que

se lhes nomeie um curador *in litem*, sob pena de nulidade, tenham ou não advogado ou procurador judicial constituídos.

Art. 386 – Constituirão legislação subsidiária, em casos omissos, as antigas leis do processo criminal, civil e comercial, não sendo contrárias as disposições e espírito do presente Decreto. Os estatutos dos povos cultos e especialmente os que regem as relações jurídicas na República dos Estados Unidos da América do Norte, os casos de *common law* e *equity*, serão também subsidiários da jurisprudência e processo federal.

Art. 387 – Revogam-se as disposições em contrário.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL Provimento nº 1^(*)

O Ministro Américo Godoy Ilha, Presidente do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 6º, itens II e XI, e 12, da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, e de acordo com o decidido nas seções do Conselho de 24 de abril e 2 de maio do corrente ano,

RESOLVE:

a) Atribuir competência aos Juízes Federais das 2^{as} Varas das Seções Judiciárias do Distrito Federal e dos Estados de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Pernambuco, Bacharéis OTTO ROCHA, CID FLAQUER SCARTEZZINI. JORGE LAFAYETTE PINTO GUIMARÃES, SEBASTIÃO ALVES DOS REIS e ORLANDO CAVALCANTI NEVES, respectivamente, para conhecerem dos pedidos de *habeas corpus* e de mandado de segurança a que se referem os incisos VIII e IX, do art. 10, da mencionada Lei nº 5.010 e atos interruptivos de prescrição;

b) Designar os Juízes Federais Substitutos da Seção Judiciária do Distrito Federal, Bacharéis JOÃO AUGUSTO DIER DO RÊGO MACIEL e

(*) — Publicado no *Diário da Justiça*, em 5-5-67.

JACY GARCIA VIEIRA para terem exercício nas 1ª e 2ª Varas da respectiva Seção Judiciária;

c) Determinar aos Juízes Federais Substitutos da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, Bacharéis JARBAS DOS SANTOS NOBRE, PAULO PIMENTEL PORTUGAL e AMÉRICO LOURENÇO MASSET LACOMBE, que assumam o exercício das 5ª, 6ª e 7ª Varas da referida Seção, até o provimento efetivo desses cargos;

d) Designar os Juízes Federais Substitutos da Seção Judiciária do Estado da Guanabara, Bacharéis ELMAR WILSON DE AGUIAR CAMPOS, RENATO AMARAL MACHADO e AMÉRICO LUZ, para terem exercícios nas 1ª, 2ª e 3ª Varas, respectivamente, da referida Seção;

e) Determinar que os Juízes Federais Substitutos, Bacharéis RENATO AMARAL MACHADO e AMÉRICO LUZ, acumulem esse exercício com os de Juiz Substituto das 4ª e 5ª Varas, respectivamente, da Seção Judiciária do Estado da Guanabara;

f) Designar os Juízes Federais Substitutos da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Bacharéis ANTONIO FERNANDO PINHEIRO, JOÃO PEIXOTO DE TOLEDO e GILBERTO DE OLIVEIRA LOMÔNACO, para terem exercício nas 1ª, 2ª e 3ª Varas, respectivamente, da referida Seção Judiciária;

g) Designar os Juízes Federais Substitutos da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, Bacharéis ADAUTO JOSÉ DE MELO e EMERSON CÂMARA BENJAMIN, para terem exercício nas 1ª e 2ª Varas da respectiva Seção Judiciária;

h) Determinar ao Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Território de Rondônia, Bacharel ELY GORAIEB, que assuma o exercício do cargo de Juiz Federal da referida Seção, até o provimento efetivo do respectivo cargo;

i) Determinar ao Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, Bacharel GERALDO BARRETO SOBRAL, que assuma o exercício do cargo de Juiz Federal da referida Seção, vago em virtude da desistência do titular nomeado.

O que se cumpra

Publique-se

Brasília, 4 de maio de 1967.

(a) GODOY ILHA

Ministro Presidente

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento nº 2

O Conselho da Justiça Federal, de acordo com os arts. 8º, itens II a XI, e 12, da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966 e em aditamento ao Provimento nº 1, de 4 de maio de 1967,

RESOLVE:

I – Atribuir competência para conhecerem e decidirem dos pedidos de *habeas corpus*, mandados de segurança e processos, de natureza urgente:

a) aos Juízes Federais das 2as Varas das Seções Judiciárias do Distrito Federal e dos Estados da Bahia, Pernambuco e Paraná;

b) aos Juízes Federais das 2as e 3as Varas das Seções Judiciárias dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul;

c) aos Juízes Federais das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas da Seção Judiciária do Estado da Guanabara;

d) aos Juízes Federais das 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, e 7^a Varas da Seção Judiciária do Estado de São Paulo;

e) aos Juízes Federais das Seções Judiciárias de Vara única;

II – Determinar aos Juízes Federais Substitutos da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, Bacharéis HERMILLO GALANT e JOÃO CESAR LEITÃO KRIEGER, respectivamente, que assumam o exercício das 2^a e 3^a Varas, da referida Seção, até o provimento efetivo dos respectivos cargos;

III – Designar os Juízes Federais Substitutos das Seções Judiciárias dos Estados da Bahia e do Paraná, Bacharéis ANTÔNIO DE SEIXAS SALLES FILHO e FRANCISCO DIAS TRINDADE, LICIO BLEY VIEIRA e MILTON LUIZ PEREIRA, respectivamente, para terem exercícios nas 1^a e 2^a Varas das referidas Seções Judiciárias;

IV – Designar o Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária Estado da Guanabara, Bacharel CLEVELAND MACIEL, para ter exercício na 4^a Vara, cessando, destarte, a acumulação determinada na alínea "e", do Provimento n° 1 ao Juiz Federal Substituto, RENATO AMARAL MACHADO, da referida Seção Judiciária.

O que se cumpra

Publique-se

Brasília, DF., em 16 de maio de 1967.

GODOY ILHA

Ministro Presidente"

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento n° 3

O Conselho da Justiça Federal, no desempenho da atribuição que lhe confere o art. 6º, II e IX da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966:

RESOLVE expedir, nos termos do art. 16, da referida lei, as normas abaixo, para a distribuição dos feitos, na Justiça Federal de Primeira Instância:

1º – A distribuição será feita diàriamente, em audiência pública, em hora prèviamente designada, em edital publicado no Diário da Justiça da União ou no Boletim da Justiça Federal, mediante sorteio e por classes, de conformidade com o art. 16, parágrafo único, da Lei nº 5.010, de 1966, onde houver mais de uma Vara com a mesma competência.

2º – A audiência de distribuição será realizada por um Juiz Federal Substituto, designado mensalmente, sempre que possível em rodízio, pelo Juiz Diretor do Foro.

3º – Nos casos de caráter urgente, poderá a distribuição ser efetuada fora da audiência, feita a conseqüente compensação, mediante prévia autorização do Juiz Diretor do Fôro.

4º – Nos dias em que não houver expediente no Fôro da Justiça Federal, os *habeas corpus* urgentes serão apresentados diretamente ao Juiz, onde seu conhecimento competir a uma das Varas, com exclusividade, ou ao que fôr designado pelo Juiz Diretor do Fôro, prèviamente e mediante rodízio, onde houver mais de um Juiz competente, sendo posteriormente anotada a distribuição e feita a compensação.

5º – As petições e processos a distribuir serão entregues à Secretaria do Diretor do Fôro, onde houver, e nas demais Seções ao Distribuidor ou Distribuidor-Contador, que fornecerá ao interessado um comprovante da entrega, para exame de sua regularidade formal.

Em caso de dúvida, caberá ao Juiz Diretor do Fôro decidir a respeito, determinando a distribuição ou exigindo sejam supridas as falhas ou sanadas as irregularidades encontradas.

6° – As petições e processos recebidos até 1 hora antes da realização da audiência, serão apresentadas ao Juiz Federal Substituto, para distribuição, no mesmo dia; as demais deverão ser apresentadas na audiência seguinte, ressalvadas as hipóteses de dúvida, nos termos do item 5°.

7° – Às audiências deverão comparecer os Distribuidores ou Distribuidores – Contadores, sendo-lhes entregues, no ato, mediante recibo na correspondente relação, os processos e petições cujas distribuições devam registrar.

8° – De cada audiência será organizada, pelo Distribuidor, ou pelo que fôr designado pelo Juiz Federal Substituto, onde houver mais de um, uma relação dos feitos distribuídos, que será publicada no Diário da Justiça da União ou no Boletim da Justiça Federal.

9° – As baixas e retificações, bem como as distribuições por dependência, serão determinadas pelos juízes competentes para os processos, sendo os autos ou petições encaminhadas diretamente ao Distribuidor ou Distribuidor-Contador, para as devidas anotações.

10° – No Estado da Guanabara, enquanto subsistir a situação prevista no art. 86, da Lei n° 5.010, de 1966, simultaneamente com a distribuição do feito, será designado o Distribuidor" ao qual caberá registrar a distribuição, assegurada igualdade nestas designações, que serão anotadas nas petições ou processos distribuídos.

11° – Nas Seções onde houver apenas uma Vara, ou, havendo mais de uma, devam determinados feitos ser distribuídos a uma delas, em virtude de especialização, as petições e processos serão entregues

diretamente ao Distribuidor ou Distribuidor-Contador, para fim de registro, sendo encaminhados, a seguir, à Vara competente.

12° – Os casos omissos serão decididos pelo Juiz Diretor do Fôro, ou pelo Juiz Federal da Seção, onde houver uma única Vara, os quais poderão baixar instruções para a execução do presente Provimento, transmitindo cópia das mesmas ao Ministro Corregedor-Geral.

O que se cumpra

Publique-se

Brasília, 3 de julho de 1967

OSCAR SARAIVA

Ministro Presidente

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento nº 4

O Conselho da Justiça Federal, de acordo com o art. 6º, II, XII e XIII da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966,

RESOLVE, na forma dos arts. 14 e 16 da mesma Lei, expedir o presente provimento, para regular a forma de distribuição dos processos, entre os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos, e o auxílio a ser por estes prestado àqueles, determinando sejam observadas as normas abaixo:

1º – Os Juízes Federais farão redistribuir aos Juízes Federais Substitutos os processos que lhes forem distribuídos, na proporção de 1/3 (um terço) para cada uma das espécies de feitos da competência da Justiça Federal e referidos nos incisos, I, III, IV; V, VI, VII e IX do art. 16 da Lei nº 5.010, de 1966.

2º – Nos casos de acúmulo de serviço, os Juízes Federais Substitutos prestarão auxílio aos Juízes Federais, cabendo-lhes o processamento e julgamento dos feitos que lhes sejam delegados, com exceção:

I – dos mandados de segurança e ações ordinárias;

II – dos *habeas corpus* ou processos por crimes a que seja cominada pena de reclusão.

3º – Delegado o processamento e julgamento de um feito ao Juiz Federal Substituto, o Juiz Federal não mais poderá avocá-lo;

4º – Nas licenças, férias ou outros afastamentos do Juiz Federal Substituto, ou no caso de vacância do cargo, o Juiz Federal exercerá as atribuições do item 1º, competindo-lhe também, em tais casos, processar e julgar os feitos anteriormente delegados ao Juiz Federal Substituto;

5º – Quando o Juiz Federal Substituto estiver em exercício pleno, substituindo o Juiz Federal (art. 14 da Lei nº 5.010, de 1966), competir-lhe-á, também, processar e julgar os processos mencionados nos incisos I e II do item 2º (incisos II e VIII do art. 16 da Lei nº 5.010, de 1966).

6º – Cessado o motivo determinante da substituição restabelecer-se-á a competência do Juiz Federal ou do Juiz Federal Substituto, conforme o caso, e nos termos dos itens 1º e 2º, sem prejuízo da competência para o julgamento dos processos a que tenham ficado vinculados, por força de lei.

O que se cumpra

Publique-se

Brasília, 3 de julho de 1967

OSCAR SARAIVA Ministro Presidente

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento nº 5

O Conselho da Justiça Federal, no desempenho da atribuição que lhe é conferida pelo art. 6º, II e XIV, e pelo art. 16, da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966,

RESOLVE expedir o presente Provimento, para regular a substituição dos Juízes da Justiça Federal de Primeira Instância:

1º – Os Juízes Federais serão substituídos, em suas férias, licenças, impedimentos ocasionais, faltas ou em seus afastamentos, por quaisquer outros motivos, pelos Juízes Federais Substitutos com exercício em suas Varas, em função de auxílio (art. 14 da Lei nº 5.010, de 1966) e nas faltas e impedimentos dêstes, pelos Juízes Federais Substitutos das demais Varas, onde houver, em sua ordem numérica, substituído o da Vara de número mais elevado, pelo da 1ª Vara.

2º – Nos casos de suspeição ou outro impedimento definitivo (art. 26, I, do Regimento do Tribunal Federal de Recursos), serão os Juízes Federais substituídos pelos das demais Varas, onde houver mais de uma, em sua ordem numérica, ou pelos Juízes Federais Substitutos, como estabelecido no item 1º, se esgotadas aquelas substituições.

3º – Onde houver uma única Vara, ao Juiz Federal Substituto caberá substituir o Juiz Federal, nas hipóteses previstas no item anterior.

4º – O Juiz Federal Substituto será substituído pelo Juiz Federal, nas hipóteses de suspeição ou outro impedimento definitivo; nos casos de férias, licenças, impedimentos ocasionais, faltas ou afastamento por outro qualquer motivo, o Juiz Federal exercerá as atribuições conferidas ao Juiz Federal Substituto.

5° – Não sendo possível a substituição pelas formas previstas nos itens anteriores, o Presidente do Conselho da Justiça Federal designará um Juiz Federal Substituto, de outra Seção, mas sempre da mesma Região (art. 18 da Lei nº 5.010, de 1966).

6° – Os casos omissos serão submetidos, para a necessária solução, ao Conselho da Justiça Federal.

O que se cumpra

Publique-se

Brasília, 3 de julho de 1967

OSCAR SARAIVA

Ministro Presidente

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento nº 8^(*)

O Conselho da Justiça Federal, no desempenho da atribuição que lhe confere o art. 6° da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966:

Resolve determinar a observância pelas Secretarias das Varas Federais, das seguintes normas para padronização dos Livros e assentamentos necessários aos seus serviços.

1° – Serão adotados pelas Secretarias das Varas Federais, os Livros que obedecerão aos modelos indicados na relação anexa ao presente provimento, atendida a respectiva especialização, onde houver.

2° – O Livro previsto sob nº XVII, somente será necessário nas Seções onde não houver Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere (Código de Processo Penal art. 709, S 1°).

^(*) — Publ. no *Diário da Justiça*, em 10 de outubro de 1967.

3° – Os Livros de Audiências a que se refere o n° XII serão em duplicata, um para as audiências do Juiz Federal e outro para as do Juiz Federal Substituto, nos processos de sua competência própria ou que lhe hajam sido delegados, sendo os seus números de ordem acrescidos, respectivamente, das letras "A" e "B".

4° – Nas Varas com competência cumulativa, no cível e no crime, os Livros mencionados nos n.ºs I, II, VI, VII, X, XI e XIII poderão ser desdobrados, com autorização do Juiz Federal, sendo os seus números de ordem acrescidos dos algarismos I e II, respectivamente, conforme se destinem ao cível ou ao crime.

5° – Os Livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Juiz Federal de cada Vara ou o seu Substituto, constando da capa o fim a que se destinam, e da lombada o número de ordem, observado o disposto nos itens 3° e 4°.

6° – Poderão os Livros a que se refere os n.ºs VII, XII, XIII e XVII ser de folhas soltas, sem prejuízo das formalidades acima determinadas, sendo encadernados após escriturada a última folha.

7° – As Secretarias manterão, ainda, um fichário onde será anotado o andamento dos processos.

O que se cumpra

Publique-se

Brasília, 15 de setembro de 1967

OSCAR SARAIVA Ministro Presidente

MODELO XVII

(Folhas soltas)

Processo nº

Vistos etc.

De conformidade com o disposto no artigo 57 do Código Penal, combinado com o art. 696 do Código de Processo Penal, concedo ao réu.....o benefício da suspensão condicional da execução da pena, sob as seguintes:

Condições Gerais:

- a) o prazo da suspensão é de..... anos;
- b) o réu deverá exercer profissão lícita;
- c) não poderá mudar-se deste Estado sem autorização do Juiz;
- d) deverá apresentar-se, em Juízo, de dois em dois meses;
- e) não poderá portar arma, de qualquer natureza;
- f) não poderá freqüentar casas de jogo, ou lugares proibidos;
- g) deverá pagar as custas e a taxa penitenciária no prazo de trinta dias.

Condições Especiais:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Intime-se o réu para audiência de advertência e expeça-se o alvará de liberdade, caso se encontre prêso. P.I.

....., de.....de 19.....
(cidade e sigla do Estado)

.....

Juiz (Federal ou Substituto)

**RELAÇÃO DOS LIVROS MANDADOS ADOTAR PELO
PROVIMENTO N° 8**

I – Livro Tombo (Feitos Cíveis e Criminais)	DIN I e III
II – Livro de Registro de Mandados e Alvarás	DIN VI
III – Livro de Registro de Selos e Taxas	DIN VII
IV – Livro de Ponto	DIN 43
V – Livro de Vista de Autos a Advogados	DIN X
VI – Livro de Entrega de Autos	DIN XI
VII – Livro de Registro de Livramento Condicional	(Modêlo anexo)
VIII – Livro de Entrega de Correspondência	DIN 1472
IX – Livro de Entrega de Autos às Partes sem Traslado	(Modêlo anexo)
X – Livro de Vista ao Ministério Público	DIN XI
XI – Livro de Autos Conclusos para Sentença	DIN VIII
XII – Livro de Audiências	(Ver item 6° do Provimento)
XIII – Livro de Registro de Sentenças	DIN V

XIV – Livro de Rol dos Culpados	DIN XXIII
XV – Livro de Termo de Fiança	DIN XX
XVI – Livro de Registro de Mandado de Prisão	DIN XXI
XVII – Livro de Registro de Suspensão Condicional da Execução da Pena	(Modêlo anexo)
XVIII – Livro de Entrega de Ofícios	DIN XIII
XIX – Livro de Reclamações e Inspeções	DIN IX
XX – Livro para Atas	DIN 1215

OBSERVAÇÃO 1^a – Os livros cujos modelos contenham a indicação DIN correspondem aos confeccionados pelo Departamento da Imprensa Nacional;

OBSERVAÇÃO 2^a – Os modelos que não puderem ser adquiridos de imediato no Departamento da Imprensa Nacional poderão ser substituídos, a título precário, pelo modêlo indicado no n° XX, ou por outro, a critério do Juiz Federal, observadas as formalidades prescritas no item 5°;

OBSERVAÇÃO 3^a – O Juiz Diretor do Fôro providenciará dentro das necessidades do serviço, a aquisição ou confecção dos modelos mandados adotar e de outros que se fizerem necessários.

MODÉLO VII

(Fôlhas sôltas)

Processo N°

Vistos etc.

De conformidade com o disposto no artigo 60 do Código Penal,
combinado com o artigo 710 do Código de Processo Penal,

Concedo _____ ao
réu.....
.....o benefício do
livramento condicional, sob as seguintes:

Condições Gerais:

- a) tomar ocupação lícita no prazo de 30 dias;
- b) comparecer ao Juízo cada dois meses com prova de se encontrar trabalhando;
- c) informar, nessas ocasiões, qual o seu salário ou rendimento, as economias que tenha conseguido realizar e as dificuldades porventura encontradas para manter-se;
- d) comunicar ao Juízo a mudança de residência e não ausentar-se desta cidade sem prévia autorização do Juízo;
- e) não trazer consigo armas ofensivas ou instrumentos capazes de ofender;
- f) não freqüentar casas de bebidas ou de tavolagem, nem espetáculos ou reuniões contrárias à ordem pública e aos bons costumes.

Assino-lhe o prazo de seis meses para o pagamentos das
custas.

Condições Especiais:

.....
.....
.....
.....

.....
.....
.....
.....
.....
.....

Expeça-se a carta de guia, cumprindo-se o disposto no artigo 722 do Código de Processo Penal P. I.

(Cidade e Sigla do Estado).....dede 19.....

Juiz (Federal ou Substituto)

MODÉLO IX

LIVRO DE ENTREGA DE AUTOS ÀS PARTES SEM TRASLADO

Nº...Distribuição.....	Histórico.....
Réu (qualificar).....
.....
.....
Autor.....
Adv. do Autor.....
Adv. do Réu.....

10 Cm.

10 Cm.

Livro de 200 folhas, aberto e encerrado pelo Juiz, numerado de 1 a 200 e devidamente rubricado, com as dimensões de 22 cm. x 33 cm. Neste livro devem ser feitas as anotações dos processos entregues às partes, independentemente de traslado, de sorte a permitir que dê-se

205

possam extrair certidões para identificação dos ditos processos e das partes nêles interessadas. Será precedido de um índice com 30 fôlhas numeradas de 1 a 30, encadernado juntamente e assim distribuído: letra A - 2 Fls.; letra B - 1 Fl.; letra C - 2 Fls.; letra D - 1 FL; letra E - 1 FL; letra F - 2 Fls.; letras GH - 1 FL; letras IJ - 4 Fls.; letras KL - 1 FL; letra M - 2 Fls.; letras NO - 1 FL; letras PQ - 2 fls.; letra R - 2 Fls.; letra S - 1 FL; letras TUV - 1 FL; letras XYZ - 1 Fls.; Em branco 5 Fls.

ÍNDICE

Requerido	Requerente	Natureza do Feito	Fôlha
7 Cm.	7 Cm.	4 Cm.	1 1/2 Cm.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento n° 10^(*)

O Conselho da Justiça Federal, de acôrdo com o art. 6°, II e XIII da Lei n° 5.010, de 30 de maio de 1966,

^(*) — Publ. no *Diário da Justiça*, em 17 de novembro de 1967.

Resolve alterar o critério de distribuição de feitos fixado no item 1º do Provimento nº 4, de 3 de julho do corrente ano e determinar aos Srs. Juízes Federais que façam a redistribuição aos Srs. Juízes Federais Substitutos na proporção da metade para cada uma das espécies de feitos referidos nos incisos do art. 16 da Lei nº 5.010.

O que se cumpra

Publique-se

Brasília, 13 de novembro de 1967

OSCAR SARAIVA Ministro Presidente

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento nº 11^(*)

O Conselho da Justiça Federal, de acordo com o art. 6º, II, e na forma do disposto no art. 54 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966,

Resolve tornar sem efeito o Provimento nº 7, de 3 de julho de 1967, e atribuir competência ao Juiz Diretor do Fôro ou ao Juiz Federal das 1as Varas das Seções Judiciárias em que o Diretor do Fôro ainda não tenha sido designado, para estabelecer o horário de expediente das respectivas Seções.

O que se cumpra

Publique-se

Brasília, 22 de novembro de 1967

OSCAR SARAIVA Ministro Presidente

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento nº 12^(*)

^(*) – Publ. no *Diário da Justiça*, em 23 de novembro de 1967.

O Conselho da Justiça Federal, considerando o disposto no art. 6º, X, da Lei nº 5.010, de 1966, e a necessidade de se controlar os atos mediante os quais os Juízes Federais concedem férias aos serventuários da Justiça Federal de Primeira Instância,

Resolve determinar aos Senhores Juízes Federais que organizem a escala prevista no art. 84, da Lei nº 1.711, de 1952, e que, ao deferirem os requerimentos de férias dos serventuários, comuniquem o deferimento ao Juiz Diretor do Fôro para as necessárias anotações.

Publique-se e cumpra-se

Brasília, 5 de abril de 1968.

AMARÍLIO BENJAMIN

Presidente em Exercício

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento nº 13 ^(*)

O Conselho da Justiça Federal, nos termos do disposto no art. 6º, II, da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966 e,

Considerando que o Provimento número 4, de 3 de julho de 1967, ao regular a forma de distribuição dos processos entre os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos e o auxílio que por estes deve ser prestado àqueles (art. 6º, XII e XIII, da Lei nº 5.010, de 1966), determinou:

1º – Os Juízes Federais farão distribuir aos Juízes Federais Substitutos os processos que lhes forem distribuídos, na proporção de 1/3 (um terço) para cada uma das espécies de feitos da competência da Justiça Federal e referidos nos incisos I, III, V, VII e IX do art. 16 da Lei nº 5.010, de 1966.

^(*) - Publ. no *Diário da Justiça*, em 16 de abril de 1968.

^(*) — Publ. no *Diário da Justiça*, em 15 de maio de 1968.

2º – Nos casos de acúmulo do serviço, os Juízes Federais Substitutos prestarão auxílio aos Juízes Federais, cabendo-lhes o processamento e julgamento dos feitos que lhes sejam delegados, com exceção:

I – dos mandados de segurança e ações ordinárias;

II – dos *habeas corpus* ou processos por crimes a que seja cominada pena de reclusão;

Considerando que, além do processamento e julgamento dos feitos da sua competência, ao Juiz Federal designado para as funções de Diretor do Fôro e Corregedor permanente dos serviços auxiliares não vinculados diretamente às Varas estão cometidos os encargos dessas funções administrativas e ainda os de membro do Tribunal Regional Eleitoral, o Conselho pelo Provimento nº 10, de 13 de novembro de 1967, resolveu alterar o critério de distribuição dos feitos estabelecidos no Provimento número 4 e,

determinar aos Srs. Juízes Federais que façam redistribuir aos Srs. Juízes Federais Substitutos na proporção da metade para cada uma das espécies de feitos referidos nos incisos do art. 16 da Lei nº 5.010;

Considerando a procedência das consultas formuladas pelos Senhores Juízes que tiveram dúvidas quanto ao exato cumprimento das normas fixadas nos Provimentos já referidos e os pronunciamentos do Conselho a esse respeito:

Resolve, em aditamento, esclarecer que o Provimento nº 10 só revogou o Provimento nº 4 na parte que se refere à *quantidade* dos processos a serem redistribuídos, ficando mantidas, em todos os seus termos, as exceções do item 2º, n.ºs I e II, do Primeiro Provimento.

Publique-se e cumpra-se

Brasília, 8 de maio de 1968.

OSCAR SARAIVA

Ministro Presidente

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Provimento n° 14 ^(*)

O Conselho da Justiça Federal, considerando o disposto nos arts. 6º, II, e 16 da Lei n° 5.010, de 30 de maio de 1966,

Resolve:

I – O Juiz Diretor do Fôro e Corregedor das Seções Judiciárias de Varas múltiplas serão substituídos nas suas férias pelo Juiz Federal indicado na ordem fixada pela escala de férias estabelecida pela Portaria n° 23, de 12 de dezembro de 1967;

II – Nas Seções Judiciárias em que, a requerimento de um ou mais Juízes Federais, fôr alterada a escala estabelecida pela referida Portaria, caberá ao Juiz Federal em exercício, ou ao Juiz Federal Substituto designado para o exercício pleno do cargo, a substituição do Diretor do Fôro;

III – Nas licenças e impedimentos eventuais do Juiz Diretor do Fôro, observar-se-á o mesmo critério estabelecido para a sua substituição nos itens anteriores;

IV – Nos casos de substituição do Diretor do Fôro, previstos nos incisos I e II, ao Juiz Federal que o substituir continuará afeto o processamento e julgamento dos feitos enumerados no item 2º, n.ºs I e II, do Provimento n° 4, distribuídos à Vara de que é titular e à Vara do Substituto;

^(*) – Publ. no *Diário da Justiça*, em 20 de maio de 1968.

V – Caberá ao Juiz Federal Substituto processar e julgar os demais feitos que forem distribuídos à Vara na qual já tem exercício como substituto e, também, os da Vara do Juiz Federal, com exceção dos processos que permanecem na competência dêste, conforme o estabelecido no item IV, *in fine*.

Publique-se e cumpra-se

Ministro OSCAR SARAIVA

Presidente

ÍNDICE GERAL

Prefácio	7
Introdução	9
Cap. I – Das origens constitucionais	13
Cap. II – Da jurisdição	31
Cap. III – Da competência	39
Cap. IV – Tribunal do júri.....	67
Cap. V – Da competência residual	71
Cap. VI – Dos atos, diligências, serviços auxiliares e polícia judiciária federal	75
Cap. VII – Considerações finais.....	79

CAPÍTULOS DO PODER JUDICIÁRIO

1. Constituição do Império	89
2. Constituição de 1891, com emendas de 1926	90
3. Constituição de 1934	90

4. Constituição de 1937	91
5. Lei constitucional nº 7	91
6. Lei constitucional nº 14	92
7. Constituição de 1946	92
8. Constituição de 1967	92

O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Constituições de 1891, 1934, 1946 e 1967	93
--	----

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Lei n.º 5.010, de 30-5-66, texto atualizado com os seguintes diplomas legais: Dec. -lei 30, de 17-11-66; Dec.-lei 81, de 21-12-66; Dec.-lei 253. de 28-2-67; Lei 5.345, de 3-11-67 e Lei 5.368, de 1-12-67	99
--	----

Provimentos do Conselho da Justiça Federal: nº 1	189
--	-----

nº 2	191
------------	-----

nº 3	193
------------	-----

nº 4.....	197
-----------	-----

nº 5	199
------------	-----

nº 8	201
------------	-----

nº 10	207
-------------	-----

nº 11	209
-------------	-----

nº 12	211
-------------	-----

nº 13	213
-------------	-----

nº 14 215